

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Profissional em Educação

Gestão de Instituições Educacionais

Denice Pereira Santana

**EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFVJM PARA A CIDADE DE UNAÍ/MG E SEUS
DESDOBRAMENTOS NA EVASÃO ESCOLAR SUPERIOR DO CURSO DE
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

Diamantina

2019

Denice Pereira Santana

**EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFVJM PARA A CIDADE DE UNAÍ/MG E SEUS
DESDOBRAMENTOS NA EVASÃO ESCOLAR SUPERIOR DO CURSO DE
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

Trabalho apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Gestão de Instituições Educacionais.

Orientada por: Professora Dra. Geruza de Fátima Tomé Sabino

Diamantina
2019

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S232e

Santana, Denice Pereira.

Expansão universitária da UFVJM para a cidade de Unai/MG e seus desdobramentos na evasão escolar superior do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias / Denice Pereira Santana, 2019.

108 p. : il.

Orientadora: Geruza de Fátima Tomé Sabino

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

1. Evasão superior. 2. Gestão educacional. 3. UFVJM. I. Sabino, Geruza de Fátima Tomé. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 370

DENICE PEREIRA SANTANA

**EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFVJM PARA A CIDADE DE UNAÍ/MG E
SEUS DESDOBRAMENTOS NA EVASÃO ESCOLAR SUPERIOR DO CURSO DE
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

Dissertação apresentada ao MESTRADO
EM EDUCAÇÃO, nível de MESTRADO
como parte dos requisitos para obtenção do
título de MESTRA EM EDUCAÇÃO

Orientadora: Prof.^a Dra. Geruza De Fátima
Tomé Sabino

Data da aprovação : 16/10/2019


Prof.^a Dra. GERUZA DE FÁTIMA TOMÉ SABINO -
UFVJM


Prof. Dr. FLÁVIO CÉSAR FREITAS VIEIRA - UFVJM


Prof.^a Dra. CINTHYA ROCHA TAMEIRÃO – UFVJM


Prof.^a Dra. KEIA CRISTIANE EUGÊNIO SOUTO-
UNIMONTES

DIAMANTINA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA – MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação- PRPPG
www.ufvjm.edu.br



prppg@ufvjm.edu.br

ATESTADO DE DEFESA POR VIDEOCONFERÊNCIA

Atesto para os devidos fins que no dia 16 de outubro de 2019, às 14h30, nas dependências da UFVJM – em Diamantina, foi realizada a defesa de dissertação da discente Denice Pereira Santana com o trabalho intitulado **“EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFVJM PARA A CIDADE DE UNAÍ/MG E SEUS DESDOBRAMENTOS NA EVASÃO ESCOLAR SUPERIOR DO CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS”**, no Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação.

Na qualidade de presidente da banca, atesto a Prof.^a Dra. Keli Cristiane Souto, docente da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), participou através de videoconferência.

Em virtude da participação remota do membro da banca acima indicado, eu, Geruza de Fátima Tomé Sabino, enquanto servidor público, no gozo de fé pública, assino no lugar desse na Ata de Defesa e na Folha de Aprovação da referida defesa.

Por ser verdade, dou fé e assino o presente atestado.

Diamantina, 16 de outubro de 2019.

Presidente da Banca

AGRADECIMENTO

Agradecer, ato de demonstrar ao outro através de gestos e ações o quão importante uma pessoa, um simples gesto, ou um instante representou na vida de alguém. Em algum momento de nossas vidas foi um conselho, em outros uma chamada à razão, em vários outros a tolerância em não desistir no meio da estrada. Tudo é gratidão. E assim, sigo agradecendo, primeiramente a força maior, a força universal que nos guia nas horas alegres, e nos orienta nas horas difíceis, pois nem sempre o caminho está repleto de flores, e em algum momento nos deparamos com os espinhos, mas tudo é como uma grande escola da vida, tudo é aprendido.

À minha mãe querida, que sempre fazia questão de me dar o dinheiro para degustar a famosa pamonha que fica no meio do caminho, afinal eram 600 km de chão, oh! Trem longe!

Ao meu irmão Carlos Alberto, minhas cunhadas Kênia e Marilene pela presença na minha casa e cuidados com os meus pais na minha ausência.

Agradecer à minha amiga Kátia Lepesqueur que me motivou a realizar a minha inscrição no programa de mestrado.

Ao meu amigo Adalfredo Lobo pelas sugestões e ajuda nos cálculos.

À Viviane Pedrosa, minha amiga e guia em Diamantina.

Wanderléia Figueiredo pela torcida e gentileza em oferecer uma delícia de cafezinho para a banca.

Aos meus colegas da UFVJM em Diamantina que autorizaram e forneceram documentos que foram utilizados nesta pesquisa, bem como às minhas amigas do DRCA em Unaí, que me auxiliaram na documentação utilizada no levantamento de dados e no esclarecimento de dúvidas ao longo da análise. A todos os outros colegas do *campus* de Unaí que torceram por mim.

Aos companheiros de caminhada neste mestrado, em especial à minha amiga Ludmila Lins, pela paciência, conselhos, estadia e conforto nos momentos de dificuldade.

À minha orientadora professora Dra. Geruza Sabino, pela paciência e orientação.

Aos professores Cinthya Tameirão, Flávio Freitas e Keli Souto pela participação na banca de qualificação e defesa onde suas sugestões contribuíram para a melhora desta dissertação.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente me ajudaram a vencer esta batalha.

Minha eterna gratidão.

RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa é a evasão superior escolar. Estudar este tema é assunto de relevância para as instituições de educação públicas e privadas, visto que este é um problema que não acontece somente no ensino brasileiro, mas nas instituições educacionais ao redor do mundo. Encontrar as variáveis que motivam os discentes a evadirem, não é uma situação fácil de ser diagnosticada, pois, de acordo com a literatura analisada, ela pode ocorrer a qualquer tempo e por razões variadas, o que dificulta a gestão de ações de combate a este fenômeno. O objetivo desta pesquisa foi realizar um estudo sobre a evasão escolar superior das turmas do curso presencial de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, *Campus* de Unaí/MG, no período compreendido entre o primeiro semestre do ano de 2014 e o segundo semestre do ano de 2015, visando a identificação das taxas de evasão média bem como as variáveis motivadoras da evasão neste período. A metodologia utilizada neste estudo é de abordagem quantitativa e qualitativa, fundamentada pelo tipo bibliográfico/documental. O levantamento dos dados foi realizado em dezembro de 2018 a partir das fichas dos discentes evadidos, bem como em relatórios emitidos em janeiro/2019, pelo Sistema de Gestão Acadêmica. Na primeira turma analisada (2014/1) identificou-se um percentual de 69,5% de evasão média; seguido de 52,3% para a turma ingressante em 2014/2; 57,7% em 2015/1 e 63,5% em 2015/2. Dentre as principais variáveis motivadoras da evasão escolar do curso de BCA em Unaí, identificamos: 1) Não Renovação de Matrícula; 2) Reprovação por Aproveitamento e ou Faltas em todas as Disciplinas e 3) Desistência à Pedido (Reopção de Curso). Como resultado, entende-se que os altos índices de evasão média encontrados nesta pesquisa, combinado aos vários fatores que motivaram os discentes a evadirem do BCA apontam para uma evasão motivada por múltiplos fatores e necessitam ser observados em conjunto para uma melhor gestão institucional de combate à evasão escolar superior.

Palavras-chave: Evasão superior, Gestão Educacional, UFVJM.

ABSTRACT

The object of study of this research is the drop out of higher education. Studying this theme is a matter of relevance to public and private education institutions, as this is a problem that does not only happen in Brazilian education, but in educational institutions around the world. Finding the variables that motivate students to drop out is not an easy situation to be diagnosed, because, according to the literature analyzed it can occur at any time and for various reasons, which makes the management of actions to prevent this phenomenon difficult. The aim of this research was to carry out a study on the drop out of the classes of the presential course of Interdisciplinary Bachelor of Agricultural Sciences (BCA), of the Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri Valleys (UFVJM), *Campus* de Unaí / MG, in the period between the first semester of 2014 and the second semester of 2015, aiming at identifying the dropping out, as well the several motivating for their abandon. The methodology used in this study is a quantitative and qualitative approach, based on the bibliographic / documentary type. The survey of the analyzed data was carried out in December of 2018 from the records of the evaded students, as well by reports issued in January 2019 by the Academic Management System. In the first class analyzed in 2014/1, a percentage of 69.5% of average dropout was identified, followed by 52.3% for the class in 2014/2; 57.7% in 2015/1 and 63.5% in 2015/2. Among the main motivating variables of school drop out from the BCA course in Unaí, were founded out: 1) The no Registration Renewal; 2) Failure and / or Failure in all Disciplines and 3) Asking to Cancel (Changing to another Course). As a result, it is understood that the high rates of average drop out found in this research, together with the various factors that motivated students to abandon their studies, point to withdrawal motivated by multiple factors, and need to be observed in conjunction for a better management against the drop out in higher education.

Keywords: Higher Drop out. Educational Management. UFVJM.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cronologia da criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.....	19
Figura 2 – Fluxograma do Curso de BCA da UFVJM/Unaí.....	21
Figura 3 – Fórmula do MEC para cálculo de evasão.....	25
Figura 4 – Vagas Ofertadas pelas IES brasileiras.....	35
Figura 5 – Expansão de matrículas nas universidades federais.....	39
Figura 6 – Repasses do Governo Federal para as universidades federais.....	40
Figura 7 – Repasses orçamentários para a UFVJM.....	41
Figura 8 – Debate sobre a evasão na UFVJM, <i>Campus</i> de Unaí/MG- 2017.....	48
Figura 9 – UFVJM e seus <i>Campi</i>	50
Figura 10 – Audiência pública realizada com a comunidade unaiense	53
Figura 11- Arranjo espacial para a construção da UFVJM <i>Campus</i> de Unaí.....	54
Figura 12 – Placa informativa sobre a construção da biblioteca/Unaí	57
Figura 13 – Obra do prédio da biblioteca inacabada, fotografia externa	58
Figura 14 – Prédio do Pavilhão de aulas 1/2	59
Figura 15 – Prédio do Pavilhão de aulas 2/2	59
Figura 16 – Prédio administrativo do <i>Campus</i> de Unaí inacabado.	60
Figura 17 – Obras de infraestrutura da UFVJM iniciadas em Unaí	60
Figura 18- Cortes de verbas da UFVJM.....	61
Figura 19 – Situação do curso de BCA da UFVJM em Unaí no MEC.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Leis de acesso ao ensino superior.....	33
Quadro 2 – Motivos para a Evasão Escolar e Universitária	45
Quadro 3 – Fatores motivacionais de evasão	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Alunos evadidos do curso de BCA em Unaí oriundos de MG.....	65
Gráfico 2- Frequência escolar de jovens entre 18 e 24 anos em Unaí/MG.....	66
Gráfico 3- Alunos evadidos do curso de BCA em Unaí quanto à etnia declarada.	68
Gráfico 4- Variáveis motivacionais da Evasão média do curso de BCA em Unaí- 2014/1...	71
Gráfico 5- Variáveis motivacionais da Evasão média do curso de BCA em Unaí- 2014/2...	73
Gráfico 6- Variáveis motivacionais da Evasão média do curso de BCA em Unaí- 2015/1...	74
Gráfico 7- Variáveis motivacionais da Evasão média do curso de BCA em Unaí- 2015/2...	76
Gráfico 8- Variáveis motivadoras de evasão do BCA da UFVJM em Unaí-Art. 80/V	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Primeiras universidades no Brasil	29
Tabela 2 - Evolução das matrículas da educação superior brasileira.....	31
Tabela 3- Números de inscritos no ENEM.....	35
Tabela 4 - Média de Evasão nos Campi da UFVJM em Diamantina.....	48
Tabela 5 – Número de docentes da UFVJM.....	50
Tabela 6 – Número de técnicos administrativos da UFVJM.....	51
Tabela 7– Obras prediais licitadas para a UFVJM- <i>Campus</i> de Unaí.....	55
Tabela 8 – Estrutura da Unimontes utilizada pela UFVM/Unaí.....	55
Tabela 9 – Disposição espacial do Prédio de Aulas (Provisório).....	56
Tabela 10 – Número de alunos ingressantes no curso de BCA da UFVJM em Unaí.....	64
Tabela 11 – Número de alunos evadidos do curso de BCA da UFVJM/Unaí de acordo com o local de origem.....	65
Tabela 12. Número de alunos evadidos do curso de BCA da UFVJM em Unaí-2014/1 a 2015/2.....	67
Tabela 13 – Modalidade de Ingresso no curso de BCA da UFVJM em Unaí.....	67
Tabela 14- Alunos evadidos do curso de BCA da UFVJM em Unaí de acordo com o estado civil.....	69
Tabela 15 – Taxa de evasão média do curso de BCA da UFVJM em Unaí- 2014/1.....	71
Tabela 16 – Taxa de evasão média do curso de BCA da UFVJ em Unaí- 2014/2.....	72
Tabela 17 - Taxa de evasão média do curso de BCA da UFVJM em Unaí- 2015/1.....	74
Tabela 18 - Taxa de evasão média do curso de BCA da UFVJM em Unaí- 2015/2.....	76
Tabela 19 - Variáveis motivadoras de evasão do curso de BCA da UFVJM em Unaí de acordo com o artigo 80/V da Resolução 11/Consepe/UFVJM.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.- Artigo

Ha- Hectare

Km- Quilômetros

L1 – vagas reservadas para candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salários mínimo per capita

L2 – vagas reservadas para os candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo per capita

L3 – vagas reservadas para demais candidatos, independentemente da renda

L4 – vagas reservadas para os candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, independentemente da renda

nº - Número

Nd- Número de diplomados

Ni- Número de ingressantes

Nr- Número de retidos

LISTA DE SIGLAS

ABRUEM- Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
ANDIFES- Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil
BA- Bahia
BCA- Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias
BM- Grupo Banco Mundial
BR- Brasil
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONSEPE- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONGRAD- Conselho de Graduação
CONSU- Conselho Universitário
DAOP- Divisão de Administração, Orçamento e Planejamento
DCE- Diretoria Central dos Estudantes
DEPEX- Divisão de Ensino, Pesquisa e Extensão
DRCA- Divisão de Registro e Controle Acadêmico
EAD- Ensino a distância
ENEM- Exame Nacional de Ensino Médio
FAFEID- Faculdades Federais Integradas de Diamantina
FAFEOD- Faculdade Federal de Diamantina
FIES- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
ICA- Instituto de Ciências Agrárias
IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES- Instituição de Ensino Superior
IFES- Instituições Federais de Ensino Superior
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MG- Minas Gerais
MEC- Ministério da Educação e Cultura
PAE- Programa de Assistência Estudantil
PAS- Programa de Avaliação Seriada

PEC- Proposta de Emenda à Constituição
PET- Programa de Educação Tutorial
PIB- Produto Interno Bruto
PNE- Plano Nacional de Educação
PPC- Projeto Pedagógico do Curso
PROGRAD- Pró-Reitoria de Graduação
PROUNI- Programa Universidade para Todos
PT- Partido dos Trabalhadores
REUNI- Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJ- Rio de Janeiro
SASI- Seleção Seriada
SIGA- Sistema de Gestão Acadêmica
SP- São Paulo
SISU- Sistema de Seleção Unificada
SESu- Secretaria de Educação Superior
TAE- Técnico Administrativo Educacional
UEG- Universidade Estadual de Goiás
UENF- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ- Universidade do Rio de Janeiro
UFG- Universidade Federal de Goiás
UFPB- Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFVJM- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB- Universidade de Brasília
UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.....	28
2.1 O ensino superior: leis e as políticas públicas de ações afirmativas.....	28
2.2 As dificuldades financeiras das IFES brasileiras e as estratégias de financiamento.	37
2.3 Os organismos multilaterais e suas influências na educação brasileira.....	42
3 DEBATE SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA UFVJM.....	44
3.1 Evasão superior no contexto brasileiro.....	44
3.2 Campus da UFVJM em Unaí/MG: história de sua concepção	49
3.3 Desafios enfrentados para a instalação da UFVJM em seu espaço definitivo em Unaí/MG.....	51
4 ANÁLISE E RESULTADOS SOBRE A EVASÃO UNIVERSITÁRIA NA UFVJM- CAMPUS DE UNAÍ/MG.....	64
4.1 Perfil dos estudantes ingressantes e evadidos do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM em Unaí/MG.....	64
4.2 Taxas de evasão média e variáveis motivadoras de abandono do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM (<i>Campus-Unaí/MG</i>) para as turmas ingressantes nos anos/semestres de 2014/1 a 2015/2.....	70
4.2.1 Evasão média do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM (<i>Campus Unaí/MG</i>) em 2014/1.....	70
4.2.2 Evasão média do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM (<i>Campus Unaí/MG</i>) em 2014/2.....	72
4.2.3 Evasão média do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM (<i>Campus Unaí/MG</i>) em 2015/1.....	74
4.2.4 Evasão média do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM (<i>Campus Unaí/MG</i>) em 2015/2.....	75
4.3 Variáveis motivacionais de evasão de acordo com o Art. 80/V da Resolução nº 11 do Consepe da UFVJM.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
ANEXO A - ATA DA 69ª SESSÃO DO CONSU.....	96

ANEXO B- PACTUAÇÃO ENTRE O MEC E A UFVJM.....	99
ANEXO C- NOTA DA UFVJM PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA DO <i>CAMPUS</i> DE UNAÍ/MG.....	102
ANEXO D- OFÍCIO Nº 54/2017/GAB/UFVJM.....	103
ANEXO E- OFÍCIO Nº 10/2017/CGEG/DIFES/SESU/SESU-MEC.....	106
ANEXO F- FORMULÁRIO DE JUSTIFICATIVA- CANCELAMENTO DE MATRÍCULA.....	108

1 INTRODUÇÃO

Estudar a evasão escolar é um desafio devido à complexidade deste fenômeno e ao vasto número de variáveis que podem desencadeá-lo, como os fatores pessoais relacionados ao estudante, internos e externos das instituições de ensino superior. No contexto acadêmico, a evasão escolar superior acontece quando o aluno interrompe seu processo de aprendizagem ao evadir do curso, da universidade ou do sistema educacional (BRASIL, 1996b).

Compreender as causas e consequências da evasão torna-se essencial para evitar que diversos problemas associados a este fenômeno passem indiferentes à ação dos gestores universitários e sirvam para balizar a criação de políticas públicas nacionais e institucionais com o objetivo de manter o aluno matriculado no curso escolhido, para que, assim, as instituições públicas de ensino superior possam qualificar seus discentes e oferecer um bom número de diplomados ao mercado profissional (BRASIL, 1996b). Sendo assim, a evasão escolar superior é um tema relevante para as universidades e governos, tanto no âmbito nacional quanto global, pois os discentes justificam a atividade-fim de toda instituição escolar, e nesse contexto, a UFVJM poderia cumprir a missão que se traduz por:

Promover o desenvolvimento científico, econômico e sociocultural da sua região, assegurando o ensino de qualidade em diferentes áreas do conhecimento, respeitando a natureza, inspirado nos ideais da democracia, da liberdade e da solidariedade, visando produzir, integrar e divulgar conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade e o desenvolvimento sustentável da sua região (UFVJM, 2016, p. 13-14).

Para alcançar a missão, é preciso combater seriamente os problemas de evasão que acontece em vários cursos da UFVJM. Para isto, estudos vêm sendo realizados por discentes de pós-graduação e por profissionais da instituição com o objetivo de entender os fenômenos conectados a tomada de decisão, por parte do discente, de evadir do curso ou até mesmo da universidade.

A justificativa para a realização do estudo é, inicialmente, pela motivação profissional da pesquisadora, servidora pública na instituição. Trabalhando na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no *Campus* de Unaí desde abril de 2014, lotada na biblioteca, e, tendo contato diário com alunos, percebeu-se que alguns discentes anteriormente frequentes naquele setor, não estavam realizando o empréstimo de livros e ou estudando naquele local. Ao buscar um diálogo com colegas desses alunos, era informada que eles haviam desistido do curso ou mudado de instituição, despertando assim, o anseio de entender o que motivava a evasão. Do ponto de vista acadêmico, surge a partir da necessidade

científica de entender e buscar respostas para o fenômeno, visto que o panorama do abandono de curso e evasão de alunos no *Campus* de Unaí era aparentemente frequente o bastante para ser meritório de um estudo de suas razões.

Outros estudos sobre a evasão escolar superior foram realizados na UFVJM em Diamantina/MG, sendo importante o registro dos trabalhos de Andrade (2009); Campos (2017) e Amorim (2016) que tratam do fenômeno nos cursos presenciais da UFVJM, e destacam-se algumas diferenças entre os estudos realizados pelos autores supracitados e esta pesquisa, que foi realizada em Unaí.

Duas diferenças básicas que merecem destaque são a dimensão territorial/de estudo: embora as pesquisas tenham sido realizadas na mesma instituição, o presente estudo foi criado para descrever e compreender o fenômeno no *Campus* de Unaí e, em virtude do tempo de existência do *campus* e uma variedade de problemas que serão discutidos em detalhes ao longo desta produção, os dados que serão pesquisados referem-se somente ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (BCA); o corte temporal que foi definido entre os anos de 2014 a 2015; e finalmente o olhar do pesquisador perante os dados a serem analisados.

Assim, uma vez que cada *campus* possui particularidades próprias, uma pesquisa *in loco* é necessária para conhecer os problemas locais relacionados à evasão escolar ou ainda dificuldades inerentes à instituição, que possam ser problemas motivacionais de evasão e desta forma possa ser instrumento de conhecimento a ser utilizado na análise e na criação de medidas pedagógicas e institucionais que visem à minimização deste fenômeno (BRASIL, 1996b).

O objetivo geral desta pesquisa foi realizar um estudo sobre a evasão escolar superior das turmas do curso presencial de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (BCA), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, *Campus* de Unaí/MG, no período compreendido entre o primeiro semestre do ano de 2014 e o segundo semestre do ano de 2015. O corte foi definido pela pesquisadora, para que as turmas relacionadas pudessem ter atingido pelo menos o período mínimo para integralização do curso, que são três anos ou seis semestres.

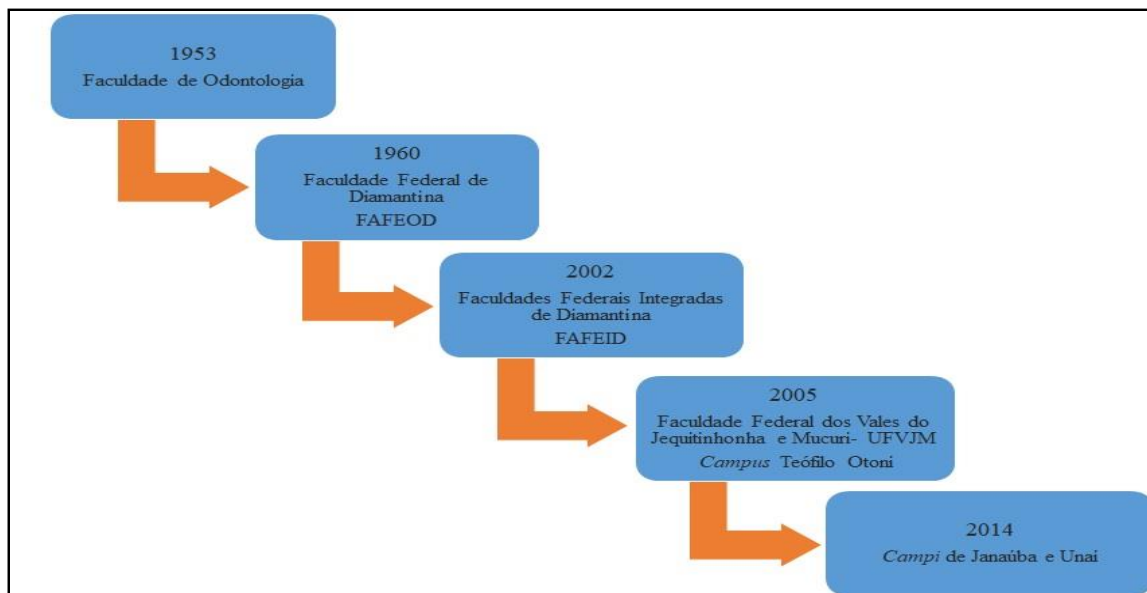
Como resultados a serem alcançados, esta pesquisa buscou conhecer as variáveis motivacionais que justificaram o fenômeno da evasão nas turmas selecionadas, tendo como objetivos específicos identificar as taxas de evasão média escolar superior de turmas vinculadas ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias no *Campus* de Unaí/MG, semestralmente, realizando o levantamento de dados a partir da primeira turma

ingressante no 1º semestre de 2014 até a segunda turma do 2º semestre de 2015; conhecer o perfil dos alunos ingressantes e evadidos da turma e, identificar as variáveis que influenciaram na evasão dos discentes da UFVJM em Unaí.

Com sede em Diamantina/MG, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, tem em sua raiz uma faculdade com décadas de tradição em educação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que era a Faculdade de Odontologia, criada em 1953, pela Lei Estadual nº 990, de 30 de setembro, pelo então governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek.

Em 1960 transformou-se em Faculdade Federal de Diamantina (FAFEOD), em 2002 torna-se Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID) e, no ano de 2005, por Lei Federal nº 11.173 (BRASIL, 2005b) passou a ser denominada Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. No mesmo ano, foi expandida para o interior de Minas, com a criação do *Campus* em Teófilo Otoni e, em 2014, a universidade avança novamente para o interior de Minas, para a região Norte, com o *Campus* de Janaúba e para a região noroeste de Minas, para a cidade de Unaí. (UFVJM, 2018). Abaixo se apresenta a cronologia de criação da UFVJM:

Figura 1 – Cronologia da criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri



Fonte: UFVJM, 2018a. Elaborado pela autora.

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, na cidade de Unaí, no Estado de Minas Gerais, que está situada no noroeste mineiro, a 170 km da capital federal do Brasil, Brasília, e a 601 km da capital mineira, Belo Horizonte. O nome da cidade é uma palavra de origem indígena, pois muitas foram as tribos que lá

viveram, Unaí, palavra hoje aportuguesada, vem da língua Tupi que significa: *Una* (preto) e *I* (água), fazendo alusão ao rio de águas esverdeadas, porém o chamam Rio Preto, que “ [...] corre alegremente, embelezando, valorizando e enriquecendo a fértil região do município de Unaí. [...]” (GONÇALVES, 2017, p. 42).

A cidade nasceu com os pioneiros que aqui chegaram, atraídos pela imensidade de terras virgens. Vários foram os nomes utilizados pelo povo da época: Porto do Rio Preto, Distrito do Rio Preto, Arraial, Vila do Capim Branco, Fazenda Capim Branco, até emancipar-se, em 1943, através Lei Estadual nº 1.058. Possui uma população estimada de 83.808 habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). Tem uma vegetação de cerrado, e é agraciada com a passagem de um rio interestadual, chamado Rio Preto, que contorna uma grande extensão da cidade, onde as atividades agropecuárias são beneficiadas, sendo hoje o ponto central da economia unaiense, que se destaca na produção de grãos e leite, sendo, constantemente, relacionadas entre os maiores produtores de Minas Gerais e do Brasil, de acordo com levantamentos de dados do IBGE, em 2011, o seguimento trouxe à cidade de Unaí o 1º lugar em Minas Gerais e o 10º lugar no Brasil.

O *campus* da UFVJM em Unaí funcionou provisoriamente até julho de 2019 no espaço físico da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Este espaço seria utilizado pela UFVJM até que a construção de seus prédios fosse finalizada. O local definitivo da UFVJM, em Unaí, está sendo construído na fazenda Santa Paula, que se situa a aproximadamente oito quilômetros (km) do centro da cidade de Unaí em direção à cidade de Paracatu-MG. A infraestrutura física cedida pela UNIMONTES foi beneficiada com algumas reformas, tais como: telhados, janelas, pisos, laboratórios, salas de aula, biblioteca, banheiros. A UFVJM contou com a parceria da prefeitura Municipal de Unaí para a realização de algumas dessas obras, e também efetuou a contratação de empresas terceirizadas.

O Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias foi o curso escolhido para o início das atividades escolares no *Campus* de Unaí/MG, pois sua abordagem interdisciplinar permite aos discentes uma gama de possibilidades após a conclusão do curso, como demonstrada na Figura 2:

Figura 2 - Fluxograma do Curso de BCA-UFVJM/Unai



Fonte: UFVJM, 2014a.

Na Figura 2 verificam-se as opções apresentadas ao aluno para cursar o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias- BCA:

- Opção 1: Terminar a graduação em 3 anos;
- Opção 2: Terminar a graduação e entrar no mestrado/doutorado;
- Opção 3: terminar o BCA e concorrer ao mercado de trabalho;
- Opção 4: terminar a graduação e ingressar nos cursos profissionalizantes (Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Medicina Veterinária e Zootecnia).

A configuração do curso de graduação visa atender às recomendações do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) quanto a flexibilização dos currículos, rompendo, assim, com a estrutura tradicional de ingresso já em cursos profissionalizantes, com a criação de estruturas que possibilitem uma formação inicial de curta duração e com diplomas intermediários como um caminho para a profissionalização ou formação específica (BRASIL, 2007), e assim aumentar a oferta de diplomados no mercado de trabalho.

A ampliação de uma universidade envolve diversos setores e para que o processo tenha maiores chances de sucesso um número de fatores sutis deve ser analisado, não bastando somente observar a localização e territórios, mas também “fatores extra universitários sem o que o fracasso do projeto é inevitável [...]” (TRINDADE, 1999, p. 141). Desta forma, o investimento em obras públicas e aquisição de bens permanentes e não permanentes no sentido de atender às demandas populares, deve ser planejado para evitar uma série de problemas, tais como:

[...] aos problemas administrativos e financeiros das universidades somaram-se os problemas advindos (i) da fragmentação dos espaços universitários em locais muito distantes; (ii) da segregação de certos *Campi*; (iii) do gigantismo e da caríssima

manutenção das áreas e das edificações existentes (TRINDADE, 1999, p. 142).

Conforme exposto pelo autor, a distância do *campus* para a sede pode gerar a sensação de abandono, problemas de deslocamento, de repasse de recursos, de comunicação interna, entre outros. Este é o cenário a ser observado perante a possibilidade de expansão de qualquer universidade pública ou privado, pois muitos são os desafios a serem enfrentados até que se finalize o projeto de ampliação, visto que as universidades federais dependem de verbas governamentais para sua sustentabilidade financeira, ficando a mercê de políticas públicas educacionais e verbas que são liberadas ou canceladas a critério do Governo Federal.

Tratando-se dos procedimentos metodológicos, esta é uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é relevante para que o pesquisador possa melhor explorar o tema de estudo e ainda auxiliar na escolha do método de pesquisa com vistas a contribuir para a autenticidade da pesquisa. Consiste em explorar as teorias mais aceitas no meio acadêmico para subjazer o novo pesquisador em seu estudo, possibilitando-o a ampliar seu conhecimento e aperfeiçoar seus argumentos a partir das teorias existentes para a construção verificável de outra complementar a sociedade acadêmica. Portanto, é essencial como pesquisa de apoio às demais modalidades de pesquisa por fins de originalidade e para evitar retrabalhos que não contribuam ao avanço geral do conhecimento científico (ANDRADE, 2010).

Dentro da pesquisa bibliográfica, uma das primeiras ações a serem realizadas pelo pesquisador é o conhecimento do universo ao qual o objeto de estudo está inserido, começando assim a fase exploratória. O propósito deste tipo de pesquisa é “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. [...]” (GIL, 2010, p. 27). O conhecimento da literatura a ser utilizada pelo pesquisador é relevante para os passos iniciais na construção de uma pesquisa de qualidade, e:

[...] proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. Através das pesquisas exploratórias avalia-se a possibilidade de desenvolver uma boa pesquisa sobre determinado assunto (ANDRADE, 2010, p. 112).

Assim, o mapeamento de trabalhos já publicados sobre a evasão escolar no Brasil é fundamental para que o pesquisador tenha uma melhor familiarização com o tema. O levantamento das fontes bibliográficas foi realizado em periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), banco de teses de universidades, livros, sites de artigos científicos, revistas especializadas sobre a problemática da evasão

superior, bem como de assuntos ligados à educação e qualquer outro tema que possa acrescentar valor à realização deste trabalho. Ressalta-se que pesquisas realizadas por alguns pesquisadores tais como Borges (2011), Lobo (2012), Amorim (2016) e Campos (2017) entre outros, que são importantes para o conhecimento do que foi produzido e concluído a respeito do objeto de pesquisa, bem como conhecer qual a metodologia utilizada nesses trabalhos, seus objetivos e a relevância para outras pesquisas.

A pesquisa documental é utilizada praticamente em todo o meio acadêmico, muitas vezes se assemelha à pesquisa bibliográfica, sendo diferenciadas pela natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se de material publicado para diversos fins e leitores, a pesquisa documental dispõe de documentos variados (GIL, 2010). Para Andrade (2010, p. 113) as fontes baseiam-se em “documentos primários, originais. Tais documentos, chamados de “primeira mão”, ainda não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa: dados estatísticos, documentos históricos, correspondência epistolar de personalidades etc.”. Assim, a pesquisa documental possui uma variedade de opções de fontes que podem favorecer o levantamento de dados a serem utilizadas em pesquisas científicas, dentre alguns documentos, são geralmente manuseados os abaixo relacionados:

1. Documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações;
2. Documentos pessoais, como cartas e diários;
3. Material elaborado para fins de divulgação, como folders, catálogos e convites;
4. Documentos jurídicos, como certidões, escrituras, testamentos e inventários;
5. Documentos iconográficos, como fotografias, quadros e imagens;
6. Registros estatísticos. (Gil 2010, p. 31).

A abordagem desta pesquisa é caracterizada como qualitativa, pois busca respostas para questões específicas, como a evasão escolar superior do *Campus* de Unaí. Segundo Minayo *et al.* (2002, p. 21-22) “a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes [...]”. Desta forma, busca compreender comportamentos, causas e interações de um grupo com o objeto de estudo, tentando encontrar as relações de dependência e variáveis para o esclarecimento de fenômenos.

A pesquisa pode ainda ser qualificada como quantitativa por trabalhar com o levantamento de dados estatísticos e numéricos. De acordo com Minayo *et al.* (2002), a pesquisa quantitativa se justifica pela percepção de dados concretos e visíveis e o investigador evita interpretações pessoais até que os dados sejam analisados estatisticamente.

A pesquisa documental foi realizada *in loco* no *Campus* de Unaí, mais, especificamente, na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/DRCA), e foram manuseados documentos que ainda não foram analisados em pesquisas científicas, podendo ser

considerados inéditos, tais como:

- Ficha Individual dos alunos evadidos do curso de Bacharelado em Ciências Agrárias, com o objetivo de levantar as informações necessárias para identificar dados como: data/período de ingresso; etnia; forma de ingresso, renda e motivo do cancelamento/desligamento;
- Relatório de calouros do Curso de Ciências Agrárias para o levantamento do número de ingressantes (SIGA);
- Formulário de Justificativa de Cancelamento de Matrícula;
- Relatório de Graduados (SIGA), para levantamento dos alunos que foram diplomados.

Para que a pesquisa fosse realizada dentro dos preceitos da ética no que se refere à preservação dos dados pessoais dos sujeitos pesquisados, foi solicitada uma autorização para o acesso aos documentos acima relacionados. A Carta de Anuência para Autorização de Pesquisa foi encaminhada para a Pró-Reitora da Prograd em 19 de março de 2018, que atendeu, prontamente, ao pedido, no dia 20 de março de 2018. Além da permissão de acesso a tais documentos, a carta esclareceu o compromisso em preservar o sigilo de dados não públicos.

No mês de dezembro de 2018, na DRCA/Unaí, a pesquisadora teve acesso às pastas dos discentes evadidos, que são arquivadas com a identificação de Cancelados/Desligados e Reopção de Curso, com a referência do período de desligamento (ano e semestre), assim pode-se utilizar esta mesma organização para que os dados obtidos no levantamento pudessem ser conferidos com os dados arquivados.

Após a análise das fichas foram registrados os seguintes dados: forma de ingresso, estado civil, local de origem, etnia, que foram os dados utilizados para o levantamento perfil dos discentes evadidos. Com o levantamento do número de evadidos, foi realizada a conferência dos dados obtidos com o relatório de calouros no qual se verifica o número de alunos ingressantes, cancelados/desligados, ativos, diplomados. O relatório foi emitido pelo sistema de Gestão Acadêmica (SIGA) em 14 de janeiro de 2019 e foi gerado por ano/semestre de desligamento.

Considerou-se evadidos os alunos em situação de Desligados/Cancelados/Reopção de Curso, de acordo com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 05 de 20 de maio de 2011, que estabelece o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, determina que o aluno terá sua

matrícula cancelada e com posterior desligamento quando:

Seção V, Art. 41: A não renovação de matrícula num período letivo equivalerá a abandono de curso, e o discente terá sua matrícula cancelada.

Capítulo VII- Art. 80, incisos:

- I-** Não reingressar após o prazo máximo permitido no § 1º do Art. 59;
- II-** For reprovado por aproveitamento e/ou faltas em todas as disciplinas em que estiver inscrito por 02 (dois) semestres letivos;
- III-** Ultrapassar o prazo máximo de integralização curricular fixado no Projeto Pedagógico do Curso;
- IV-** For reprovado por infrequência em todas as disciplinas do 1º período;
- V-** Solicitar formalmente sua desistência do curso.

Foi possível verificar algumas das variáveis que motivaram a evasão do curso estudado. Para aqueles alunos que evadiram de acordo com o Art. 80, inciso V, opção que o aluno solicita formalmente seu desligamento, e, no ato deste pedido de cancelamento, o discente é convidado a preencher um questionário com as justificativas para o seu abandono, porém, este formulário nem sempre é preenchido, pois a justificativa é pessoal e facultativa.

Após o levantamento do material, foi realizado o tratamento dos dados e sua análise, e nesse momento é realizado o confronto entre o que foi fundamentado na teoria e os resultados encontrados em campo. (MINAYO *et al.*, 2002). Posteriormente, foram convertidos em porcentagem por meio do programa Excel, e para a apresentação dos dados obtidos na pesquisa foi feita a opção pelo uso de tabelas e gráficos para melhor visualização, compreensão e entendimento dos leitores.

Foi considerado o percentual de até 20% de evasão, média que representa a meta definida como razoável e que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) poderiam alcançar em médio prazo (BRASIL, 1996b). O Ministério da Educação chegou a este percentual em estudos da Secretaria de Educação Superior (SESu) que apontavam para uma evasão média nacional de 50% nas IFES. Para a transformação dos dados em percentual de evasão, utilizou-se a expressão matemática também utilizada pelo MEC na publicação que discute o tema:

Figura 3 - Fórmula do MEC para cálculo de evasão

$$\% \text{ Evasão} = \frac{(Ni - Nd - Nr)}{Ni} * 100$$

Fonte: BRASIL, 1996b, p.28

Como termos do cálculo, as variáveis são:

- Ni= número de ingressantes;
- Nd= número de diplomados;

- Nr= número de retidos.

Ainda em referência aos nomes aqui utilizados, o MEC (1996b) esclarece que:

- Ingressante é o aluno que ingressou em dado curso, no ano/período base considerado, independente da forma de ingresso;
- Diplomado é o aluno que concluiu o curso de graduação dentro do prazo máximo de integralização curricular;
- Retido é o aluno que, apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular fixado, ainda não concluiu o curso, mantendo-se matriculado;
- Evadido é o aluno que deixou o curso sem concluí-lo;
- Geração completa corresponde a situação dos ingressantes em determinado curso, ao final do prazo máximo de integralização curricular.

Vale ressaltar que existem outras fórmulas para se alcançar os números da evasão (LOBO, 2012; SILVA, 2014), cabe ao pesquisador utilizar aquela que melhor contribuir para o alcance do objetivo de seu estudo, uma vez que os dados sobre a evasão podem variar de acordo com as instituições (públicas/privadas), ainda podem variar devido a região e também em função do curso. Como Silva Filho *et al.* (2007, p. 644) esclarecem “a evasão pode ser medida pela simples organização das informações disponíveis nos setores de registro e controle acadêmico”, e esta foi a opção utilizada pela autora.

As taxas de evasão aqui observadas são médias, pelo fato de as turmas em análise (exceção à turma de 2014/1) não terem alcançado o tempo máximo para estudos de geração completa¹. Outra justificativa para a não utilização de estudos de geração completa é a perda de informações ao longo do tempo, por isto o MEC (1996b, p. 34) orienta na realização de “[...] estudos que permitam avaliar mais rapidamente as tendências predominantes nos diversos cursos bem como os efeitos de ações voltadas para a redução da taxa de evasão, [...]”. Pode-se inferir desta forma, que, estudos realizados semestralmente ou anualmente respondem de forma mais ágil na construção de programas que auxiliem na manutenção do aluno no ambiente acadêmico.

Para facilitar a leitura e compreensão desta pesquisa, o primeiro capítulo aborda o problema-tema; acompanhado da justificativa; a pertinência do tema para o meio acadêmico, governos e demais estudiosos da educação; objetivo geral e específicos desta pesquisa; a metodologia empregada nesta pesquisa e finalmente a estrutura do trabalho.

¹ Período máximo de integralização, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Agrárias (PPC 2014/2016), onde os discentes têm um período mínimo de 3 (três) ou máximo de 4,5 (quatro e meio) anos para a integralização do curso.

O segundo capítulo apresenta um panorama sobre a educação superior ao longo da história de sua implantação desde o Brasil Colônia até os dias atuais, discutindo, também, a conjuntura de políticas públicas e expansão do ensino superior brasileiro.

A terceira parte trata da evasão na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, *Campus* de Unaí (MG) entre os anos de 2014/1 a 2015/2, combinado a teorias que envolvem este fenômeno. Para tanto, serão apresentados dados sobre a criação do *Campus* de Unaí, tais como a pactuação entre o MEC e a UFVJM acordada em 2012.

No quarto e último capítulo constam os resultados encontrados após as análises dos dados obtidos no estudo de caso. Para finalizar, o trabalho de pesquisa realizado sobre a evasão do *Campus* de Unaí, consta as considerações finais e sugestões que possam ser objeto de consulta para os gestores, em caso de estudos voltados para a construção de ações e medidas que visem à prevenção ou à redução da evasão escolar superior na UFVJM.

2 PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Este capítulo traz um breve relato sobre o ensino superior brasileiro desde o Brasil colonial até os dias atuais, desde a instalação das primeiras escolas superiores e o atraso do ensino neste nível de instrução no país se comparado com a origem europeia desta modalidade de ensino. Num segundo momento, evidenciam-se alguns dos problemas sociais históricos, preconceitos, elitismo, luta por direitos, que, ao longo da saga brasileira, contribuíram para a chegada tardia das universidades no Brasil. Neste sentido, observam-se os avanços lentos de políticas públicas voltadas para a educação superior, bem como o difícil acesso ao ensino superior por parte da população menos favorecida economicamente serão apresentados em sequência.

2.1 O ensino superior: leis e as políticas públicas de ações afirmativas

A implantação do ensino superior no Brasil remonta um passado de diferenças e lutas por direitos sociais daqueles que, desde a colonização do Brasil, estão à margem em uma sociedade elitista. O ensino superior então se desenvolve de forma lenta, com faculdades aleatórias e cursos profissionais criados com a intenção de diplomar os mais privilegiados para ocupar os melhores postos de trabalho e assim, manter o prestígio social (MARTINS, 2002; SAMPAIO, 1991).

A origem da universidade remonta o período medieval, de influência greco-romana, em sua criação assumiu forte contexto religioso, tornando-se instrumento de privilégios para estudantes, professores e clérigos (WANDERLEY, 1991). A primeira universidade na América Latina já havia sido criada pelos espanhóis em 1538, enquanto no Brasil eram fundadas as escolas superiores: Escolas de Cirurgia e Anatomia foram instaladas em Salvador e a de Anatomia no Rio de Janeiro em 1808, após a vinda da família real portuguesa.

A enorme diferença temporal no que se refere a criação da universidade na América Latina e a brasileira, foi motivada por nossos colonizadores portugueses, que preocupados em manter o controle mercantil de sua colônia, “proibia a criação de universidades no Brasil com o propósito de impedir o ensino e a aprendizagem das ciências, das letras e das artes, de modo que mantivesse a ordem e evitar movimentos revolucionários” (FLORES, 2017, p. 404), assim, mantinham o controle pela exploração da força de trabalho de uma população analfabeta.

Os jesuítas tiveram papel importante na evolução da educação no Brasil, apesar de ter tido como um de seus objetivos a catequização indígena para o trabalho. Eles eram responsáveis pela instrução dos filhos dos colonos e ainda no “século XVII fundaram um convento com ensino superior voltado para o estudo de teologia e filosofia” (FLORES, 2017, p. 402), direcionado para a formação de seu pessoal interno.

Os cursos superiores no Brasil eram desenvolvidos para as profissões liberais e contavam com algumas instituições isoladas (SAMPAIO, 1991), uma vez que, reforçando o caráter elitista e aristocrático na educação brasileira, não era de interesse da classe dominante a criação de universidades. Diante deste quadro de negação de direitos básicos de acesso à educação, o aparecimento muitos anos depois, da primeira universidade no Brasil, aconteceu no Rio de Janeiro (FLORES, 2017; WANDERLEY, 1991).

Na Tabela 1 apresentada abaixo se apresenta o surgimento de outras universidades no Brasil:

Tabela 01- Primeiras universidades no Brasil			
Instituição	Data	Federalização	Atual
Universidade do Rio de Janeiro	1920	1920	Universidade Federal do Rio de Janeiro- RJ
Universidade de Minas Gerais	1927	1949	Universidade Federal de Minas Gerais- MG
Universidade de São Paulo	1934	Estadual	Universidade de São Paulo- SP
Universidade da Bahia	1946	1950	Universidade Federal da Bahia- BA

Fonte: Saviani, 2010. Elaborado pela autora.

Conforme visto na Tabela 1, o surgimento das universidades brasileiras aconteceu a partir dos anos de 1920, algumas dessas, têm em sua raiz as escolas superiores fundadas em 1808 como as Universidades do Rio de Janeiro e da Bahia (SAVIANI, 2010). Até 1930, as questões relacionadas à educação no Brasil, eram tratadas pelo Departamento Nacional de Ensino, somente neste ano foi criado o Ministério da Educação e Saúde.

O Brasil organizou o sistema universitário em 1931 e o Decreto nº 19.851, de 11 de abril, estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras. Após protestos em 1932 realizados por um grupo de intelectuais que defendiam que o governo criasse um plano nacional; a escola fosse única, pública, gratuita; e a educação considerada um direito de todos, foi publicada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, com a seguinte indicação:

Parapho unico. o plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5, n. XIV, e 39, n. 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primario integral gratuito e de frequencia obrigatoria, extensivo aos adultos; b) tendencia à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primario, afim de o tornar mais accessivel; [...].

E, ao longo das décadas seguintes (1940, 1950, 1960, 1970), acontece a federalização das universidades (estaduais e privadas), especialmente, nas capitais e estados da nação. As mudanças na sociedade brasileira, principalmente com a expansão urbana e industrial, passaram a exigir uma formação além do secundário, houve uma pressão por parte da população jovem, que apesar de serem aprovados em vestibulares, não conseguiam acesso ao ensino superior pela falta de vagas, gerando assim uma crescente mobilização, especialmente da União Nacional dos Estudantes, que foi criada em 1938 (SAVIANI, 2010).

Com a urbanização e a abertura de grandes empresas, o ensino passa a ser buscado como forma de ascensão e o diploma de ensino superior passou a ser visto como “[...] uma garantia de acesso a esse mercado. Era a demanda por ensino, e até mesmo pelo diploma que impulsionava as demandas por transformações da década de 1960” (SAMPAIO, 1991. p. 14). Com a exigência e mobilização pelo acesso à educação o governo publica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/1961, que trata dos fins da educação, estrutura sua administração e divide o sistema educacional em: ensino primário, médio, secundário, técnico e superior.

Sete anos após a criação da primeira LDB, é criada a Lei nº 5.540/68 que trata da Reforma do Ensino Superior, com várias mudanças, a saber: eliminação da cátedra; organização do currículo básico e formação profissional; flexibilização do currículo em crédito e semestre; criou departamento de reitoria e colegiados; ensino vinculado à pesquisa e pode ser ministrado em instituições públicas e privado, entre outros. A lei não atendeu somente a demanda de alunos e professores, mas também foi de encontro aos interesses do mercado, conforme visão de Saviani:

O projeto de reforma universitária (Lei n. 5.540/68) procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscava vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional (SAVIANI, 2010, p. 9).

A partir da LDB houve um significativo crescimento no setor educacional privado, contrariando os anseios daqueles que defendiam a expansão do ensino superior e lutavam pelo aumento das vagas públicas. O crescimento do setor privado em detrimento ao ensino público pode ser verificado na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Evolução das matrículas da educação superior brasileira

Ano	Total	Matrículas Públicas		Matrículas Privadas	
		Total	%	Total	%
1964	142.386	87.665	61,6	54.721	38,4
1974	937.593	341.028	36,4	596.565	63,5
1984	1.399.539	571.879	40,9	827.660	59,2
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
2004	4.163.733	1.178.328	28,3	2.985.405	71,7

Fonte: Flores (2017).

A Tabela 2 apresenta o início do crescimento das instituições privadas no ensino superior brasileiro que salta de um percentual de 38,4% de matriculados no ano de 1964 para 71,7% no ano de 2004, enquanto que as instituições públicas decresceram passando de 61,6% em 1964 para 28,3% em 2004, demonstrando uma expansão universitária para o setor privado, a partir da reforma universitária em 1968, incentivada pelo Governo Militar que “desmantelou o movimento estudantil e manteve sob vigilância as universidades públicas, encaradas como foco de subversão” (MARTINS, 2002, p. 02).

A segunda LDB, Lei nº 9394/96, segue a tendência do Estado Brasileiro de manter a expansão universitária no setor privado conforme se verifica em alguns artigos 7º “O ensino é livre à iniciativa privada atendida as seguintes condições” [...] e artigo 77 “Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que” [...].

As políticas públicas voltaram-se para o setor privado racionando os recursos públicos e beneficiando a expansão de instituições privadas com a criação de programas de bolsas estudantis como o Programa Universidade para todos (PROUNI), segundo Saviani (2010, p. 14) “[...] é um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições”.

Conforme previsto na atual LDB/96, em 1998 foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE), com diretrizes e metas a serem alcançadas pela educação brasileira a cada 10 anos, e entre algumas dessas metas voltadas para a educação superior, verifica-se a forte tendência do uso de recursos públicos para o setor educacional privado como pode ser verificado nas metas a seguir:

6. Ampliar o Programa de Crédito Educativo, associando-o ao processo de avaliação das instituições privadas e agregando contribuições federais e estaduais, de modo a atender a 15% da população matriculada no setor particular, com prioridade para os

estudantes de menor renda. 7. Associar a concessão de crédito com recursos públicos a contrapartidas oferecidas pelas instituições beneficiadas, com recursos próprios ou através de convênios com instituições financeiras. 8. Oferecer apoio e incentivo governamental para as instituições comunitárias sem fins lucrativos, especialmente aquelas situadas em regiões não atendidas pelo Poder Público, levando em consideração a avaliação do custo e da qualidade do ensino oferecido. 9. Estabelecer um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, tanto os regulares como os de educação continuada, observando as metas estabelecidas no capítulo referente a essa modalidade de ensino (BRASIL, p. 52, 1998).

Apesar da criação de leis como a LDB (1996a) e do PNE (1998), e considerando a abertura de vagas no setor privado, o ensino superior no Brasil apresenta índices de acesso inferiores aos números apresentados na América Latina. Considerando-se os jovens entre 18 e 24 anos, o índice de acesso ao ensino superior brasileiro representava 12 % de alunos, percentual este, menor que a Argentina (40%), Chile (20,6%), Venezuela (26%) e de 20,6% na Bolívia (BRASIL, 1998).

As desigualdades sociais e os problemas advindos do ensino médio no Brasil podem estar dentre alguns dos problemas que impedem o preenchimento das vagas no ensino superior, pois, de acordo com Martins (2002, p. 3): “[...] salta à vista que os menos favorecidos não usufruem da igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior seja ele público ou privado, não por falta de vagas ou de reforma deste, mais por problemas sociais e deficiências do ensino fundamental”, problemas esses que contribuem para as dificuldades que os alunos provenientes dessas classes sociais vivem ao ingressarem e permanecerem no ensino superior.

Na década de 1990 alguns movimentos sociais foram fatores importantes para que o governo começasse a visualizar e pensar nas necessidades das classes excluídas. Movimentos como os das mulheres, que lutavam por seus direitos no cenário político e contra discriminações; movimento dos homossexuais cresce a partir de passeatas anuais, o movimento negro ou afrodescendente que deixa de ser considerado apenas como uma manifestação cultural para ser visto como uma construção de identidade e luta contra a discriminação, bem como o movimento indígena (GOHAN, 2011).

A luta destas classes tornou-se de suma importância para a construção de uma sociedade igualitária, pois conforme pensamento de Gohan (p. 346, 2011), “[...] Lutas pela educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania. O tema dos direitos é fundamental, porque da universalidade as questões sociais, aos problemas econômicos e as políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório. [...]”. A década de 1990 se tornaria um marco na criação de políticas públicas, quando em 1998, o Governo

Federal cria o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), inicialmente criado como forma de avaliação do desempenho dos estudantes do ensino médio, porém de forma não obrigatória. Em 2009 o exame passa a ser utilizado como forma de acesso ao ensino superior no Brasil (SILVEIRA; BARBOSA; SILVA, 2015).

Os milhões de candidatos que se inscrevem no Enem, podem optar por concorrer a uma vaga no ensino superior em qualquer instituição federal do Brasil, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), e nas instituições privadas através do Programa Universidade para todos (PROUNI) ou ainda poderiam aderir ao Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES), que substituiu o antigo programa Crédito Educativo, criado em 1976.

O Quadro 1, logo a seguir, serve como referência para o progresso das principais leis que regulam o processo de expansão e as transformações no ensino superior brasileiro nas últimas décadas, com suas principais contribuições:

Quadro 1 - Leis de acesso ao ensino superior

Lei	Criação	Funcionalidade
ENEM	1998	Avaliar o nível de aprendizado dos alunos que concluíram o ensino médio no Brasil. Usado como forma de seleção de acesso ao ensino superior.
FIES	Lei nº 10.260/2001	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Destina-se a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não possuem condições de arcar com os custos de sua formação.
PROUNI	Lei nº 11.096/2005	Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Oferece bolsas de estudos de 50% ou 100% da mensalidade em instituições privadas.
SISU	Lei nº 12.711/ 2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Reserva de 50% das vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas, e ainda estudantes egressos de escolas de ensino médio públicas.

Fonte: Elaborado pela autora conforme legislação relacionada.

Dentre todas as leis voltadas para o acesso ao ensino superior, a Lei 12.711/12, conhecida como a lei de ações afirmativas, seja talvez a mais discutida no momento, pelo conteúdo polêmico que nos remete às grandes desigualdades sociais que compõem a sociedade brasileira. Criar uma lei baseada nas condições de classe, raça ou etnia é reconhecer um débito com essas classes desde o Brasil colônia, pois segundo Piovesan (2007, p. 40):

As ações afirmativas, como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório cumpre uma finalidade pública decisiva ao projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à

diferença e à diversidade. [...].

Os movimentos por direitos civis da população afro-norte-americana na década de 1950 abriram espaço para lutas de outros grupos excluídos de direito tais como: nativos (índios); mulheres; idosos; deficientes físicos; homossexuais e transexuais e os imigrantes (WEDDERBURN, 2007). Outro evento importante para a consolidação das políticas afirmativas no mundo segundo Piovesan (2007) foi a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial realizada pelas Nações Unidas em 1965, que contou com a adesão de 170 nações, entre elas o Brasil, e que mais tarde com constante pressão dos movimentos sociais na década de 1970 e 1980, colocariam em pauta as discussões sobre políticas afirmativas a partir dos anos 90, pois segundo Arroyo (2010, p. 1385) “[...] as vítimas das nossas históricas desigualdades sociais, étnicas, raciais, de gênero, campo, periferias se fazem presentes, afirmativas, incômodas, não apenas nas escolas, mas na dinâmica social e política. [...]”.

Outro evento aconteceria com a participação ativa do Brasil na elaboração de documentos contra qualquer tipo de discriminação foi a Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, que ocorreu em Durban, na África do Sul, no ano de 2001, que:

[...] defendeu, do mesmo modo, a adoção de medidas afirmativas para a população afrodescendente, nas áreas da educação e do trabalho. O documento propôs a adoção de ações afirmativas para garantir o maior acesso de afrodescendentes às universidades públicas, bem como a utilização, em licitações públicas, de um critério de desempate que considere a presença de afrodescendentes, homossexuais e mulheres no quadro funcional das empresas concorrentes. (PIOVESAN, 2007, p. 41).

Diante do crescimento mundial de luta pelo direito dos excluídos, a educação também começa a se adaptar a esta tendência, assim no Brasil, de acordo com estudos de Cavalcante (2015), as primeiras universidades que utilizaram um sistema de “Cotas” foram as Universidades do Estado do Rio de Janeiro- UERJ; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF e a Universidade de Brasília- UnB em 2002. Em 2005 a Universidade Estadual de Goiás- UEG e no ano de 2009 a Universidade Federal de Goiás- UFG.

Antes com ações pontuais de algumas universidades, e, a partir do uso do ENEM/SISU, nos últimos anos houve um aumento no número de interessados em cursar uma universidade, alcançando milhares de jovens em todo o Brasil, ver a Tabela 3:

Tabela 3 - Números de inscritos no ENEM

Ano	Candidatos
2013	7.173.563
2014	8.722.248
2015	7.746.427
2016	8.627.367
2017	6.731.341
2018	5.513.747

Fonte: Inep, 2019. Elaborado pela autora.

Pode ser observado na Tabela 3 que houve uma grande procura dos brasileiros pelo ensino superior ao longo dos últimos anos. O número de inscritos no ENEM saltou de mais de sete milhões de candidatos em 2013 para mais de oito milhões no ano de 2016. Porém, a partir do ano de 2017, houve um decréscimo no número de candidatos inscritos diminuindo para a casa dos seis milhões. Esta queda no número de candidatos manteve-se nos anos seguintes, girando em torno de cinco milhões em 2018 e 2019.

Uma das explicações para o decréscimo no número de inscritos no Enem a partir de 2017 foi a mudança instituída pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A queda coincide com o aumento nos valores das inscrições e a exigência de justificativa de falta para aqueles que obtiveram o benefício de isenção, com vistas a evitar o desperdício do dinheiro público causado por aqueles que se inscrevem e não comparecem no dia do exame. Outros fatores como “a menor participação de egressos no exame, além de um menor número de matrículas no ensino médio, atribuído a componentes demográficos e à melhoria nas taxas de aprovação” também devem ser levados em consideração para a avaliação deste fenômeno (INEP, 2019).

Por causa da tendência de queda de candidatos que buscam o acesso ao ensino superior, as vagas ofertadas pelas IES tornam-se difíceis de serem preenchidas, sendo que grande parte da oferta nos cursos superiores brasileiro estão na rede privada, de acordo com a Figura 4 a seguir:

Figura 4- Vagas ofertadas pelas IES brasileiras

Categoria Administrativa	Vagas de Cursos de Graduação			
	Total Geral de Vagas	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total Geral	10.779.086	7.900.060	9.429	2.869.597
Pública	823.843	655.033	3.953	164.857
Federal	483.137	380.618	2.857	99.662
Estadual	238.629	194.428	787	43.414
Municipal	102.077	79.987	309	21.781
Privada	9.955.243	7.245.027	5.476	2.704.740

Fonte: Inep, 2017.²

² Censo da Educação Superior 2017. Disponível em: < <https://tinyurl.com/y48k8jzs>>. Acesso: 06 de jul. 2019.

Como visto na Figura 4, a utilização do Enem como forma de ingresso nas universidades públicas e privadas, possibilita o entendimento de que as políticas públicas educacionais vêm cumprindo seu papel de dar acesso ao nível superior a uma parte da população historicamente excluída de direitos. Todavia, na visão de Cavalcante (2015, p. 348), “[...] o caráter dissimulador das políticas de democratização do Ensino Superior continua reproduzindo desigualdades culturais e escolares, classificando e desclassificando os novos sujeitos da educação superior em um movimento contraditório [...]”, visto que a evasão continua problema recorrente em todas as universidades brasileiras.

A UFVJM também utiliza o ENEM/SISU, como forma de seleção de candidatos para o acesso aos cursos superiores ofertados, e, distribui suas vagas de acordo com a legislação que rege as políticas afirmativas, conforme se verifica em seus editais de processo seletivo, tais como o Edital nº 03/2017, que orienta quanto:

3.1. DOS CURSOS E VAGAS

§1º – A distribuição das vagas reservadas será feita em 4 (quatro) grupos, compostos por candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, a saber:

- a) L1 – vagas reservadas para candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salários mínimo per capita;
- b) L2 – vagas reservadas para os candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salários mínimo per capita;
- c) L3 – vagas reservadas para demais candidatos, independentemente da renda;
- d) L4 – vagas reservadas para os candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, independentemente da renda;
- e) as demais vagas (Ampla Concorrência) serão destinadas aos candidatos que não se enquadrarem em nenhum dos grupos acima ou que não optarem pelas vagas reservadas.

O critério de reserva de vagas para os candidatos que se enquadram nos grupos acima relacionados pode variar a cada semestre, de acordo com os editais que são lançados no período de inscrições.

As questões relacionadas ao financiamento das universidades no Brasil interferem diretamente na evasão escolar, pois programas de apoio estudantil são minimizados quando ocorrem cortes de verbas educacionais. Assim, com constantes influências da política pública brasileira e do mercado internacional, o prosseguimento de políticas públicas adotadas na área da educação torna-se deficitária, assunto este que será discutido no item 2.2 a seguir.

2.2 As dificuldades financeiras das IFES brasileiras e as estratégias de financiamento

O Brasil, país de dimensões continentais e diferenças regionais possui na educação um de seus maiores desafios. A Constituição Federal de 1988, no Art. 205, estabelece que a “educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Complementando esta ideia, o Art. 206 diz que o ensino será ministrado, dentre outros, com base no seguinte princípio: “I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

É dever do Estado, portanto, promover o acesso à educação, minimizando as diferenças econômicas e sociais. As políticas públicas criadas para este fim são vistas nos termos em que:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política (SARAIVA; FERRAREZI, 2006, p. 28-29).

Portanto, as políticas públicas têm a função de implementar, complementar e difundir o desenvolvimento e funcionamento da sociedade, pois essas são criadas para informar, esclarecer e aperfeiçoar o homem em seu ambiente de convivência profissional e pessoal.

A Constituição Brasileira de 1988 foi uma política pública relevante para a área educacional, ao estabelecer a educação como um dever do Estado e da família, que deverá ser ministrado de forma gratuita nas redes públicas de ensino; autonomia universitária; obrigações do Governo em todas as esferas; definiu, ainda, os recursos financeiros oriundos de impostos para a manutenção do sistema educacional, e estabelece condições de restrição para os recursos financeiros voltados às instituições públicas (AMARAL, 2010).

Assim, visando a ampliação da rede universitária, o Governo Federal criou, no ano de 2007, o Decreto nº 6.096, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, cujo objetivo é:

[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada à diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007, p. 10).

O plano de ampliação de políticas de inclusão visa: “[...] igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições socioeconômicas desfavoráveis” (BRASIL, 2007, p. 6) e está associado entre outros, a reestruturação acadêmicas e curriculares; mobilidade estudantil; redução das taxas de evasão; utilização adequada dos recursos humanos e materiais colocados à disposição das universidades federais.

Os primeiros estudos que detectaram a evasão no ensino superior brasileira foram realizados pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, em 1996. A comissão foi formada por representantes de vários setores, dentre eles: Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, no Brasil (ANDIFES), Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM). Este trabalho pioneiro organizado pela SESu/MEC (BRASIL, 1996b) trouxe dados sobre a evasão superior nas Instituições Federais, e teve como objetivos:

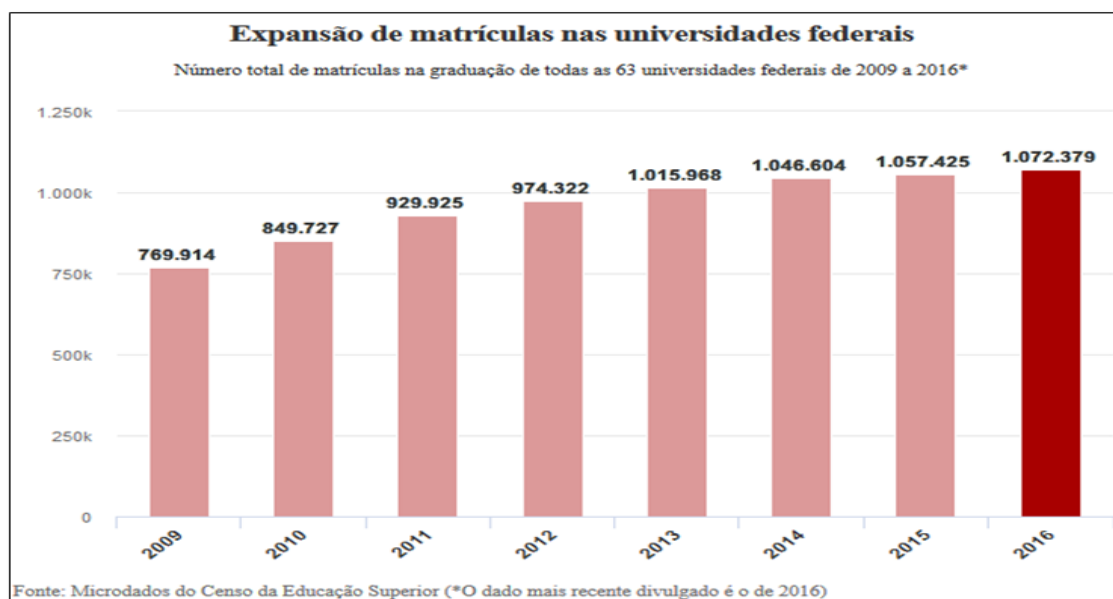
Aclarar o conceito de evasão, considerando suas dimensões concretas: evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema de ensino superior; 2. Definir e aplicar metodologia homogeneizadora de coleta e tratamento de dados; 3. Identificar as taxas de diplomação, retenção e evasão dos cursos de graduação das IESP do país; 4. Apontar causas internas e externas da evasão, considerando as peculiaridades dos cursos e das regiões do país; 5. Definir estratégias de ação voltadas à redução dos índices de evasão nas universidades públicas brasileiras (BRASIL, 1996b, p. 6).

Além da alta taxa de evasão apontada (média de 50%), o estudo concluiu que trabalhar com a evasão é uma tarefa árdua, por apresentar diferentes variáveis envolvidas, assim sendo, o Brasil (1996b, p. 22) entende que “a evasão de estudantes é fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Exatamente por isto, sua complexidade e abrangência vêm ao longo dos últimos anos, objeto de estudos e análises [...]”.

O trabalho da comissão de estudos sobre o abandono educacional foi primordial para a criação de políticas públicas de expansão da rede universitária e ainda de combate à evasão no ensino superior do Brasil como o Reuni, pois foi a partir dos dados encontrados, que a comissão instituiu taxas consideradas razoáveis para este fenômeno (20%) e norteia a definição científica para evasão como “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (BRASIL, 1996b, p. 25). Com a implantação do programa de expansão das universidades, houve um aumento na oferta de vagas nos cursos de graduação nas IES brasileiras, conforme pode ser constatado na Figura 5, onde se verifica um aumento significativo nos números de matrículas, após REUNI, de 769.914 no ano de 2009 para

1.072.379 alunos matriculados no ano 2016.

Figura 5 – Expansão de matrículas nas universidades federais



Fonte: Moreno (2018a)

O programa REUNI teve como um de seus objetivos a diminuição das taxas de evasão, todavia com o aumento do número de matriculados após os programas, este, pode não ter alcançado êxito, conforme se verifica em várias universidades brasileiras, dentre elas a UnB (OLIVEIRA, 2018, p. 22) que “[...] durante o período de implementação do REUNI, e nos anos seguintes, tomando como base dois dos mais conhecidos métodos de entrada³ na Universidade de Brasília (UnB), o crescimento do percentual de evadidos destes ingressantes ganha força a partir do ano de 2007, [...]”, e o crescimento nas taxas de evasão também foi encontrado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de acordo com estudos de Prestes; Fialho (2018, p. 888) “[...], não parece que o REUNI tenha conseguido diminuir as taxas de evasão existentes nos diferentes cursos do *campus* I UFPB, como era proposto”.

Assim, mesmo com o aumento de matrículas no ensino superior, não existe a garantia de permanência do discente nesta modalidade de ensino, pois na visão de Cañaveral e Sá (2017, p. 110) “[...], aquelas conquistas não significam, efetivamente, democratização do ensino superior, pois a estrutura de ingresso na universidade reproduz desigualdades de acesso se mantêm inalteradas. O REUNI intervém no volume de ingressantes, sim, mas não na ocupação das vagas.”.

Desde a criação do programa REUNI, o Brasil vem passando por graves crises de cunho político, que influenciam, diretamente, no financiamento não somente na área da

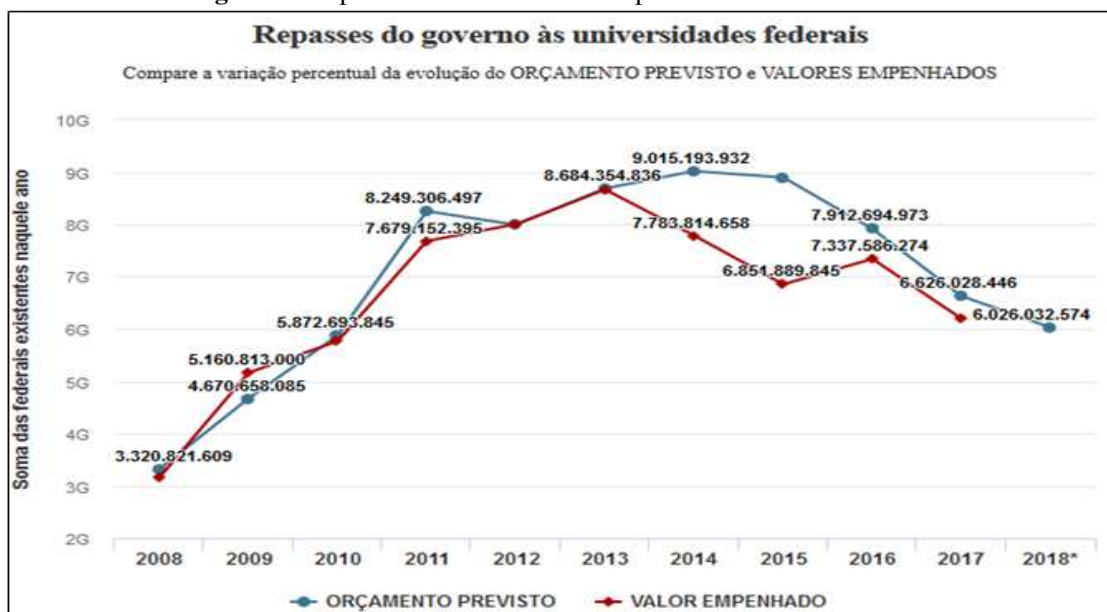
³ Programa de Avaliação Seriada (PAS) e o ENEM.

educação, mas também na área de saúde. A chamada “PEC⁴ do Teto dos Gastos” nº 241/2016 foi criada visando o congelamento dos gastos sociais do Governo Federal por vinte anos. Existe uma grande preocupação de estudiosos da educação no Brasil, com o atual quadro político brasileiro, que pode cada vez mais atingir a educação, uma vez que:

As mudanças políticas em curso podem significar, também, o abandono de medidas que possibilitaram a expansão relativa da educação superior pública. Se antes os governos “progressistas” apostaram na expansão simultânea dos setores públicos e privados-mercantis, as políticas de austeridade, a rigor, de contrarreforma do Estado, conduzidas por essas novas coalizões, podem estancar o financiamento das universidades públicas em favor de repasse de recursos para as privadas. No Brasil, a referida mudança constitucional que congela os gastos públicos por 20 anos, significará uma queda anual nos gastos sociais equivalentes a 0,8% do PIB por ano. Em 6 anos, isso equivaleria a toda verba para a educação brasileira, atualmente em torno de 5% do PIB (LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017, p. 21).

As atuais mudanças políticas já são visíveis no campo da educação. Moreno (2018a) fez um levantamento dos gastos do Governo Federal na área da educação, e concluiu que 90% das universidades federais sofreram uma redução real em seu orçamento nos últimos cinco anos. A Figura 6 demonstra a variação dos empenhos previstos e realizados pelo governo entre os anos de 2008 a 2018.

Figura 6 - Repasses do Governo Federal para as universidades federais



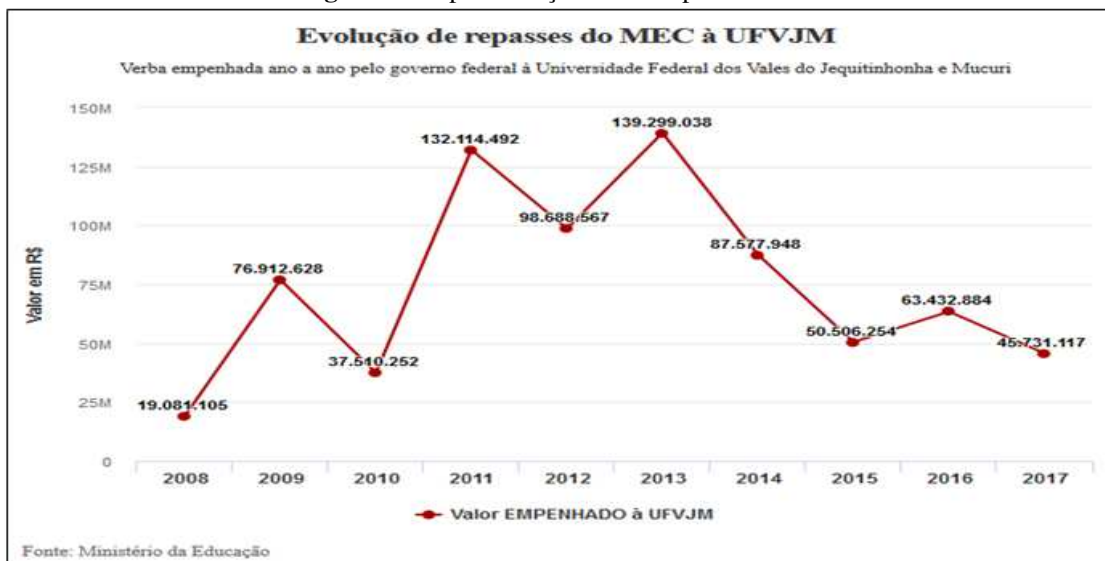
Fonte: Moreno (2018a).

Os cortes no orçamento atingem diretamente o pagamento das custas universitárias, houve uma queda do valor de empenho, influenciando diretamente no pagamento de contas

⁴ CÂMARA FEDERAL. Parecer do Relator da Comissão Especial da PEC nº 241, de 2016. Brasília, DF, 2016b. Disponível em: Acesso em 09 de agosto de 2018.

das universidades, que passaram a sofrer com a falta de orçamento para cobrir os custos de água, luz, serviços de limpeza, transporte, material de consumo etc. Algumas instituições tiveram que despedir funcionários terceirizados como foi o caso da Universidade de Brasília que demitiu 553 prestadores de serviços (MORENO, 2018a). Os cortes no orçamento atingiram todas as universidades do Brasil, bem como a UFVJM conforme pode ser verificado na Figura 7:

Figura 7 - Repasses orçamentários para a UFVJM



Fonte: G1, São Paulo (2018).

A UFVJM teve uma redução nos repasses em seu orçamento e observando seus empenhos entre os anos de 2008 a 2017, os valores variam entre R\$ 19.081.105 no ano de 2008; R\$ 139.299.038, em 2013; e R\$ 45.731.117, em 2017. A queda, apesar de ter ocorrido por vários fatores como obras não entregues dentro do prazo, problemas de licitação, entre outros, estão possivelmente ligados aos cortes relacionados na Figura 7.

O ensino superior público sendo financiado por recursos de fundos públicos (AMARAL, 2003), sofrem a cada quatro anos, com a troca de governo, constantes mudanças em leis educacionais, planos e programas, o que dificulta a criação de um sistema educacional, uma vez que a descontinuidade de reformas pode ser vista ao longo da história da educação no Brasil, muitas vezes comparado com um “ziguezague” tortuoso, sinuoso, vaivém (SAVIANI, 2008), tornando-se fragilizada podendo falhar em seu papel de contribuir na solução de problemas existentes na sociedade.

2.3 Os organismos multilaterais e suas influências na educação brasileira

A educação, vista sob a lógica mercantil, não é fenômeno recente no contexto brasileiro e, tampouco, são estranhos à realidade nacional os financiamentos estudantis e a inadimplência associada a não absorção e a regras deficitárias do sistema (MORENO, 2018b). Embora seja palco de uma discussão brasileira que remonta pelo menos a década de 50, esta pesquisa não pretende comparar o ensino público e o ensino privado e, muito menos, os fenômenos particulares da evasão em cada tipo de instituição, porém é substancial trazer neste momento informações de como a lógica da mercantilização pode criar problemas para as universidades públicas e para toda a sociedade brasileira.

O Grupo Banco Mundial (BM) conta com a participação de 187 países-membros, movimentando um montante de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos, sendo o Brasil seu parceiro e ao longo de 60 anos de parceria, já movimentaram um valor de US\$ 50 bilhões em financiamentos; doações e garantias. Com investimento em todas as áreas de desenvolvimento, organismos multilaterais,

(...) desempenham um papel importante pela amplitude de sua influência que acontece de diversas formas: a) elaborando estudos e pesquisas que corroborem suas ideologias e dissimulem seus reais interesses; b) disponibilizando empréstimos somente na condição de realização das reformas indicadas; c) realizando um convencimento público da validade de suas orientações, utilizando a mídia local e as demais instituições ideológicas sob influência da classe dominante; d) servindo de avalista da conformidade da gestão dos governos, condição necessária para a obtenção de empréstimos no sistema financeiro internacional (SABBI, AZEVEDO, 2013, p. 1).

Uma vez que os países-membros passam a usufruir dos conhecimentos e financiamentos destes organismos institucionais, sofrem um processo de convencimento para que as propostas e reformas sugeridas pelo sistema capitalista mundial sejam executadas em seus países (SABBI; AZEVEDO, 2013). Estas orientações atingem todos os setores da administração pública, inclusive a educação.

No relatório sobre o déficit de contas públicas brasileiras, o BM faz um estudo sobre a educação superior, alega que as despesas com esse nível de ensino são ineficientes, por achar que as universidades federais gastam até cinco vezes mais que as universidades privadas e uma reforma poderiam economizar 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), e ainda que 65% dos alunos federais fazem parte dos 40% mais ricos da população brasileira, por isso poderiam pagar por um financiamento estudantil como o FIES. (BANCO MUNDIAL, 2017).

Para alguns especialistas da área educacional, uma análise superficial dos custos por aluno considerando o orçamento total disponível para a universidade dividido pelo número de

alunos não revela, por exemplo, o desenvolvimento de atividades de iniciação científica, que de acordo com Trindade (1999, p. 69) “é a universidade pública que produz a grande maioria das pesquisas em muitos países e certamente no Brasil, [...]”, necessitando assim de estudos e metodologia que alcance o custo real por aluno, levando em consideração as pesquisas e inovações que contribuem para o crescimento do país.

Ainda segundo Amaral, (2003, p.110) “a cobrança de mensalidade no ensino superior público brasileiro é um tema polêmico e altamente explosivo”, os defensores da escola pública de qualidade e gratuita, utilizam-se do artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que trata do ensino público em estabelecimentos oficiais e entendem que “a educação superior é um bem público e que, portanto os recursos públicos deveriam ser gastos até o limite de riqueza nacional, de modo a atender ao maior número possível de jovens [...]” (AMARAL, 2003, p. 108), e por ser um bem público, a educação em qualquer nível de escolaridade, não é um gasto desperdiçado, mas, sim, um investimento, que retornará à sociedade por meio de cidadãos qualificados para exercerem seu papel social e profissional tanto, no Brasil, quanto em outros países.

Segundo o BM (2017, p. 17) “o Governo Brasileiro gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal. Os déficits fiscais brasileiros são altos e a dívida pública do país encontra-se em uma trajetória insustentável. As despesas públicas correntes vêm crescendo regularmente ao longo das duas últimas décadas”, por isso, parece não ser viável cortes no setor educacional, uma vez que o governo precisa da educação para capacitar brasileiros capazes de contribuir no processo de construção de um país eficaz, que melhor distribua sua renda. Para Furtado (2000, p. 10 *apud* Amaral, 2003, p. 45), “só uma sociedade sustentada em uma economia desenvolvida, com alto grau de homogeneidade social, pode confiar na racionalidade do mercado para orientar seus investimentos [...]”.

Seria necessário que, no Brasil, a temática sobre a gratuidade do ensino superior fosse amplamente discutida com especialistas da área da educação e sociedade, e, não somente com instituições que visam o mercado financeiro, tornando a educação um negócio e assim, colaborando com a permanência das desigualdades sociais refletidas no ensino superior.

3 DEBATE SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA UFVJM

Neste capítulo é apresentado o referencial que discute a evasão no ensino superior, e estudada, em âmbito nacional e institucional, a UFVJM, em Diamantina/MG e, especificamente, no *Campus de Unaí*. Discutir as literaturas existentes e relevantes para este tema é um processo importante e necessário para a fundamentação teórica desta pesquisa conforme abordagem a seguir.

3.1 Evasão superior no contexto brasileiro

A evasão é um problema que acontece em todas as instituições de ensino ao redor do mundo. Sua análise tem relevância para governos e sociedade, uma vez que a universidade é um local onde se busca adquirir conhecimentos que possibilitem a obtenção de uma profissão e posterior inserção no mercado de trabalho. Para muitos é a melhor chance de ascensão social e financeira. Além disto, de forma geral, a educação em todos os níveis é requisito essencial para o exercício da cidadania e tem relevância para todos os processos democráticos. Para Lobo (2012) a evasão ocorre quando o aluno deixa de estudar por qualquer razão, pode acarretar perdas tanto ao setor público quanto ao privado, conforme visão de Silva Filho (2007):

[...] as perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno; no setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. (SILVA FILHO *et al.*, 2007, p. 642).

A evasão causa prejuízos financeiros e sociais, prejudicando especialmente o aluno, que perde a oportunidade de crescimento profissional, pessoal e financeiro. O alto índice de desemprego no Brasil, segundo o IBGE (2019) que chega a mais de 13,4 milhões⁵ de pessoas, aponta que investir em qualificação, também por meio dos cursos superiores torna-se cada vez mais uma necessidade social, que traria benefícios ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento humano-social brasileiro.

Conforme Patto (1996, *apud* BORGES, 2011, p. 36) “a evasão escolar é um problema antigo na educação e vem apresentando ao longo das décadas um elevado crescimento,

⁵ Disponível em: < <https://tinyurl.com/y23rzyac> >. Acesso em 10 jul. 2019.

prejudicando o desenvolvimento de uma política educacional no país, [...]”. Da mesma forma, Amorim (2016) entende que o problema de evasão vem se agravando de forma persistente ao longo do tempo, requerendo estudos aprofundados para combate do problema.

Em estudos sobre a evasão, Prim e Fávero (2013), fizeram um resumo de alguns estudiosos na área, e verificaram vários motivos que justificam a evasão superior, conforme se observa no quadro a seguir:

Quadro 2 - Motivos para a Evasão Escolar Universitária

Autores	Motivos
Costa (1991)	Colisão de horário entre o curso e profissão, insatisfação necessidade de trabalhar (situação com o curso, necessidade de trabalhar).
MEC (1996)	Relacionados com o próprio estudante; ao curso e à própria instituição e fatores externos: socioculturais e econômicos.
Souza (1999)	Acadêmico-institucionais, sociopolítico-econômicos e pessoais.
Schargel e Smink (2002)	Psicológicos, sociológicos, organizacionais, interacionais e econômicos.
Biazus (2004)	Quanto IES: recursos humanos, didático-pedagógicos e infraestrutura. Quanto ao aluno: aspectos socioeconômicos, vocação dos alunos e problemas pessoais.
Costa (2005)	Quanto IES: infraestrutura, corpo docente, matriz curricular quanto ao aluno: situação econômico-financeira, incompatibilidade de horário e desempenho do acadêmico.
Silva Filho et al. (2007)	Econômico-financeira.
Dias Sobrinho (2008)	Imaturidade dos estudantes.
Tigrinho (2008)	Os principais problemas estão relacionados perante a gestão da IES com poucas ações de combate à evasão.
Oliveira (2009)	As IES não conhecem o perfil de seu aluno.
Lobo (2012)	Os principais problemas estão relacionados à gestão universitária.
Tontini e Walter (2014)	Internos ao perfil da instituição e do curso; externos à instituição; pessoais.

Fonte: Prim e Fávero, 2013. Adaptado.

Desta maneira, novos estudos são importantes e visam ampliar o debate sobre o tema, uma vez que, a problemática não aflige apenas o governo e suas políticas públicas na área da educação, instituições de ensino público ou privado, afeta principalmente o aluno que busca uma melhora na qualidade de vida por meio de sua graduação. Segundo estudos de Lobo (2012, p. 7) “estudar a evasão deveria ser uma política governamental geral voltada à qualidade acadêmica e, também, à responsabilidade do uso dos recursos (públicos e privados) [...]”, visando assim, atenuar o desperdício de verbas públicas, ociosidade de vagas e de servidores.

Segundo Gilioli (2016), as causas do abandono do curso superior podem ser muito diversas e, frequentemente, são uma associação de fatores ambientais e individuais, que o autor associa como sendo, respectivamente, as principais categorias de causas externas e

internas. A comissão instituída pelo MEC (BRASIL, 1996b) concluiu que existe uma série de fatores que motivam na decisão do aluno em evadir: relacionados ao estudante; relacionados ao curso ou instituição e aos fatores socioculturais e econômicos externos. Quanto a cada uma delas, a comissão relaciona os fatores a seguir:

Quadro 3- Fatores motivacionais de evasão

Fatores	Descrição
Relacionados ao estudante	Falta de habilidade para o estudo; relacionados à personalidade; decorrentes da formação escolar anterior; vinculados à escolha precoce da profissão; relacionados a dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária; decorrentes da incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; decorrentes do desencanto ou da desmotivação dos alunos com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; decorrentes de dificuldades na relação ensino-aprendizagem, traduzidas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas; decorrentes da desinformação a respeito da natureza dos cursos e decorrente da descoberta de novos interesses que levam à realização de novo vestibular.
Internos às instituições	Peculiares a questões acadêmicas; currículos desatualizados, alongados; rígida cadeia de pré-requisitos, além da falta de clareza sobre o próprio projeto pedagógico do curso; relacionados a questões didático-pedagógicas: por exemplo, critérios impróprios de avaliação do desempenho discente; relacionados à falta de formação pedagógica ou ao desinteresse do docente; vinculados à ausência ou ao pequeno número de programas institucionais para o estudante, como a Iniciação científica, Monitoria, programas PET (Programa Especial de Treinamento), etc.; decorrentes da cultura institucional de desvalorização da docência na graduação; decorrentes de insuficiente estrutura de apoio ao ensino de graduação: laboratórios de ensino, equipamento de informática, etc.; inexistência de um sistema público nacional que viabilize a racionalização da utilização das vagas, afastando a possibilidade da matrícula em duas universidades.
Externos às instituições	Relativos ao mercado de trabalho; relacionados ao reconhecimento social da carreira escolhida; afetos à qualidade da escola de primeiro e no segundo grau; vinculados a conjunturas da profissão, por exemplo, o “caso” das Licenciaturas; vinculados a dificuldades financeiras do estudante; relacionados às dificuldades de atualizar-se a universidade frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade; relacionados a ausência de políticas governamentais consistentes e continuadas, voltadas ao ensino de graduação.

Fonte: Brasil, 1996b, p. 121-123. Elaborado pela autora.

O estudo pioneiro do MEC (BRASIL, 1996b) sobre a evasão e fenômenos relacionados, é utilizado como referência na área, pois orienta e define conceitos importantes como evasão; fatores motivacionais de evasão e sua ocorrência (aluno/universidade/sistema de ensino superior). Embora seja estudo datado do ano de 1996, as pesquisas mais recentes apontam para causas encontradas àquela época, como por exemplo: evasão por insatisfação do aluno com o curso/instituição/carreira; desinformação quanto ao curso escolhido; escolha de curso como segunda opção (SILVA, 2012), e, ainda estudos de Barlem (2012) que corroboram com a informação de que a evasão ocorre por múltiplos fatores e geralmente está associado ao próprio universo do discente.

O combate à evasão no ensino superior deve ocorrer de muitas maneiras, mas em etapas que contemplem a realização de pesquisas com os alunos que saem dos cursos, buscando uma melhor compreensão do fenômeno, a verificação continuada de quais são as causas mais recorrentes da evasão e se elas mudam com o passar do tempo.

Estratégias adicionais incluem, tornar as disciplinas mais atrativas, seja através da criação de práticas pedagógicas mais modernas e/ou do fomento de estudos interdisciplinares, a criação de departamentos e dispositivos que facilitem com que o estudante se familiarize e se sinta parte da instituição. O provimento de bolsas e outras formas de auxílio que permitam ao estudante dedicar-se em maior parte, aos estudos e, finalmente, o aconselho vocacional e auxílio psicológico durante o curso (LOBO, 2012).

Estas práticas citadas por Lobo (2012) podem ser somadas a outras ações que ajudem a mitigar o problema de evasão, agindo de forma prévia junto ao acadêmico, identificando alguns dos fatores de risco no que diz respeito à evasão (PRIM; FÁVERO, 2013), tendo como exemplo: a idade média dos alunos; a escolha precoce por um curso superior; além da imaturidade muitas vezes, concomitante, ao início da idade universitária.

Outro fator que merece consideração especial é o fato da evasão concentrar-se geralmente nos primeiros semestres de cada curso, porque existe um desconhecimento generalizado quanto aos atributos específicos, ementas e demandas que o curso imprime sobre o acadêmico. Segundo Prim e Fávero (2013) as reprovações, retenções e problemas financeiros representaram a maior parte da evasão, sendo assim os principais responsáveis. Estes dados são compatíveis com aqueles encontrados por Gilioli (2016), em que as dificuldades financeiras do aluno e, em certa medida, da instituição, bem como as reprovações e a retenção são os responsáveis pela perda da perspectiva de progressão e pela perda de motivação dos indivíduos ao estudo.

Fato é que apesar da literatura nacional ou internacional conseguir identificar os fatores motivacionais da evasão, poucos são os métodos que auxiliam as IES no diagnóstico do risco de evasão (TONTINI, WALTER, 2014), para que, assim, as instituições educacionais possam desenvolver programas para seu enfrentamento.

Estudos sobre a evasão na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha- *Campi* de Diamantina (AMORIM, 2016) encontraram taxas de evasão que variam entre 18% e 51,40 % entre os anos de 2004 e 2010, apontando que os índices de evasão superior estavam acima da média daquela definida pelo MEC. O autor ainda relacionou esta evasão com a adesão da UFVJM ao programa REUNI, conforme demonstra a Tabela 4.

Tabela 4- Média de evasão nos campi da UFVJM em Diamantina

Evasão nos Campi de Diamantina – 2004 a 2010							
Período	Média geral % de evasão 2004	Média geral % de evasão 2005	Média geral % de evasão 2006	Média geral % de evasão 2007	Média geral % de evasão 2008	Média geral % de evasão 2009	Média geral % de evasão 2010
Antes do Reuni	18,0%	28,2%	28,3%	31,9%	-	-	-
Depois do Reuni	-	-	-	31,9%	36,8%	38,0%	51,4%

Fonte: Amorim, 2016.

As altas taxas de evasão que são apontadas na UFVJM (Tabela 4) levaram a instituição a conscientizar-se da necessidade de estudos e programas que visam minimizar a ocorrência deste fenômeno. Realizar debates sobre evasão foi uma das ações desenvolvidas dentro do Programa de Combate à Evasão que a UFVJM começa a desenvolver, discutindo sobre o tema, tendo a participação de docentes e da comunidade acadêmica para obter informações relevantes sobre a situação deste fenômeno em todos os *Campi* da UFVJM. Os discentes, também foram convidados a participarem do evento. Em Unaí, o debate foi realizado no dia 21 de novembro de 2017.

Figura 8- Debate sobre a evasão na UFVJM, *campus* de Unaí/MG- 2017

Fonte: UFVJM, 2017.⁶

Posteriormente, foram organizados fóruns para a discussão e medidas a serem tomadas, pertinentes aos problemas apontados nos debates realizados. Estes fóruns fazem parte de uma ação do programa #EmFrente, do Agenda 19⁷ que tem o objetivo de “aumentar

⁶ Disponível em: <http://ufvjm.edu.br/noticias/7555-2017-11-10-14-03-37.html>. Acesso: 04 jun. 2019.

⁷ O Agenda 19 é um conjunto de 19 programas estruturantes que norteará o trabalho da gestão no período de 2018/2019.

as taxas de conclusão de curso, diminuindo os índices de retenção e evasão.” (UFVJM, 2017). A Pró-Reitoria de Graduação- PROGRAD organizou o 1º Fórum de Enfrentamento à retenção e evasão “Enfrentamentos possíveis” em 2018, e em abril/2019, foi realizado o 2º fórum, intitulado: “Humanizar para seguir em frente”.

Após a realização do primeiro fórum, foi enviada uma carta ao senhor Reitor, Ofício nº 066/2018/Congrad/Prograd, contendo 16 encaminhamentos discutidos no fórum, dentre eles, a criação de cursos de nivelamento, contratação de psicólogos e pedagogos para a construção de núcleos de apoio em cada unidade acadêmica; institucionalizar o fórum de debates, criar um programa de apadrinhamento; formação pedagógica continuada dos professores; rever o modelo de assistência estudantil, entre outras medidas para diminuir os índices de evasão e retenção da UFVJM em Diamantina e em todos os seus *Campi*. (UFVJM, 2018)⁸.

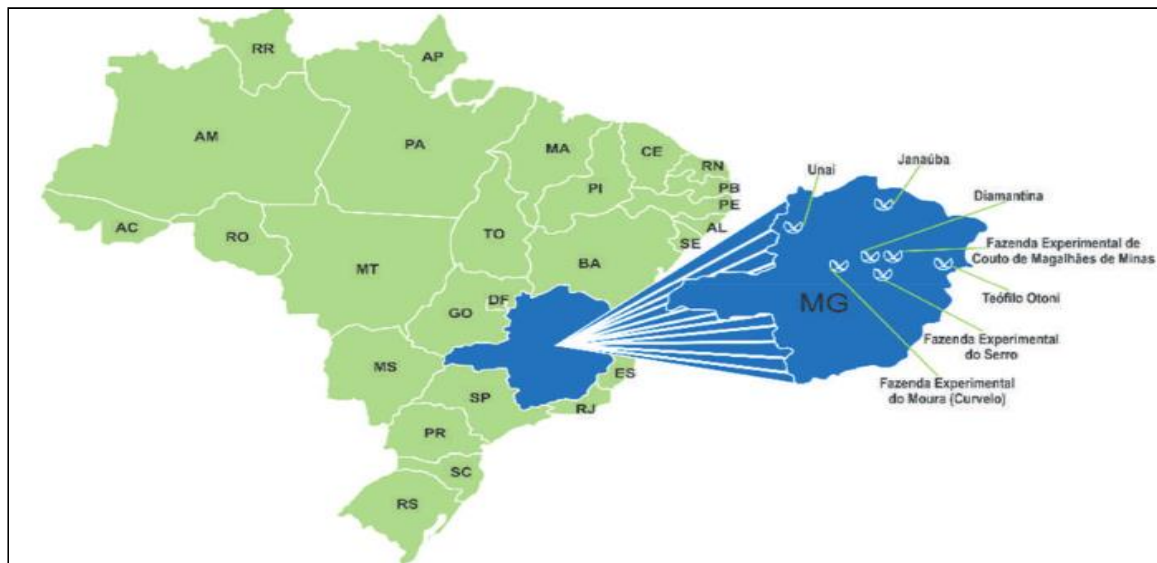
A UFVJM ainda desenvolve outras iniciativas de combate à evasão como o Programa de Educação Tutorial (PET), e Programas de Assistência Estudantil (PAE), voltados para alunos de baixo rendimento/renda. Estes programas reforçam a importância que a instituição tem demonstrado quanto à relevância do problema de evasão escolar na universidade.

3.2 *Campus* da UFVJM em Unaí/MG: história de sua concepção

A UFVJM aderiu ao REUNI em 2009, visando que a expansão de seus *campi* alcançasse todo o vale do Jequitinhonha, para que pudesse, assim, levar uma educação de qualidade à população daquela região. Mais tarde, em 2012, esta expansão acabou chegando às regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais, passando a ser reconhecida como uma universidade multicampi, que são caracterizadas pela presença das instituições em outros municípios do estado (FIALHO, 2005).

A Figura 9 apresenta a localização da UFVJM e os *Campi* que se encontram nas cidades de Diamantina, Teófilo Otoni, Janaúba, Unaí e ainda duas fazendas experimentais em Curvelo e Serro.

⁸ Disponível em: < http://www.ufvjm.edu.br/formularios/doc_view/7505-.html?l

Figura 9: UFVJM e seus *Campi*

Fonte: UFVJM, 2018 (b).

De acordo com o relatório feito como critério exigido pelo MEC a adesão ao REUNI se justifica, não somente pelos impactos sociais causados pela inserção dos novos *campi*, como também pelos “efeitos econômicos desta inserção em regiões onde o capitalismo considerado retardatário e, portanto, excluídas do seu processo de desenvolvimento.” (UFVJM, 2009, p. 2).

Desta forma a expansão universitária da UFVJM não beneficiaria somente os Vales do Jequitinhonha, mas também as regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais, ao expandir-se para Janaúba e Unai, a partir de 2014.

Após a adesão ao programa REUNI e com a criação de novos *Campi*, inclusive fora de sua região administrativa, a UFVJM teve um crescimento significativo em seus números. Em 2011 a universidade contava com 33 cursos presenciais, 1910 vagas para a graduação, 5773 estudantes matriculados, 10 cursos de pós-graduação, 425 docentes e 334 técnicos administrativos (UFVJM, 2011-2015) e em abril de 2019, constava de um quadro geral de 795 docentes contabilizados em todos os seus *Campi*, conforme Tabela 5 apresentada abaixo:

Tabela 5 - Número de docentes da UFVJM

<i>Campus</i>	Docentes-abril/2019
Docentes – Total Geral - UFVJM	795
<i>Campi</i> I e JK - Diamantina	521
<i>Campus</i> do Mucuri – Teófilo Otoni	180
<i>Campus</i> Janaúba	38
<i>Campus</i> Unai	56

Fonte: UFVJM, 2019.

O quadro docente por *Campus* varia entre 56 servidores em Unaí, 521 da Sede e do *Campus* JK em Diamantina. Com referência ao quadro de servidores técnicos – TAE, a UFVJM consta com 654, que são distribuídos por *campus*, como pode ser visualizado na Tabela 6.

Tabela 6 - Número de técnicos administrativos da UFVJM

<i>Campus</i>	Técnicos- abril/2019
TAE – Total Geral - UFVJM	654
<i>Campi</i> I e JK - Diamantina	463
<i>Campus</i> do Mucuri – Teófilo Otoni	108
<i>Campus</i> Janaúba	38
<i>Campus</i> Unaí	45

Fonte: UFVJM, 2019.

O *Campus* de Unaí, de acordo com o apresentado na Tabela 6, possui 45 técnicos Administrativos, Janaúba, 38, Teófilo Otoni 108 e a grande maioria ficam lotados na Sede e no *Campus* JK totalizando 463 servidores técnicos administrativos em abril de 2019.

Em 2019/1, o número de matriculados nos cursos de graduação somavam 8.851 alunos, sendo que destes, 570 são alunos em Unaí até o 1º período de 2019, 162 alunos matriculados nos cursos de doutorado e 709 discentes matriculados nos cursos de mestrado em 2018/2 e a UFVJM conta com um total de 51 cursos presenciais e ensino à distância- Ead. (UFVJM, 2019). O que demonstra o crescimento da UFVJM após sua adesão ao programa de expansão das universidades brasileiras.

3.3 Desafios enfrentados para a instalação da UFVJM em seu espaço definitivo em Unaí/MG

O primeiro grande desafio para a expansão da UFVJM para a cidade de Unaí foi vencido em reunião do Conselho Universitário (CONSU) em outubro de 2011, especificamente na ata da 69ª sessão ordinária do CONSU, realizada no dia 07 de outubro de 2011, e que após apreciação dos conselheiros, foi aprovado o projeto de expansão da UFVJM para os *campi* de Unaí e Janaúba. Na ocasião, o presidente da sessão, senhor Pedro Ângelo Almeida Abreu informou que a iniciativa de abertura dos *campi* no município de Unaí e Janaúba havia sido uma decisão tomada pelo Governo Federal, da qual foi informado via telefone pelo Senhor Secretário de Educação Superior à época.

Foi, então, criada uma comissão para o estudo da viabilidade de expansão para o Norte e Noroeste, e após consulta, a comissão decide que “A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM, pode se expandir para qualquer região do Estado de Minas

Gerais, mediante estudo, pesquisa e planejamento” (UFVJM, 2011). Após os debates e posicionamento dos conselheiros, aos quais caberia então a tomada de decisão se estas cidades seriam incorporadas pela UFVJM ou não, sendo informado que o Ministério da Educação havia assegurado a expansão universitária para as cidades de Janaúba e Unaí e, caso a UFVJM não aceitasse incorporar a cidade de Unaí e Janaúba em sua estrutura, esta oportunidade de expansão seria oferecida a outras IFES em Minas Gerais.

Mas a decisão de acolher os novos *campi*, não foi simples, enfrentou a resistência de integrantes do Movimento “UFVJM é nossa”, representantes das cidades do Vale do Jequitinhonha e Mucuri tais como: Itaobim, Almenara Capelinha, Araçuaí, entre outras, prefeitos e outros representantes, que lutavam pela implantação de um *campus* em suas cidades, inclusive com a mobilização de um abaixo-assinado em favor do Vale do Jequitinhonha. Uma vez realizados todos os procedimentos de debate, os conselheiros decidem acolher as cidades de Unaí e Janaúba como *Campi* da UFVJM, onde é citado que se trata de um projeto fechado, com previsão de orçamento, de funcionamento, contratação de docentes e técnicos administrativos, somente após a finalização das obras iniciais: edificações próprias, salas de aula, biblioteca, gabinetes e outros⁹.

Dando prosseguimento ao projeto de expansão da UFVJM para a cidade de Unaí, em reunião ocorrida na Secretaria de Educação Superior em abril de 2012, entre o MEC e o reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha, fez-se uma pactuação, em que o MEC autoriza a contratação de servidores, elabora um orçamento financeiro das obras, custeios para a implantação do *campus* de Unaí e quantidade de servidores.

Para a execução de obras e equipamentos; custeio; assistência estudantil; hospital veterinário e fazenda foram pactuados valores de R\$ 69.270.000,00, que seriam liberados entre os anos de 2013 a 2017. O número de docentes também seria liberado gradualmente através de concurso, sendo inicialmente 34 docentes em 2013 e um total de 115 docentes até o ano de 2015. Os técnicos em administração seguiram o mesmo critério, sendo 40 técnicos previstos para o ano de 2013, totalizando 133 servidores técnicos até o ano de 2015¹⁰. O primeiro concurso para compor o quadro inicial de servidores, foi realizado através do Edital nº 151/13 que ofertara 11 vagas para a área docente e o Edital nº 263/13, 31 vagas para a área Técnica Administrativa.

Com a incorporação da cidade de Unaí à UFVJM, foi realizada na cidade uma

⁹ Ata 69ª sessão do Conselho Universitário da UFVJM (Anexo A). Encaminhado via e-mail em 20/04/18.

¹⁰ Pactuação MEC/UFVJM em 2012 (Anexo B). Encaminhado via e-mail pelo ICA aos servidores do *campus* de Unaí em 19/04/17.

consulta popular para tomada de decisão quanto aos cursos a serem ofertados à comunidade unaiense, que “inicialmente fundamentou-se em estudo educacional, associada ao potencial de desenvolvimento no setor econômico, humano e social.”. (UFVJM, 2013, p. 15).

Nessas audiências, discutiu-se sobre os cursos que seriam ofertados pela universidade, definindo-se os seguintes cursos: Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, Agronomia, Engenharia Agrícola, Medicina Veterinária e Zootecnia, os quais foram posteriormente criados pelo Conselho Universitário através da Resolução nº 18 de 09 de novembro de 2012:

Art. 1º: Aprovar a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados no *Campus* de Unaí-MG pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Curso de Ciências Agrárias- Graus: Bacharelado Interdisciplinar- Vagas ofertadas semestralmente: 160- Turno: Integral- Números de docentes: 38. Agronomia- Bacharelado- Vagas ofertadas semestralmente: 40- Turno: Integral- Número de docentes: 15. Engenharia Agrícola- Bacharelado- Vagas ofertadas semestralmente: 40- Turno: Integral- Número de docentes: 15. Medicina Veterinária- Bacharelado- Vagas ofertadas semestralmente: 40- Turno: Integral- Número de docentes: 25. Zootecnia- Bacharelado- Vagas ofertadas semestralmente: 40- Turno: Integral- Número de docentes: 15. (Resolução Consu nº 18, 2012).

Foram realizadas três audiências públicas realizadas entre 2011 e 2012 que contaram com a presença do Reitor e outros servidores da UFVJM, bem como a presença da comunidade unaiense (Figura 10):

Figura 10 - Audiência pública realizada com a comunidade unaiense



Fonte: Ribas, 2013.

Sincronicamente aos processos de criação do *campus* e definição quanto aos cursos a serem ofertados em Unaí, ocorria o processo de decisão do espaço físico a ser ocupado pelo

campus. Para a escolha do terreno a ser doado para a UFVJM, foi publicado um Edital de Chamamento público nº 001/2012, cujo objeto 1:

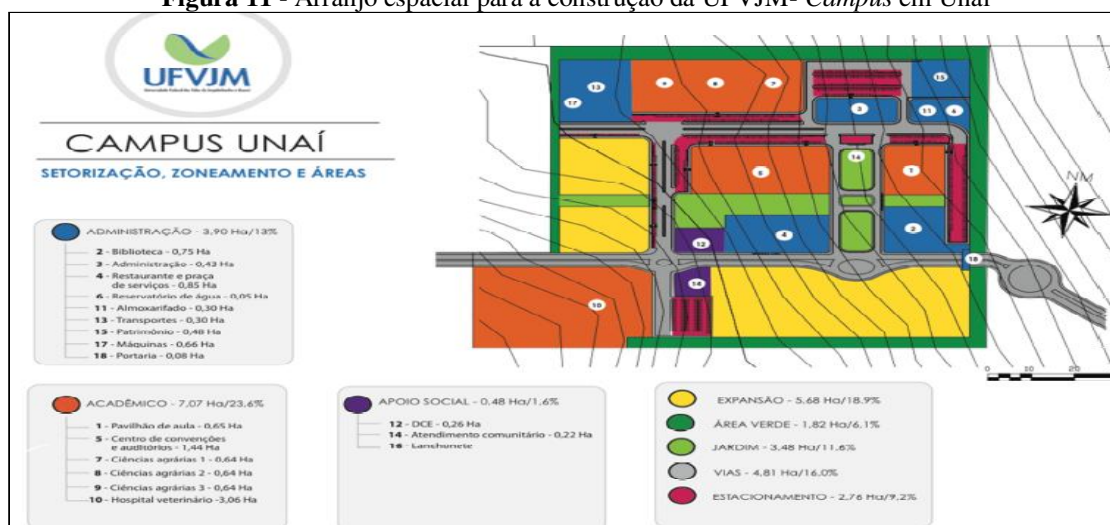
1.1. Constitui objeto deste Edital o CHAMAMENTO PÚBLICO de pessoas físicas ou jurídicas, doravante denominadas simplesmente INTERESSADAS, para seleção de imóvel (eis) particular (es), mediante doação pura, sem encargos ou condição, para a instalação do *Campus* Universitário da UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM, na cidade de Unaí/MG, conforme especificações constantes do presente edital. (UFVJM, 2012).

Após os trâmites legais para a doação voluntária do terreno, a UFVJM recebe uma área de 132,00 ha localizada na zona rural, ao sul da cidade, às margens da Rodovia BR-251, Km 12, sentido Unaí- Paracatu. A Figura 11 mostra a ocupação espacial da estrutura a ser construída para o *campus* de Unaí, definida no Plano Diretor do campus (UFVJM, 2013).

Para a área administrativa foi planejada a ocupação de 3.90 hectares contendo: Biblioteca, Administração, Restaurante e praça de serviços, Reservatório de água, Almojarifado, Transportes, Patrimônio, Máquinas e Portaria. Para o setor acadêmico foi definida uma área de 7.07 ha, com a seguinte composição: Pavilhão de aula, Centro de Convenções, Ciências Agrárias 1, Ciências Agrárias 2, Ciências Agrárias 3, Hospital Veterinário.

O apoio social ocuparia uma área de 0,48 ha seria composta por: Diretoria Central dos estudantes- DCE, Atendimento comunitário, Lanchonete. Ainda de acordo com o plano diretor, foram reservadas áreas para futuras expansões, sendo: área verde, jardim, via de acesso e estacionamento.

Figura 11 - Arranjo espacial para a construção da UFVJM- *Campus* em Unaí



Fonte: UFVJM, 2013.

Diante da estrutura planejada no Plano diretor da UFVJM/Unaí, optou-se pela construção inicial dos prédios de aula, biblioteca e setor administrativo, sendo o projeto de

construções licitado através de editais de acordo a Tabela 7 abaixo.

Tabela 7- Obras prediais licitadas para a UFVJM- *Campus* de Unaí

Número de licitação	Prédio	Valor	Finalizada- 2019
019/2013 ¹¹	Aulas	9.592.548,65	Sim
022/2013 ¹²	Administrativo	6.491.328,70	Não
028/2013 ¹³	Biblioteca	8.716.710,17	Não
Total		24.800.587,52	

Fonte: UFVJM, 2013. Elaborado pela autora.

Conforme se verifica na Tabela 7 as obras licitadas apresentaram um gasto de mais de 24 milhões, somente com a construção dos prédios de sala de aula, administrativo e biblioteca, sendo que as construções do prédio da biblioteca e administrativo não foram finalizadas. Os valores gastos com estas obras demonstram uma divergência entre o planejamento do projeto e a pactuação realizada com o MEC. Uma vez que foi acordado um valor de R\$ 28.800.000,00 para obras, que seriam liberadas entre os anos de 2013 a 2015, retirando o valor de R\$ 24.800.587,52 que foram gastos, sobram um montante de R\$ 3.999.412,48. Este último valor, nas condições atuais não é suficiente para a construção de todas as outras obras planejadas no Plano Diretor do *Campus* de Unaí.

Em 2019 o *campus* de Unaí completou no mês de março, cinco anos de existência, desde sua implantação. A princípio seu funcionamento em uma estrutura cedida deveria ser temporário, e considerando a atual situação, a mudança para o *campus* definitivo se fez necessária devido ao esgotamento dos espaços cedidos.

Tabela 8 - Estrutura da Unimontes utilizada pela UFVM/Unaí

Estrutura	Quantidade	Utilização
Salas	11	Aula
Sala	01	Direção do ICA
Sala	01	Coordenação de cursos
Sala	01	Secretaria de cursos
Salas	02	DAOP
Salas	02	DEPEX
Sala	01	Biblioteca
Sala	03	Professores
Cozinha	01	-
Banheiro feminino	01	Discentes
Banheiro masculino	01	Servidores/ terceirizados
Banheiro masculino	01	Discentes
Salas	06	Laboratórios
Sala	01	Videoconferência/ Psicologia

¹¹ Edital n° 019/2013. Disponível: <<https://tinyurl.com/y5globws>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

¹² Edital n° 022/2013. Disponível: <<https://tinyurl.com/y4rnjehy>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

¹³ Edital n° 028/2013. Disponível: <<https://tinyurl.com/yxpztu8r>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

Depósito	01	Almoxarifado (continuação)
Estacionamento		Estacionamento

Fonte: elaborado pela autora.

Os problemas advindos da ocupação de todos os espaços são variados. Para os servidores, a utilização dos locais pequenos gera problemas como circulação no ambiente de trabalho, alguns possuem pouca ventilação e climatização, pois nem todos possuem ar-condicionado. Ainda, a falta de espaço compromete o trabalho e ambiente próprio para o usuário, no caso do serviço de psicologia que divide a sala com a videoconferência e, várias vezes, o serviço psicológico teve que ser cancelado devido a reuniões realizadas no mesmo horário. Além disto, os 570 alunos (2019/1) sofriam com o revezamento constante de salas de aulas, aumento do período de permanência na universidade, uma vez que, o horário de aulas precisou ser ampliado, e varia entre as 07 da manhã até às 19 horas.

Para minimizar o problema com a falta de espaço, a UFVJM adquiriu seis *containers*, sendo que um deles era utilizado como portaria que além de alojar os porteiros atendia também outros prestadores de serviço como terceirizados da limpeza, segurança e motoristas. Os outros cinco *containers* eram utilizados por técnicos e professores para suprir a falta de estação de trabalho no *campus* provisório, sendo que esses espaços chegam a ser ocupados por 4, 6 ou mais servidores.

No *campus* definitivo, dentre os três prédios que foram licitados (prédio de sala de aulas, biblioteca e administrativo), o único edifício que foi entregue e que está em condições de uso é o prédio do Pavilhão de aulas que foi adaptado para a utilização também provisória de toda a atividade hoje desenvolvida pela universidade (aulas e administração). O prédio de aulas funciona provisoriamente com a seguinte disposição:

Tabela 9 - Disposição espacial do Prédio do Pavilhão de Aulas (Provisório)

Estrutura	Quantidade	Utilização
Salas	14	Aula
Salas	02	Biblioteca
Salas	12	Laboratórios
Salas	01	Direção/secretaria/Coordenação
Salas	03	Técnicos
Salas	04	Professores
Salas	01	Reunião/Videoconferência
Espaço criado	01	Lanchonete
Espaço criado	01	Almoxarifado
Sala	01	Tecnologia de Informação
Sala	01	Prestadores de serviços terceirizados

Fonte: Elaborado pela autora.

Com a ocupação, ainda que provisória do prédio de aulas pode-se contar com um

alívio momentâneo considerando a ampliação dos espaços a serem utilizados por discentes e servidores. Ao analisar as Tabelas 8 e 9, verifica-se um aumento no número de salas de aulas, pois no *campus* da Unimontes havia 11 e no prédio de Pavilhão de Aulas do *campus* definitivo há 14 salas disponíveis. Os espaços para a implantação de laboratórios também foram ampliados, passando de 5 para 12 laboratórios no prédio de aulas. Os 6 *containers* utilizados anteriormente no *Campus* da Unimontes foram transferidos para o espaço definitivo.

Apesar de existir no projeto um prédio próprio, a biblioteca ocupa 2 salas no Pavilhão de aulas, uma vez que as obras iniciadas para a construção do prédio que deveriam ter sido finalizadas em 2015, encontram-se paradas e sem previsão de reinício das obras. A construção do prédio da biblioteca que consta no local de construção e traz informações de interesse públicos referentes ao seguimento das obras e previsões. As informações descritas na placa são: “Licitação realizada através do contrato 42/2013; Início da obra: 06/03/2014; Término da obra: 06/09/2015”.

Figura 12 - Placa informativa sobre a construção da biblioteca/Unai



Fonte: Autora (2018).

Na Figura 13, pode ser verificada a situação atual do prédio que seria destinado ao uso da biblioteca.

Figura 13 – Obra do prédio da biblioteca inacabada, fotografia externa.



Fonte: Autora (2019).

Conforme citado anteriormente, o prédio de Pavilhão de aulas, dentre as 3 obras licitadas para a construção inicial do *Campus* da UFVJM em Unaí, é a única obra finalizada (Figuras 14, 15), porém, o seu funcionamento depende de outras obras de infraestrutura tais como fornecimento adequado de água, esgoto e energia elétrica.

Provisoriamente, para suprir a falta de infraestrutura adequada, foram tomadas as seguintes medidas administrativas: poço artesiano para a obtenção de água; utilização de fossa séptica e para a falta de energia elétrica utilização de gerador movido a óleo diesel. Será necessário um esforço para o breve asfaltamento da via que liga a rodovia BR 251 ao *campus*, bem como o entorno do prédio evitando assim, o excesso de poeira e lama que se alternam durante o ano. Esta situação traz prejuízos a todos, dificultando o acesso ao *campus* no período de chuvas, manutenção da limpeza do prédio, doenças respiratórias causadas pela poeira que podem acometer tanto servidores como discentes, prejudicando principalmente aquelas que são alérgicas. Estas foram algumas das alternativas encontradas para que as atividades em Unaí pudessem ser realizadas em seu espaço definitivo.

Figura 14 - Prédio do Pavilhão de aulas, 1/2.



Fonte: Autora (2019).

Figura 15 - Prédio Pavilhão de aulas, 2/2.



Fonte: Autora (2019).

Figura 16 - Prédio administrativo do *Campus* de Unaí inacabado



Fonte: Autora (2019).

As obras não foram finalizadas de acordo com o que foi previsto na licitação (Figuras 13 e 16), por razões diversas que variam entre corte de verbas, ou mesmo de uma gestão coerente entre os objetivos e prioridades estabelecidos em seus projetos de expansão. Porém, não se aprofundou nos inúmeros detalhes que participaram e influenciaram na finalização das obras dentro do prazo estabelecido e contratado. Ressalta-se que a intenção aqui, foi somente mostrar as dificuldades encontradas ao longo do processo de instalação de um *campus* universitário da UFVJM em Unaí/MG.

Ao compararmos o que se propôs no Plano Diretor Físico do *Campus* de Unaí (Figura 11) com o apresentado na Figura 17, perceberemos que o projeto é bem amplo, e que está bem distante do que foi realizado até o ano presente (2019).

Figura 17- Obras de infraestrutura da UFVJM iniciadas em Unaí



Fonte: Droneunai, 2019.¹⁴

¹⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/droneunai/?hl=pt-br>>. Acesso em 25 de out. 2019.

Isto posto, a concretização do Plano Diretor da UFVM para o *campus* de Unaí/MG se torna um desafio a ser vencido, pois neste momento depende da obtenção de verbas para o término das obras que estão paradas.

A comunidade acadêmica, diante da possibilidade de fechamento de duas terminações do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias e com a situação instável que o *campus* de Unaí vivenciava a época, os discentes ocupam o *campus*, paralisando as atividades administrativas. Esta preocupação não angustiava somente a comunidade de Unaí, mas também o *campus* de Janaúba, pois ambos foram criados no mesmo ano (2014), e vivenciavam as mesmas angústias, assim, deixa de ser uma preocupação local, e transpassa fronteiras e vira notícia em todo o estado de Minas Gerais.

Figura 18 - Cortes de Verbas da UFVJM



Fonte: Gomes, 2017.

Esta não era somente uma preocupação dos discentes, da comunidade em geral, mas também de todo o quadro de servidores lotados no *Campus* de Unaí, o que pode ser corroborado ao visualizar em Nota à comunidade acadêmica de Unaí (ANEXO C)¹⁵, emitida pela direção do Instituto de Ciências Agrárias, publicada em 21 de outubro de 2016. Diante deste quadro de instabilidade, a UFVJM busca um diálogo com o MEC, esclarecendo a situação de seus *campi*, buscando uma garantia das 15 vagas docentes para a continuação dos cursos profissionalizantes em Unaí, bem como de valores que foram negociados na pactuação em 2012.

Em Ofício nº 54/2017 enviado ao Ministro da Educação, o senhor Reitor Gilciano Nogueira, esclarece a situação da UFVJM, elencando os seguintes pontos:

- Liberação dos códigos de vaga para os *campi* de Janaúba e Unaí, justificando o risco de comprometer a formação dos egressos e a continuidade dos cursos;
- Pactuação dos cursos que foram iniciados em estruturas provisórias, o que

¹⁵ Encaminhado via e-mail pelo ICA aos servidores do *campus* de Unaí em 21/10/16.

estaria se tornando insustentável;

- Orçamento de custeio aquém das necessidades institucionais, pois já existia um déficit de R\$ 10.000.000,00, não integralização dos valores pactuados.
- Comprometimento com o futuro acadêmico daqueles matriculados nos cursos cujas terminalidades estavam previstas para início em abril/17;
- Posicionamento do Ministério quanto à viabilidade da manutenção dos processos de expansão. (ANEXO D)¹⁶.

Em resposta ao ofício, o Diretor de Desenvolvimento da Rede de IFES, Mauro Luiz Rabelo, encaminha o Ofício de nº 10/2017¹⁷, acompanhado das suas considerações que serão relatadas a seguir:

- A situação econômica e fiscal que o país enfrenta desde 2014, impactou as autorizações de provimentos dos cargos técnicos e docentes, porém ressalta que apesar das restrições, a pactuação quanto aos servidores técnicos foi atendido em 71% (TA-E) e 62% (TA-D). Quanto aos docentes, 43% da meta estabelecida na pactuação, e que em 2015 as autorizações de recursos humanos para as IFES ficaram suspensas.
- Quanto ao orçamento financeiro pactuado, em 2013 os montantes previstos foram liberados em sua totalidade para as despesas dos investimentos e de custeio. Informa que em 2014 houve o aporte de R\$ 28.118.000,00 para a UFVJM, correspondendo a 85% dos valores pactuados. R\$ 23.302.053,00 foram liberados em custeio e R\$ 39.021.810,00 em investimento no ano de 2015. Em 2016 foram liberados para custeio um valor de R\$ 28.914.504,00 e para investimentos um aporte de R\$ 40.525.326,00.

Verifica-se a disposição do Senhor Reitor Gilciano Nogueira em conseguir aporte para o término das obras planejadas tanto para Unaí quanto para Janaúba. De outro lado, está o MEC afirmando que encaminhou os valores financeiros pactuados com a UVJM, e no centro encontra-se o *Campus* de Unaí que até julho de 2019 ainda ocupava uma estrutura cedida por outra instituição, e mesmo com a mudança para o *campus* na Fazenda Santa Paula, enfrentará muitos desafios no caminho de sua instalação definitiva, como a finalização de obras de infraestrutura que já foram iniciadas, porém encontram-se paradas, sem previsão de término e ou de início de construção de outras estruturas planejadas no plano diretor do *Campus* de

¹⁶ Encaminhado via e-mail pelo ICA aos servidores do *campus* de Unaí em 19/04/17.

¹⁷ Ver Anexo E. Encaminhado via e-mail pelo ICA aos servidores do *campus* de Unaí em 19/04/17.

Unaí.

As falhas são ações que podem acontecer em todo o percurso a ser trilhado na busca de alcançar a realização de um objetivo, seja pessoal ou profissional, por isso o ato de planejar é uma etapa essencial na construção de projetos, sejam eles de qualquer grandeza. Segundo Colombo *et al.* (2007, p. 17) o planejamento “consiste na identificação, na análise e na estruturação dos propósitos da instituição rumo ao que se pretende alcançar, levando em considerações suas políticas e recursos disponíveis [...]”. Assim, o processo de planejamento é essencial para tentar minimizar situações negativas que poderiam ser evitadas no início do projeto.

4 ANÁLISE E RESULTADOS SOBRE A EVASÃO UNIVERSITÁRIA NA UFVJM-CAMPUS DE UNAÍ/MG

Neste capítulo será apresentado o perfil dos discentes que ingressaram e evadiram das turmas do BCA referente ao período de 2014/1 a 2015/2, bem como as taxas de evasão média seguidas de suas variáveis motivacionais. Conhecer o perfil dos alunos que ingressam no universo acadêmico é ação necessária e instrumento que pode ser utilizado pelas instituições na construção de programas de prevenção da evasão.

4.1 Perfil dos estudantes ingressantes e evadidos do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM em Unaí/MG

O primeiro dado a ser apresentado é o número de alunos ingressantes no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, por diferentes formas de acesso e anos/semestres e é apresentado na Tabela a seguir.

Tabela 10 – Número de alunos ingressantes no curso de BCA da UFVJM em Unaí

Forma de acesso	2014/01	2014/02	2015/01	2015/02	Total
ENEM/SISU	78	63	99	103	343
SASI – Seleção Seriada	4	0	17	0	21
Transferência	0	2	6	7	15
Obtenção de Novo Título	0	0	0	5	5
PEC - ¹⁸	0	0	1	0	1
Total	82	65	123	115	385

Fonte: UFVJM/DRCA/SIGA, 2019. Elaborado pela autora.

O curso de BCA teve um total de 385 (Tabela 10) ingressantes no período analisado. Os discentes, em grande maioria (343), utilizaram o ENEM/SISU para ter acesso ao curso, números estes que acompanham o crescimento da utilização desta forma de ingresso em todo o Brasil. Entretanto, não se pode afirmar que houve aumento nas taxas da evasão a partir do SISU, sem antes levar em consideração as questões locais e regionais de cada instituição, pois esta forma de ingresso “[...] pode favorecer, manter ou diminuir a evasão estudantil na graduação” (GILIOLI, 2016, p. 41), ressalta-se, portanto, a importância de estudos em âmbito local para que se apontem as necessidades específicas de cada curso ou universidade. Por exemplo, a possibilidade de concorrer a vagas em todo território nacional utilizando o

¹⁸ Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC-G), oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior brasileiro. Disponível em: < <https://tinyurl.com/y4jdugrc> >. Acesso em: 10 de jul. 2019.

ENEM/SISU é um fator positivo, todavia, de acordo com Gilioli (2016), a distância geográfica dos discentes de seu local de origem e a universidade pode ser fator motivacional de evasão. Isto posto, a pesquisadora organizou a Tabela 11, de acordo com o local de origem dos discentes evadidos.

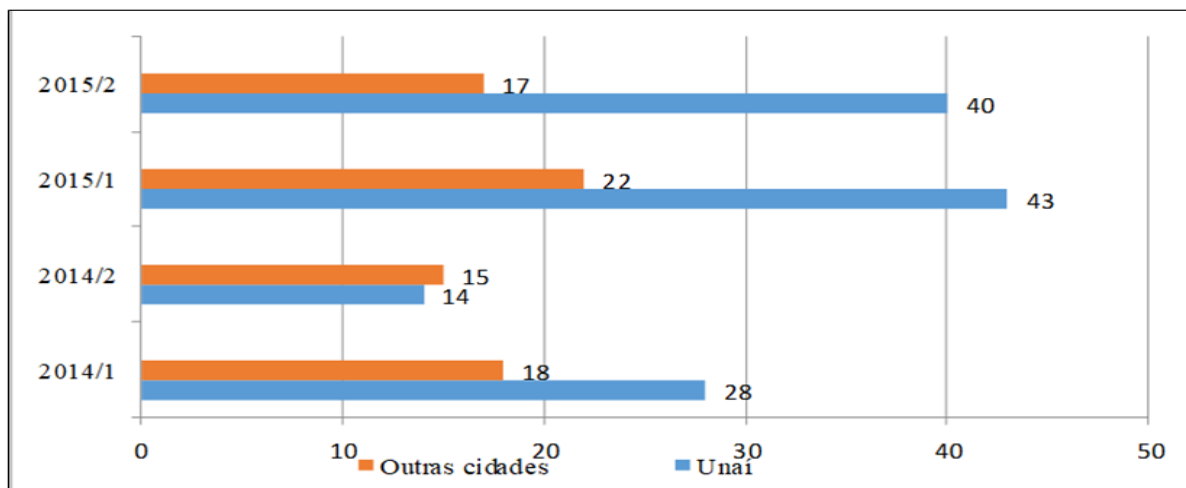
Tabela 11 - Número de alunos evadidos do curso de BCA da UFVJM em Unai de acordo com o local de origem

Estado/País	Ano- Semestre de ingresso				Total
	2014/01	2014/02	2015/01	2015/02	
MG	46	29	65	57	197
DF	5	2	3	5	15
SP	1	1	0	4	6
RJ	3	0	0	0	3
MT	1	0	0	1	2
BA	1	1	1	0	3
MA	0	1	0	0	1
RS	0	0	1	1	2
GO	0	0	0	4	4
Portugal	0	0	1	0	1
Holanda	0	0	0	1	1
Total	57	34	71	73	235

Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

O BCA em Unai recebeu estudantes de várias regiões do Brasil. É possível observar que a grande maioria dos alunos evadidos do BCA no *Campus* de Unai é oriunda do estado de Minas Gerais (197). Uma vez que o estado de Minas Gerais tem uma extensão territorial muito grande, foi apresentado um detalhamento maior com o número de discentes evadidos em Unai e outras cidades mineiras.

Gráfico 1 – Alunos evadidos do curso de BCA da UFVJM em Unai oriundos de MG



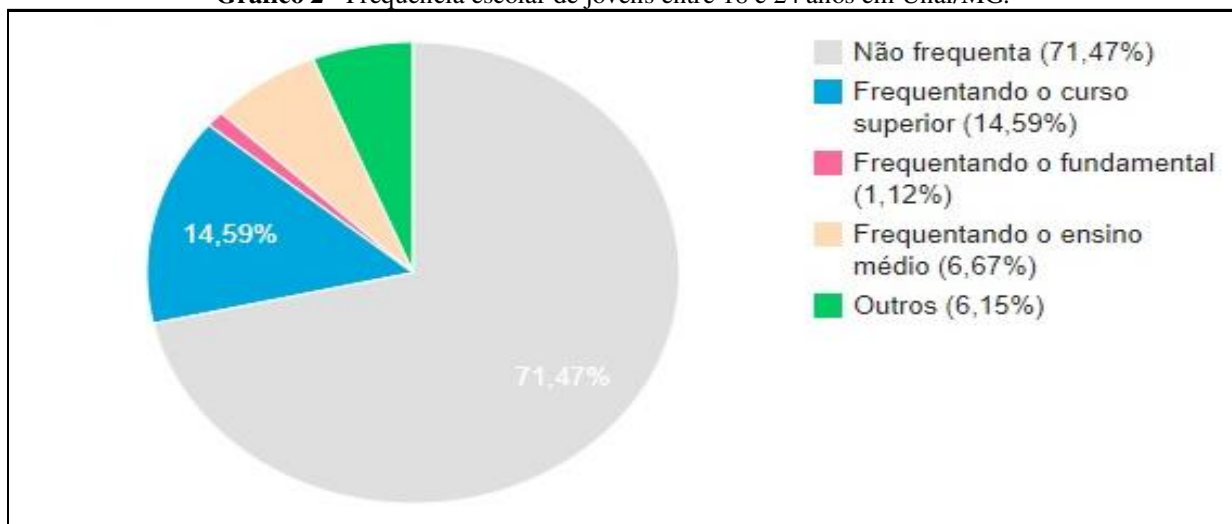
Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

Em 2014/1, 28 alunos de um total de 46 evadidos eram de Unaí (60,9%), enquanto que os 18 alunos restantes eram de outras 15 cidades mineiras tais como, Curvelo, Diamantina, Abaeté, São Romão, Paracatu, Lavras, entre outras. O número alto de alunos evadidos oriundos de Unaí repetiu-se também nos outros anos- semestres analisados. Em 2014/2, 2015/1 e 2015/2, o número de alunos evadidos de Unaí eram respectivamente 14 de um total de 29 (48,3%), 43 de um total de 65 (66,2%), e 40 de um total de 57 (70,2%). O alto índice de alunos evadidos oriundos de Unaí aponta que a distância geográfica dos discentes de seu local de origem e a universidade que ingressou não seria o motivo da evasão no período avaliado.

Este resultado pode ser justificado devido à provável entrada maior de ingressantes de Unaí, todavia, a origem dos alunos foi feita, somente, a partir das fichas dos alunos evadidos. Para ter aos documentos e fichas dos alunos ativos, seria preciso nova autorização e a pesquisadora não teria tempo hábil para o término de levantamento, análise e acréscimo desses dados dentro do prazo previsto para a finalização desta pesquisa.

Uma possibilidade para justificar o número de alunos evadidos da cidade de Unaí seria a necessidade de trabalho, uma vez que a taxa de ocupação de emprego entre jovens unaienses acima de 18 anos atingiu um percentual de 72,8% entre os anos 2000 a 2010. Outro dado que corrobora com o alto percentual de evasão de alunos de Unaí, são os dados de IDHM da cidade, encontrados no site da prefeitura unaiense, onde se verifica que 71,5% dos jovens entre 18 e 24 anos, no ano de 2010 estavam fora do ensino superior.

Gráfico 2 - Frequência escolar de jovens entre 18 e 24 anos em Unaí/MG.



Fonte: Prefeitura Municipal de Unaí, 2010.

Com base nos dados o abandono do ensino superior em Unaí pode ser uma consequência da necessidade de trabalho. Como o curso de BCA na UFVJM (*Campus* de

Unai) é de turno integral, dificulta a conciliação entre emprego/trabalho e os estudos na universidade, o que pode ser um fator desmotivador. O fenômeno da evasão por motivo de trabalho foi observado na UFPE em 2016, onde se verificou que 60,76% dos alunos evadidos trabalhavam quando eram estudantes. Analisando a idade dos alunos evadidos do curso de BCA observa-se que a maioria deles (83,41%) possuía idade entre 17 e 24 anos, corroborando com a explicação apresentada.

Tabela 12. Número de alunos evadidos do curso de BCA da UFVJM em Unai- 2014/1 a 2015/2

Idade (anos)	Ano- Semestre de ingresso				Total	Percentual
	2014-1	2014-2	2015-1	2015-2		
17 – 24	43	31	62	60	196	83,41
> 25	14	3	9	13	39	16,59
Total	57	34	71	73	235	100,00

Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

Analisando a idade dos alunos evadidos do curso de BCA observa-se na Tabela 12, que a maioria deles (83,41%) contava com uma idade entre 17 e 24 anos, corroborando com a explicação apresentada anteriormente quando da evasão por motivo de necessidade de trabalho nesta faixa etária.

Quanto à modalidade de concorrência para o ingresso, a maior parte das vagas foi preenchida por ampla concorrência (candidatos que não usufruíram das políticas de cotas ou ações afirmativas), convergente com os dados mostrados na Tabela 13:

Tabela 13- Modalidade de Ingresso no curso de BCA da UFVJM em Unai

Modalidade de ingresso	Ano- Semestre de ingresso				Total
	2014/01	2014/02	2015/01	2015/02	
Ampla Concorrência	36	20	48	34	138
L1	12	2	2	9	25
L2	1	5	4	11	21
L3	1	1	7	4	13
L4	7	6	6	5	24
PEC-G	0	0	1	0	1
Transferência	0	0	3	5	8
Obtenção de novo Título	0	0	0	5	5
Total	57	34	71	73	235

Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

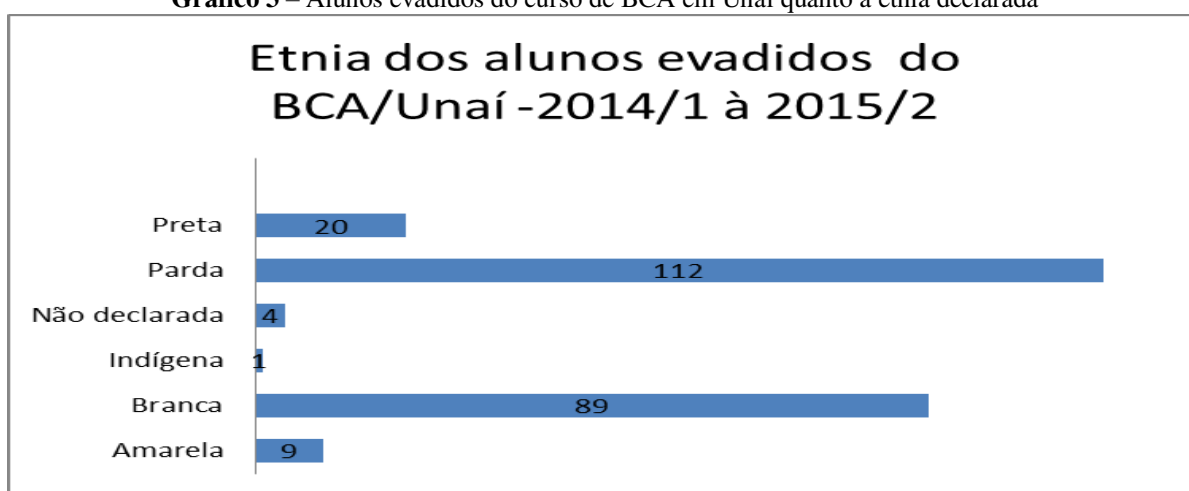
Para as modalidades de ingresso (Tabela 13), além da ampla concorrência, as formas de ingresso na UFVJM em Unai que merecem atenção em particular são L1- para candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salários-mínimos per capita, que abrange somente o corte financeiro, e as modalidades L2 - autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio)

salários-mínimos e L4 - autodeclarados pretos, pardos e indígenas, independentemente da renda.

Ambas abrangem o recorte racial e financeiro e podem variar de acordo com editais em cada período de acesso, devendo o candidato fazer uma leitura prévia para posterior escolha da modalidade à qual poderia se candidatar.

O Gráfico 3 apresenta o ingresso dos alunos evadidos segundo sua etnia, a qual foi declarada no ato da matrícula. O estudo da evasão por origem étnica se torna relevante devido às dificuldades vivenciadas por alunos que ingressam por cotas ou ações afirmativas.

Gráfico 3 – Alunos evadidos do curso de BCA em Unaí quanto à etnia declarada



Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

Considerando-se o total de 235 alunos evadidos (Gráfico 3) das turmas vinculadas ao curso de BCA entre os períodos de 2014/1 e 2015/2, o percentual de evasão gira em torno de 62,12% para os que se declararam pretos; pardos; amarelos e indígenas e um percentual de 37,87% para os autodeclarados brancos, porém nesta pesquisa não relacionamos a cor branca com condição financeira, entende-se que mesmo aqueles que se declaram brancos, também podem vivenciar dificuldades financeiras.

O preconceito de origem étnica, segundo Wedderburn (2007), cria uma situação em que o aluno não apenas não tem as condições para participar de forma saudável da vida cultural, educacional e financeira da sua comunidade, existindo, também, uma inclinação social que impede que este estado seja superado ou, de outra forma, superado com facilidade. Este cenário é, em grande parte, a justificativa sociológica para as políticas de representatividade e inserção de maior perfil de diversidade nas universidades brasileiras.

As políticas públicas têm aumentado o ingresso de jovens de classes historicamente excluídas do sistema educacional superior brasileiro, porém, garantir o acesso não garante a

efetividade destas políticas e a permanência dos estudantes no ensino superior, pois as IES precisam investir em outros fatores tais como: “[...] transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários, e bolsas de estágio e pesquisa” (GOMES e TORREZ, 2015, p. 84). Além destes fatores, o relacionamento que o aluno desenvolve com os colegas, professores e técnicos da universidade, é importante no combate à evasão. Para Tinto citado por Lobo (2012, p. 17): “as pesquisas mostram que a frequência e a qualidade das interações dos estudantes com professores, funcionários e colegas representam um dos principais indicadores não só da permanência, mas também do aprendizado estudantil”.

Assim, as universidades poderiam desenvolver sem grande aporte financeiro, programas de acolhimento dos novos alunos, onde o discente teria um servidor à sua disposição para ajudá-lo a melhor se ambientar, orientando-o com informações sobre o funcionamento da universidade, do curso, oferta de bolsas e projetos de pesquisa, entre outras ações que contribuam para sua nova vivência escolar que é muito diferente da estrutura do ensino médio.

Com relação ao estado civil dos alunos evadidos do BCA em Unai, grande parte deles é solteira, conforme apresentado na Tabela 14.

Tabela 14. Alunos evadidos do curso de BCA da UFVJM em Unai de acordo com o estado civil

Estado Civil	Ano- Semestre de ingresso				Total	Percentual
	2014-1	2014-2	2015-1	2015-2		
Casado/União estável	4	2	2	6	14	5,96
Separado	2	1	0	0	3	1,28
Solteiro	51	31	69	67	218	92,76
Total	57	34	71	73	235	100,00

Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

Essa maior proporção de alunos solteiros (92,76%) é algo esperado, em razão da grande parte dos alunos que cursam uma universidade ser jovem, como é o caso da idade verificada dos alunos evadidos do BCA em Unai, que varia entre 17 e 24 anos (Tabela 12). Além disso, para os autores (OLIVEIRA; MOREIRA, 2016) o estado civil não seria fator impactante na tomada de decisão de evadir.

4.2 Taxas de evasão média e variáveis motivadoras de abandono do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM (*Campus*-Unaí/MG) para as turmas ingressantes nos anos/semestres de 2014/1 a 2015/2

Para a obtenção das taxas de evasão escolar média que serão aqui apresentadas, o levantamento da quantidade de alunos evadidos foi realizado a partir das fichas dos alunos que são arquivadas em caixas na Diretoria de Registro Acadêmico do *campus*. As fichas dos evadidos pelos motivos de desligamento/cancelados e Reopção de Curso são identificadas e arquivadas geralmente no semestre posterior ao período anteriormente cursado.

Para determinar o número de ingressantes foi utilizado o Relatório de Calouros do Curso de Ciências Agrárias, que foi emitido pelo SIGA em janeiro de 2019. O relatório foi também utilizado para obter a situação dos alunos que se encontravam na condição de ativo, cancelado, desligado, trancado ou na situação de Reopção de Curso. O número dos alunos diplomados foi obtido a partir do Relatório de Graduados também gerado pelo SIGA em de janeiro de 2019; e o Formulário de Justificativa de Cancelamento de Matrícula (ANEXO F) foi o documento usado para o levantamento das variáveis de evasão dos alunos que solicitaram formalmente o cancelamento de matrícula. Este formulário é arquivado somado à ficha dos alunos. No tópico a seguir estes dados serão apresentados em forma de quadros e gráficos.

4.2.1 Evasão média do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM (*Campus* Unaí/MG) em 2014/1

Esta é a primeira turma do Bacharelado a ser estudada, e a única do período analisado que atingiu os nove semestres máximos exigidos para integralização do curso de acordo com o projeto pedagógico e o corte temporal definido para a obtenção dos dados a serem utilizados nesta pesquisa, que foi o ano de 2018/1. Neste período de corte, o BCA contou com o ingresso de 82 alunos, sendo que destes, 22 alunos diplomaram e três encontravam-se ativos até o ano de 2018/1.

Da turma de 2014/1, 57 alunos evadiram (Tabela 15) gerando uma taxa de evasão média de 69.5% até o ano de 2018/1. Essa taxa pode variar à medida que se analise outros períodos posteriores ao período de corte definido pela pesquisadora. Todavia infere-se que, ainda que os alunos que estavam ativos nesta turma evadissem (3), este número não seria causa de grandes variações na taxa de evasão média.

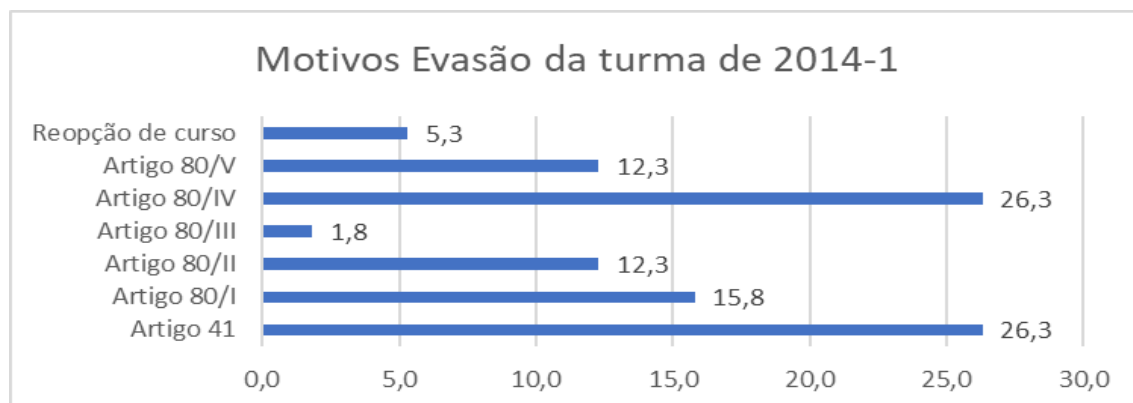
Tabela 15 - Taxa de evasão média do curso de BCA da UFVJM em Unai- 2014/1

Ingressantes (Ni)	Ano de Ingresso	Evadidos (Ne)	Ano/Semestre	Diplomados (Nd)	Retidos (Nr)	Taxa de evasão média (%)
82	2014/1					
82		0	2014/1	0	82	0,0
82		15	2014/2	0	67	18,3
67		3	2015/1	0	64	4,5
64		19	2015/2	0	45	29,7
45		5	2016/1	0	40	11,1
40		1	2016/2	8	31	2,5
31		3	2017/1	5	23	9,7
23		4	2017/2	5	14	17,4
14		7	2018/1	4	3	50,0
Totais= 82		57		22	3	69,5

Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

A Tabela 15 nos informa que foram dois períodos em que houve uma quantidade significativa de evadidos: 15 alunos no ano-semester de 2014/2, e 19 evadidos no ano de 2015/2. Estes dois semestres foram os mais significativos na análise da evasão média da turma de 2014/1.

Para as variáveis que motivaram a saída desses alunos neste período, o Gráfico 4 nos apresenta sete variáveis motivacionais da evasão nesta turma. Entre as variáveis apresentadas, as principais razões para o abandono foram: 1) Não Renovação da Matrícula (Art. 41); e 2) Reprovação por Infrequência em todas as Disciplinas no primeiro período (Art. 80/IV) ambos com 26,30% de evasão média; 3) Não Reingressar após o Prazo Máximo Permitido (Art. 80/I) com 15,80% de evasão; 4) Reprovado por Aproveitamento e/ou Faltas em todas as Disciplinas em que estiver inscrito (Art. 80/II) teve um percentual de 12,30%; 5) Solicitar Formalmente sua Desistência (Art. 80/V) tiveram 12,30% de evasão e as variáveis menos impactantes para o período analisado foram: 6) Ultrapassar o Prazo Máximo de Integralização Curricular fixado no Projeto Pedagógico do Curso (Art. 80/III) com 1,80% e 7) Reopção de Curso com 5,30%.

Gráfico 4 – Variáveis motivacionais da Evasão média do curso de BCA em Unai-2014/1

Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

A variedade de fatores motivacionais (Gráfico 4) para a evasão escolar, como visto na literatura pode estar associado com todo o ambiente relacionado à academia (Pessoal, institucional, externo às instituições), mas geralmente estão relacionados a situação socioeconômica, opção de mudança de curso ou de carreira, desinformação quanto ao curso escolhido (BRASIL, 1996b). O alto índice de abandono pelo motivo de infrequência ou por não matrícula, pode estar relacionado ao desconhecimento do funcionamento do BCA, que neste período, foi a única opção de curso ofertado pela UFVJM em Unaí.

O desconhecimento do funcionamento do curso de bacharelado interdisciplinar foi encontrado nos estudos realizados por Campos (2017) nos bacharelados da UFVJM em Diamantina, que apontou que o aluno sabia pouco sobre o curso escolhido, bem como não se adaptaram ao curso e consideraram os semestres iniciais ruins, o que corrobora ainda com os estudos de Borges (2011) que diz que o início de qualquer curso é fundamental para os ajustes de necessidades e mudança de estilo de vida, por isso a evasão no primeiro semestre do início de qualquer curso tende a ser maior que em outros períodos.

4.2.2 Evasão média do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM (*Campus Unaí/MG*) em 2014/2

A turma ingressante no segundo semestre de 2014, até o período de corte definido para estudo, teria oito semestres de um total de nove semestres para a finalização do curso. De um total de 65 alunos matriculados neste período, 34 evadiram, totalizando uma taxa de evasão média 52,30 %, conforme se verifica na Tabela 16 a seguir:

Tabela 16 - Taxa de evasão média do curso de BCA da UFVJM em Unaí em 2014/2

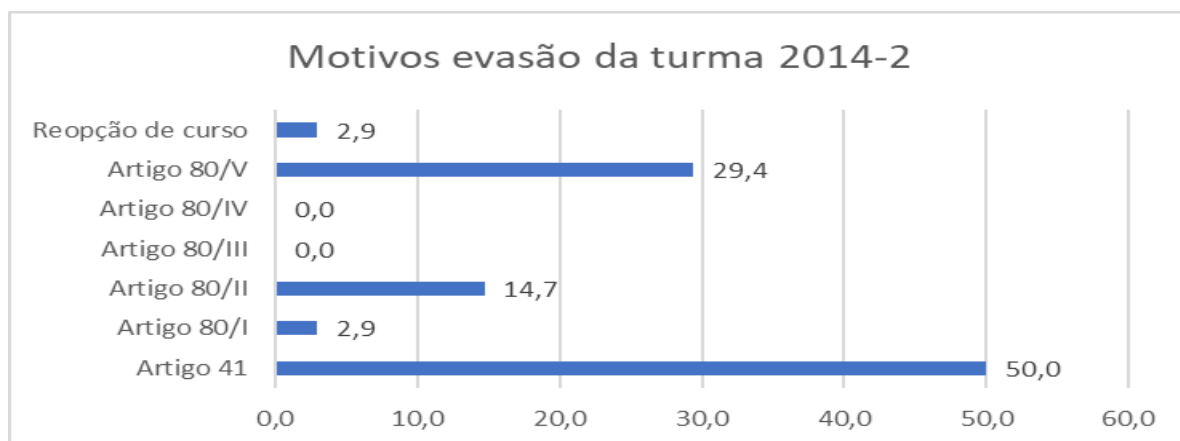
Ingressantes (Ni)	Ano de Ingresso	Evadidos (Ne)	Ano/Semestre	Diplomados (Nd)	Retidos (Nr)	Taxa de evasão média (%)
65		1	2014/2	0	64	1,5
64		0	2015/1	0	64	0,0
64		15	2015/2	0	49	23,4
49		10	2016/1	0	39	20,4
39		4	2016/2	0	35	10,3
35		2	2017/1	5	28	5,7
28		2	2017/2	6	20	7,1
20		0	2018/1	4	16	0,0
Totais = 65		34		15	16	52,3

Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora

Dos 65 alunos matriculados em 2014/2, apenas 15 discentes diplomaram e 16 permanecem com matrícula ativa. De acordo com a Tabela 16, o segundo semestre de 2015 e

o primeiro semestre de 2016 são os períodos que concentram a maior quantidade de evadidos para a turma de 2014/2. As variáveis que influenciaram a evasão para esta turma são:

Gráfico 5 – Variáveis motivacionais da Evasão média do curso de BCA em Unaf- 2014/2



Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora

Entre as razões acusadas no Gráfico 5, o principal motivo foi a não renovação da matrícula (Art. 41), sendo esta variável responsável por metade (50%) de todos os abandonos do curso neste período. A segunda variável que merece destaque foi a desistência a pedido (Art. 80/V), que girou em torno de 29,40% dos evadidos para este período. A reprovação por aproveitamento ou faltas (Art. 80/II) foi o motivo de evasão de 14,70% dos alunos da turma de 2014/2. Esta variável manteve-se estável se comparada com a taxa de evasão que foi de 12% referente à turma anteriormente analisada. Já os cancelados pelas opções de Reopção de Curso e Art. 80/I, mantiveram-se em 2,90% referente ao período analisado.

A não renovação de matrícula foi um problema recorrente em todos os períodos analisados nesta pesquisa. Como o aluno não retorna para que possa justificar seu abandono, encontrar a causa real torna-se complexa, uma vez o evadido pode não ser mais localizado ou simplesmente não queira responder aos questionamentos, por isto optou-se pela pesquisa documental.

Os estudos sobre a evasão apontam que as variáveis relacionadas com este fenômeno, podem estar conectadas com fatores tais como o desconhecimento do curso; não conhecimento da grade curricular; falta de orientação pedagógica, cursar outro curso/universidade (CAMPOS, 2017); retenção e reprovações em disciplinas anteriores ao abandono (AMORIM, 2016); imaturidade, escolha do curso como segunda opção, grade curricular com muitas disciplinas, falta de atividades de integração entre alunos e universidade (DIAS, THEÓPHILO, LOPES, 2010).

4.2.3 Evasão média do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM (*Campus Unai/MG*) em 2015/1

Para a integralização do curso dentro do prazo estipulado pelo PPC, a primeira turma de 2015 teria sete semestres de um total de sete semestres até o ano de 2018/1. Dos 123 discentes matriculados no período, 3 alunos diplomaram e 49 ainda estão ativos. 71 alunos ingressantes neste período evadiram, ocasionando uma taxa de evasão média de 57.7% até o período de corte desta pesquisa.

A Tabela 17 demonstra um alto índice de evasão, com alunos evadindo em todos os semestres, sendo que a maior saída, 23 alunos, ocorreu no segundo semestre da turma.

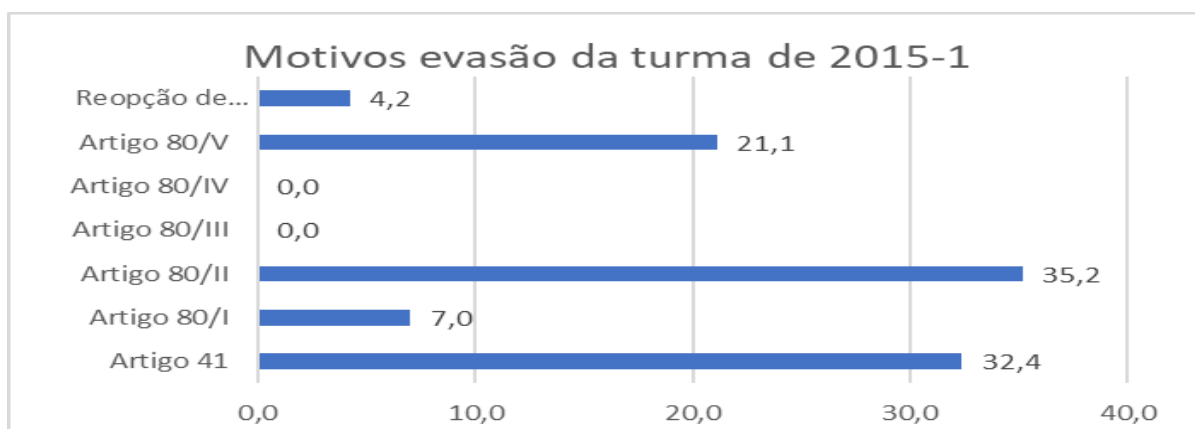
Tabela 17 - Taxa de evasão média do curso de BCA da UFVJM em Unai em 2015/1

Ingressantes (Ni)	Ano de Ingresso	Evadidos (Ne)	Ano/Semestre	Diplomados (Nd)	Retidos (Nr)	Taxa de evasão média (%)
123		0	2015/1	0	123	00,0
123		23	2015/2	0	100	18,7
100		10	2016/1	0	90	10,0
90		10	2016/2	0	80	11,1
80		9	2017/1	0	71	11,3
71		9	2017/2	2	60	12,7
60		10	2018/1	1	49	16,7
Totais = 123		71		3	49	57,7

Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

As variáveis que motivaram a evasão no ano de 2015 podem ser observadas conforme nos apresenta o Gráfico 6 abaixo:

Gráfico 6 - Variáveis motivacionais da Evasão média do curso de BCA em Unai- 2015/1



Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

As variáveis que mais influenciaram a saída de alunos neste período, conforme se verifica no Gráfico 6 foram a reprovação por aproveitamento e/ou faltas em todas as disciplinas em que estiver inscrito (Art. 80/II) e a não renovação de matrícula num período

letivo (Art. 41) com taxas de evasão de 35,20% e 32,41% respectivamente. Por volta de 21,10% dos alunos justificaram suas dificuldades e razões para o abandono do curso (Art. 80/V). Outras razões são 7% para os alunos que evadiram de acordo com o Art. 80/I, e 4,20% dos alunos evadidos nesta turma optaram pela a Reopção de Curso.

Nesta turma, a evasão por reprovação e ou faltas em todas as disciplinas, apontam para dificuldade em acompanhar a grade curricular universitária, pois os alunos são, na grande maioria vinda de um ensino público deficitário, e possui histórico escolar menos competitivo diante da alta concorrência nos vestibulares (ZAGO, 2006). Ainda, são dificuldades vivenciadas pelos novos alunos ao ingressarem no ambiente universitário, terem que cursar disciplinas que muitas vezes não foram estudadas no ensino médio público, e ou vistas de forma precária, não conseguem desenvolver nestes alunos um embasamento básico, dificultando o aprendizado em conteúdos curriculares como cálculos, bioquímica, química, levando a retenção nestas disciplinas.

De acordo com o MEC (1996b), as constantes reprovações estão correlacionadas com a formação insatisfatória de candidatos oriundos do ensino médio no país, sendo um fator determinante nas dificuldades por eles vividas dentro do ambiente universitário, ocasionando a reprovação sucessiva em determinadas disciplinas.

Diante destas dificuldades, faz-se necessário a utilização de programas como os de monitoria, auxiliar estudantes que encontram dificuldades em disciplinas variadas, porém nem todos podem ser atendidos, pois geralmente as disciplinas constam com apenas um monitor, e, muitas vezes os horários não são compatíveis, por coincidirem com horários de aulas. Ainda poderiam criar grupos de estudos e aulas de nivelamento.

4.2.4 Evasão média do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da UFVJM (*Campus Unai/MG*) em 2015/2

A última turma a ser analisada nesta pesquisa foi a turma do segundo semestre de 2015. Esta turma teria então, até o período de corte temporal definido para o levantamento de dados, seis semestres mínimos exigidos para a primeira integralização do curso de BCA, de acordo com o PPC/UFVJM.

Dos 115 discentes matriculados neste período, três alunos diplomaram-se e 39 estavam com matrículas ativas. 73 dos alunos ingressantes evadiram, causando uma taxa de evasão média de 63,5% até o fim da referência de estudos para a turma, sendo

considerado o segundo pior índice de evasão escolar dentro do período de análises dos dados e pode ser visualizado na Tabela 18.

Tabela 18 - Taxa de evasão média do curso de BCA da UFVJM em Unaí em 2015/2

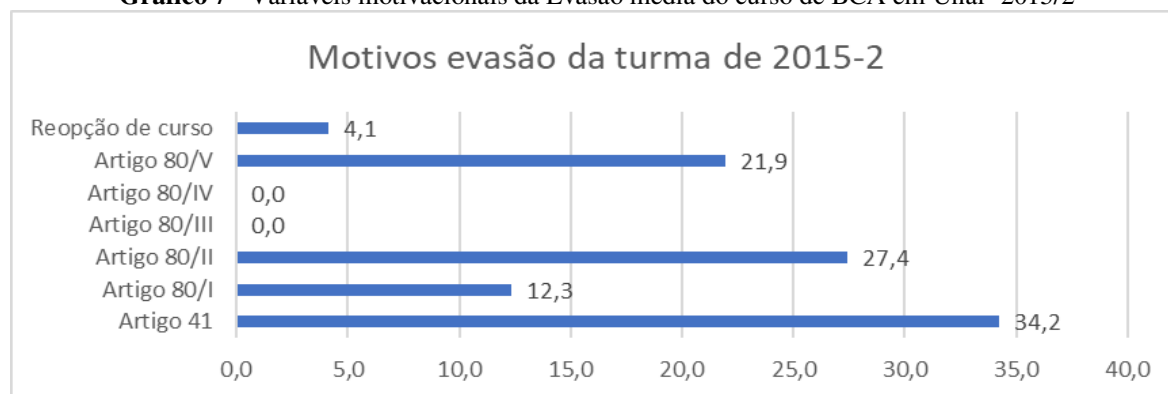
Ingressantes (Ni)	Ano de Ingresso	Evadidos (Ne)	Ano/Semestre	Diplomados (Nd)	Retidos (Nr)	Taxa de evasão média (%)
115	2015/2					100,00
115		4	2015/2	0	111	3,5
111		24	2016/1	0	87	21,6
87		15	2016/2	0	72	17,2
72		10	2017/1	0	62	13,9
62		13	2017/2	0	49	21,00
49		7	2018/1	3	39	14,3
Totais= 115		73		3	39	63,5

Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborada pela autora.

Na Tabela 18 pode ser visualizada uma quantidade variável de evadidos entre os semestres analisados, sendo que 39 alunos evadiram no ano 2016. Neste período, o *campus* passou por momentos de incertezas, que geraram grandes angústias em discentes e servidores tais como: falta de professores para o início dos cursos profissionalizantes, obras paradas devido ao corte de verbas, greves, ocupação do *campus* pela comunidade acadêmica que temiam pelo fechamento de cursos e do fechamento do *Campus* de Unaí, falta de reconhecimento do BCA pelo conselho de Agronomia.

Todas essas situações vivenciadas neste período podem ter sido alguns dos fatores motivacionais para a evasão, apesar de não ter sido verificado devido ao abandono do curso, onde os discentes não voltam para fazer o cancelamento de suas matrículas, os alunos simplesmente abandonam o curso, conforme se verifica no Gráfico 7, que demonstra que a taxa de evasão por não matrícula continuou alta como nos semestres anteriores, girando em torno de 34%, seguido do Art. 80/II com um percentual de 27,40%.

Gráfico 7 - Variáveis motivacionais da Evasão média do curso de BCA em Unaí- 2015/2



Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

As justificativas de evasão desta turma também se assemelham em perfil geral às justificativas da turma 2015/1. Segundo resolução do Consepe, “os discentes poderão trancar sua matrícula por dois semestres letivos, consecutivos ou não” (UFVJM, 2011, p. 14), sendo desligados automaticamente do curso e da instituição caso não regressem do trancamento após este período, sendo então jubilados pela IES. A turma 2014/2 e a turma 2015/2 apresentaram os maiores índices associados a esta razão de desligamento.

As turmas aqui analisadas estavam dentro do período mínimo/máximo para a integralização definidos no PPC/UFVJM, assim, a retenção dentro do curso não foi um problema para as turmas analisadas, e, também não houve nenhum aluno jubilado devido ao vencimento de período de integralização.

4.3 Variáveis motivacionais de evasão de acordo com o Art. 80/V da Resolução nº 11 do Consepe da UFVJM

Diferente dos discentes que não formalizam sua saída do curso/instituição, os alunos que pediram formalmente seu desligamento do curso ao qual estava vinculado, preenchem um formulário de justificativa, e este formulário se torna um instrumento útil para os estudos das motivações de sua evasão, que pode ocorrer por vários fatores e, na visão de Lobo (2012), os motivos mais comuns são:

Inadaptação do ingressante ao estilo do Ensino Superior e falta de maturidade; formação básica deficiente; dificuldade financeira; irritação com a precariedade dos serviços oferecidos pela IES; decepção com a pouca motivação e atenção dos professores; dificuldades com transporte, alimentação e ambientação na IES; mudança de curso; e mudança de residência. (LOBO, 2012, p. 18).

Desta forma, não se deve estudar um fator único para determinar as causas da evasão, uma vez que este fenômeno é visto de forma caracterizada como multifatorial (GILIOLI, 2016). Esta pesquisa fez uma amostragem qualitativa de forma a apresentar alguns desses fatores apontados pelos discentes evadidos que responderam ao questionário sobre as razões de sua evasão. Este formulário lhe é apresentado acompanhado do seu pedido de cancelamento de matrícula, porém não de forma obrigatória, o discente é livre para justificar ou não.

Ele possui 21 perguntas fechadas e uma aberta para que o discente pudesse justificar o seu pedido voluntário de cancelamento do curso, e, este formulário foi utilizado para o levantamento das variáveis motivadoras de evasão escolar do curso de Bacharelado em Ciências Agrárias da UFVJM/*Campus- Unaí*, segundo o Art. 80/V da Resolução nº 05 do

Consepe/UFVJM (2011).

Como foram encontradas variadas motivações para o pedido de cancelamento no curso de BCA, os alunos responderam ao questionário, muitas vezes com mais de uma razão motivadora de sua evasão, o que dificultou o processo de análise e apresentação dos dados. Na Tabela 19, estas justificativas foram agregadas e transcritas de acordo com as respostas efetuadas pelos discentes no ato do cancelamento de sua matrícula no curso.

Tabela 19 - Variáveis motivadoras de evasão do curso de BCA em Unaí, de acordo com o artigo 80/V da Resolução 11/Consepe/UFVJM

Período	Justificativa	Quantidade
2014/1	Não informou o motivo.	2
	Reopção de curso/ mudança/não era o curso que queria.	7
	Multifatores: mudança de cidade por motivos familiares ou de trabalho; dificuldade de adaptação à vida universitária; dificuldades financeiras; dificuldades na relação ensino-aprendizagem, traduzidas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas.	1
	Total	10
2014/2	Multifatores: questões pessoais; estudar em outra universidade; Longa distância entre a UFVJM e a sua cidade de origem; Mudança de cidade por motivos familiares e ou de trabalho.	6
	Reopção de curso/ mudança/não era o curso que queria.	3
	Não informou o motivo.	2
	Total	11
2015/1	Multifatores: Questões pessoais, dificuldade de moradia, mudança de cidade; Não pode residir em Unaí; Questões pessoais; Questões financeiras; Não conseguiu adaptar ao curso ou cidade, não ter garantia que ao terminar o BCA teria vaga na Medicina Veterinária; Problemas sociais; pessoais ou na universidade; fazer outro curso, outra universidade; Mudança de cidade por motivos familiares e ou de trabalho.	8
	Não informou motivo.	2
	Reopção de curso/ mudança/não era o curso que queria.	8
	Total	18
2015/2	Multifatores: Questões pessoais; Incompatibilidade financeira para manter-se na cidade; Longe de casa, estudar em outra instituição; Questões pessoais; não pode residir em Unaí; Mudança de estado/país; Mudança de cidade, outra faculdade; A universidade é muito distante de casa e ou do trabalho, fazer outro curso em outra universidade; Mudança de cidade por motivos familiares ou de trabalho, dificuldades financeiras; Falta de interesse, afinidade ou gosto pela área profissional, dificuldade de adaptação a vida universitária, dificuldades na relação ensino-aprendizagem traduzidas em reprovações constantes ou na baixa frequência as aulas, dificuldade de acompanhar as aulas, falta de base teórico-prática, fazer outro curso na UFVJM, fazer outro curso em outra universidade.	12
	Reopção de curso/ mudança/não era o curso que queria.	7
	Total	19

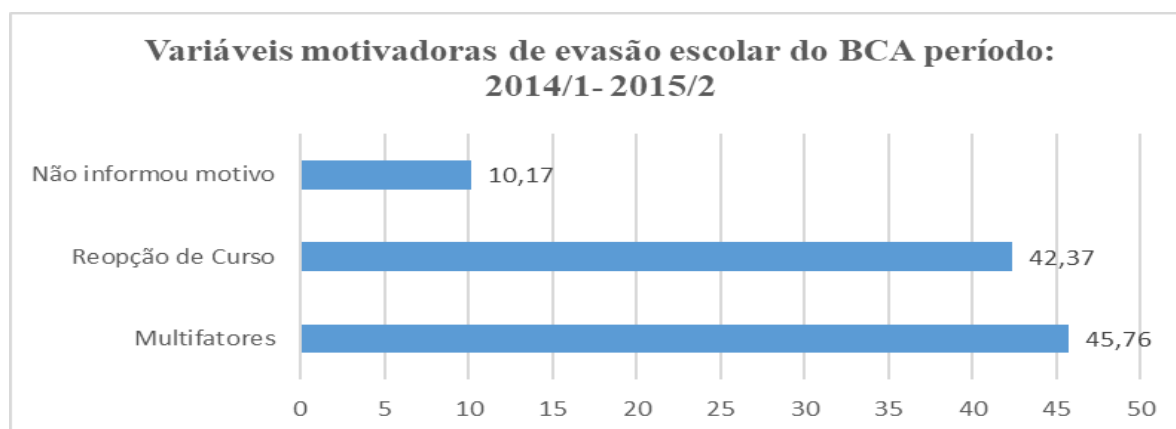
Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

Foram encontradas nas fichas dos discentes evadidos que ingressaram no período de 2014/1 ao período de 2018/1, 59 justificativas de cancelamento voluntário (Tabela 19) no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias em Unaí/MG. As justificativas

apontaram para uma variedade de motivações para a evasão ocorrida entre os períodos de corte para o levantamento de dados (2014/1 a 2018/1), o que vai ao encontro de outros estudos realizados (MEC, 1996b; LOBO, 2012; GILIOLI, 2016), e apontam para a multifatoriedade deste fenômeno, ora inerente ao universo do aluno como: problemas financeiros transformados em impedimento para permanência na cidade, bem como situações familiares, dificuldades de acompanhar o curso. Outras vezes podem estar relacionados a ambos (alunos/universidade) como dificuldade na relação ensino-aprendizagem; reopção de curso; não ter garantias que teria a vaga nos cursos profissionalizantes, reprovações constantes.

No Gráfico 8, as justificativas foram organizadas em grupos para que a leitura das motivações de evasão das turmas do BCA analisadas no período de corte, pudessem ser melhor visualizadas pelos leitores:

Gráfico 8 – Variáveis motivadoras de evasão do BCA da UFVJM em Unaí- Art. 80/V



Fonte: UFVJM/DRCA, 2018. Elaborado pela autora.

Pode ser observado que entre as justificativas voluntárias (59) respondidas pelos evadidos das turmas ingressantes no BCA em 2014/1 ao período de 2015/2, a variável Reopção de Curso, foi apontada por 42,37% dos discentes como sendo a variável mais relevante para a evasão escolar superior das turmas analisadas, seguidas de Multifatores (45,76%); Não informou o motivo (10,17%). Entende-se que apesar do grupo de variáveis relacionado aos Multifatores apresentar um percentual maior que o grupo de Reopção de Curso, este apresenta mais de um motivo, que não foi possível mensurá-los separadamente devida a variedade de motivações, por isso optou-se pelo agrupamento.

Para os problemas relacionados às questões financeiras, o que pode dificultar a permanência do aluno na cidade ou no âmbito escolar, os programas de assistência/moradia estudantil, se tornam uma ajuda essencial para a manutenção dos alunos com baixa renda no

âmbito do sistema universitário. E ainda, a flexibilização do período de realização dos cursos seria medida importante no combate à evasão, pois sendo estes alunos muitas vezes, oriundos de classe social de baixa renda, precisam trabalhar o que é dificultado devido ao curso ser em período integral.

Quanto ao risco de evasão por questões pessoais, talvez sejam estas, as razões mais complexas de serem identificadas, uma vez que, o discente muitas vezes opta por não informar a motivação que o levou a abandonar o curso/universidade/ sistema, dificultando na implantação de programas de combate à evasão, mas mesmo diante desta complexidade de motivadores de evasão, “[...] embora tal aspecto esteja fora do controle interno, a IES pode se perguntar: o que fazer para auxiliar um aluno quanto a problemas pessoais?” (TONTINI; WALTER, 2014, p. 101-102).

Conforme visto na Tabela 19 a evasão escolar voluntária por questões pessoais está relacionada com problemas familiares, como por exemplo, não conseguir se adaptar ao curso; falta de interesse pelo curso, ou não ser o curso que queria reprovações; problemas sociais; entre outros.

Os alunos que optaram pela Reopção de Curso no *Campus* de Unaí, demonstram que o BCA pode ter sido utilizado “[...] como “trampolim” para aquele curso efetivamente desejado”. (MEC, 1996b, p. 120), visto que vários alunos evadiram para optarem pela migração para os cursos de: Medicina Veterinária, Engenharia Ambiental e Agrícola, Agronomia e Zootecnia que são oferecidos como cursos profissionalizantes.

O curso de BCA vivenciou problemas variados, tais como: ociosidade de vagas, alta taxa de evasão, problemas de espaço físico no *campus*, sugestão de fechamento de curso, situações que podem ter influenciado na sugestão de encerramento do curso em Unaí/MG, como foi decidido pela congregação do Instituto de Ciências Agrárias, em reunião no dia 03 de julho de 2017, optou-se pelo encerramento do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, sem entrada de discentes no curso a partir de 2018/1, de acordo com a transcrição abaixo:

Migração do atual Projeto Pedagógico na modalidade de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias com as 4 terminalidades para os 4 cursos nas modalidades tradicionais, Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Medicina Veterinária e Zootecnia sem o BCA, com entrada semestral e oferta de 25 vagas por curso a partir de 2018/1. (UFVJM/ICA, 2017).

Diante desta decisão, solicitou-se junto ao Ministério da Educação o encerramento do curso, como pode ser verificada na Figura 19 apresentada a seguir:

Figura 19- Situação do curso de BCA da UFVJM em Unaí no MEC

DETALHES DA IES

(Código) Nome da IES:

(596)UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI - UFVJM

Situação: Ativa

RELAÇÃO DE CURSOS

Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC
1270508	Presencial	Bacharelado	INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS - BI/LI Em Desativação/Extinção voluntária: Conforme processo SEI nº 23000.003433/2018-50	MG	Unaí	-	-	3

Registro(s): 1 a 1 de 1

1

Página

Fonte: MEC, 2018b.

O Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias encontra-se na situação de desativação/ Extinção voluntária. Os alunos matriculados no BCA teriam a opção de finalização do curso ou migração para os cursos tradicionais aprovados e decidiram migrar para os cursos tradicionais, participaram de uma chamada para migração dos estudantes do curso de ciências agrárias para os cursos de formação específica, cujo objetivo é “[...] assegurar aos discentes do curso de Ciências Agrárias (Bacharelado Interdisciplinar) da UFVJM, curso este em extinção gradativa, a oportunidade de ocupar uma vaga em um dos cursos de formação específica [...]”, conforme previsto na Chamada para Migração dos Estudantes do Curso de Ciências Agrárias, previstos no Edital nº 07/2018 da UFVJM/PROGRAD.

As altas taxas de evasão escolar superior média das turmas aqui estudadas variam entre percentuais de 52,30% a 69,50%, muito acima do percentual de 20% de evasão, percentual definido pelo Ministério da Educação (BRASIL, 1996b) como razoável.

Conclui-se com esta pesquisa que estudar a evasão superior é tema complexo por se tratar de motivações multifatoriais, entende-se que este fenômeno não deveria ser estudado em um conjunto único, pois na maioria das vezes os motivos dados pelos discentes evadidos se complementam entre si e ao longo desse processo de evasão, todos são afetados de alguma forma, “[...] perde o aluno ao não se diplomar, perde o professor que não se realiza como educador, a universidade, a família e a sociedade. Perde também o país, que olha para o futuro e espera...”. (CUNHA; TUNES; SILVA, 2001, p. 279).

Assim, o grande desafio é conseguir minimizar a evasão, uma vez que a eliminação do problema não é possível, porém com ações pontuais e locais, pode-se alcançar menores taxas de evasão. Ações como as que a universidade implantou no ano de 2018 com o apadrinhamento dos novos alunos por parte de professores e técnicos, onde os discentes são acolhidos e orientados de forma próxima, ajudando na melhor adaptação ao novo, ao

ambiente universitário, muito diferente do ambiente anterior ao qual estavam acostumados, como o ensino médio.

Estudar a evasão anual ou após o período de integralização de cursos, serve apenas para apontar causas de evasão, porém o problema já existe e não tem como revertê-lo, assim, para que as instituições superiores consigam uma redução em suas taxas de evasão seria importante e necessário acompanhar o que acontece com a turma semestralmente, visando à correção de situações que podem ocasionar problemas ao longo do curso.

Conhecer as necessidades individuais de cada aluno, ofertando, por exemplo, ajuda como a monitoria, ou melhorando a didática de professores, pois de acordo com o MEC (1996b) a falta de preparo de professores, currículos extensos, rígidos e conservadores podem influenciar no desinteresse dos alunos, motivando-os na decisão de evadir do curso. Essas são algumas ações que os gestores das universidades podem desenvolver internamente.

Na opinião de Lobo (2012) um dos grandes problemas relacionados aos estudos da evasão está em aceitar que os alunos que evadem por questões financeiras, seja problema unicamente do aluno, porém os gestores não levam em consideração que o discente muitas vezes “[...] prefere afirmar que o problema dele é financeiro a ter que enfrentar a reação de sua crítica a setores da IES, ou ao desempenho de docentes, gestores ou funcionários”. (LOBO, 2012, p. 12), e ainda, na visão desta autora, compreender e criar ações de combate à evasão é um problema de gestão e envolve vários fatores e níveis hierárquicos dentro da IES.

Considerando-se que nem sempre a questão financeira é o vilão da evasão, deixa clara a importância da gestão institucional na solução de problemas. Buscar conhecer a situação de seus alunos, sua origem, é fator fundamental na criação de políticas internas de prevenção da evasão, visto que, a educação no Brasil vem sofrendo com os cortes e contingenciamentos de verbas ao longo dos últimos anos, sendo o momento de desenvolver estratégias de combate à evasão e até mesmo de sobrevivência das IFES, utilizando-se de material físico e humano existente. E ainda como verificado no estudo da arte sobre a evasão, ela está relacionada com questões variadas, e que, nem sempre aquele aluno que é agraciado com uma bolsa (monitoria, projetos de pesquisa, baixa renda, moradia) permanece no curso ou no sistema universitário.

Não ser aprovado no curso pretendido, e, ou ser aprovado em cursos de segunda opção é outro vilão que explica uma parte da evasão escolar superior. Segundo Lobo (2012), os cursos superiores, em grande maioria são lançados a partir de estudos superficiais, sem estudo de mercado, sem saber o público-alvo, levando a várias chamadas para preenchimento de vagas, pois uma vez que os alunos que não passaram em cursos desejados, optam pelo

ingresso na academia, ainda que não no curso almejado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo condutor desta pesquisa foi realizar um estudo sobre a evasão escolar superior das turmas do curso presencial de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (BCA), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, *Campus* de Unaí/MG, no período compreendido entre o primeiro semestre do ano de 2014 e o segundo semestre do ano de 2015.

Conhecer a evasão e os seus desdobramentos na vida de alunos e instituições de educação públicas e privadas é um passo decisivo na implantação de programas de combate a este problema que ocorre no Brasil, bem como em outros países, como bem visto na literatura recorrente.

Apesar de ser assunto de extrema relevância nas instituições educacionais, os estudiosos e pesquisadores do tema em questão, não conseguem chegar a um único denominador comum de seus motivadores. Por isso, sugerem-se estudos locais e pontuais, pois somente conhecendo o público alvo, que as instituições poderão construir ferramentas de combate a este problema, em razão de que a evasão pode variar de instituição pública ou privada; de cursos de licenciaturas para os bacharelados; de classes sociais; de períodos diurnos ou noturnos, bem como podem sofrer interferências regionais, entre outros.

Com programas de expansão universitária como o REUNI, aumentou-se o número de universidades, *campi* e Institutos Federais no Brasil, houve consequentemente o aumento de ofertas em cursos variados, inclusive a criação de novos cursos, como é o caso da UFVJM, do *Campus* de Unaí e curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias.

A utilização do ENEM/SISU e as leis de ações afirmativas a partir de 2012 abriram as portas das universidades para aqueles candidatos oriundos de uma camada social e econômica menos favorecida, porém, esta ação em si não garantiu a elevação do número de graduados, visto os altos índices de evasão em todo o Brasil.

Na primeira turma do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias estudada foi a de 2014/1, onde se identificou um percentual de 69,5% de evasão média, seguido de 52,3% para a turma ingressante em 2014/2, 57,7% em 2015/1 e 63,5% em 2015/2, tendo como período de corte para o levantamento de dados o primeiro semestre do ano de 2014 ao primeiro semestre de 2018.

Dentre as principais variáveis motivadoras da evasão escolar do BCA em Unaí temos: 1) Não renovação de matrícula (Art. 41), sendo fenômeno que ocorreu em todos os períodos analisados; 2) Reprovação por aproveitamento e ou faltas em todas as disciplinas (art. 80/II); e

3) Solicitar formalmente a desistência do curso.

Dentre os evadidos que justificaram sua desistência do curso de BCA no ato de cancelamento de sua matrícula (art. 80/V) foi identificada uma miscelânea de razões motivadoras para evasão dentre elas destacaram-se 1) Reopção de curso sendo a variável de maior relevância; 2) Multifatores, dentre eles podemos citar: os fatores individuais aos estudantes relacionados às questões familiares e financeiras; dificuldade de aprendizagem; falta de interesse; reprovações, entre outros; e 3) Não informou o motivo de seu cancelamento.

O perfil dos alunos evadidos é constituído por estudantes jovens, solteiros, na maioria oriunda da cidade de Unaí, onde a evasão dos alunos provenientes desta cidade pode ter sido ocasionada por questões financeiras/trabalho, uma vez que os cursos são oferecidos em período integral (matutino/vespertino), fazendo com que vários alunos não consigam conciliar o trabalho com os estudos.

Os altos índices de evasão encontrados nesta pesquisa, juntamente com a ociosidade de vagas no curso de BCA, pois em nenhum dos semestres analisados as 160 vagas ofertadas para o curso foram preenchidas, bem como as instabilidades vividas durante o processo de instalação do *campus* e do curso, podem inferir que foram fatores decisivos na tomada de decisão do encerramento do Curso de Bacharelado Interdisciplinar da UFVJM em Unaí sem entrada de alunos a partir do primeiro semestre de 2018.

Vale ressaltar neste momento, a grande dificuldade de analisar os dados a partir do questionário estudado, devido ao número de opções de respostas utilizadas por um mesmo aluno, que ora aponta para questões pessoais, ora aponta para questões institucionais. Sugere-se aqui uma reavaliação deste instrumento importante na coleta de dados para posteriores estudos e a criação de políticas institucionais, uma vez que, geralmente os estudos relacionados à evasão escolar têm na prevenção deste fenômeno seu objetivo maior. Outra sugestão seria a criação de um questionário com situações onde os alunos pudessem responder semestralmente possíveis situações de abandono.

Assim, devido à variedade de fatores que podem estar relacionados com a evasão superior, uma gestão voltada para o combate deste problema é de extrema importância no planejamento de políticas dentro da UFVJM, visto que, este é um problema que não acontece somente no *Campus* de Unaí, mas em todos os *campi* da universidade.

Medidas que podem ser adotadas internamente pelas universidades tais como: estudar o mercado de trabalho; ouvir a necessidade da comunidade na implantação de um curso de graduação; oferecer bolsas específicas para aqueles que entraram por políticas de inclusão;

acompanhar o desenvolvimento dos professores, ofertando a estes, cursos relacionados a uma melhor didática; saídas técnicas; envolvimento com a comunidade; ter menos rigidez no que se refere à grade curricular e ao tratamento de faltas e pagamento de disciplinas pendentes.

Estratégia institucional como o programa de acolhimento ao estudante vem sendo realizado pela UFVJM desde o ano de 2018 e é uma medida de acolhimento do aluno que pode resultar na prevenção da evasão na instituição, uma vez que a quantidade de bolsas ofertadas não atende a todos os que delas necessitam. Assim, seria importante estudos para verificar a eficiência deste programa.

Em parceria com o estado e escolas particulares, as universidades podem ainda desenvolver programas voltadas para alunos do ensino médio, como atividades de vocação profissional e apresentação de profissões para que o candidato tenha um melhor conhecimento sobre a área de seu interesse.

Diante da realidade brasileira em que o aluno precisa conciliar o estudo com o trabalho, as instituições superiores em todo o país necessitam ampliar o horário daqueles cursos tradicionalmente ofertados no período diurno para cursos noturnos, contribuindo para a inclusão, e assim proporcionar oportunidades àqueles que não conseguem permanecer no sistema universitário devido à necessidade de trabalho.

Uma infraestrutura institucional mínima que ofereça salas de aula, laboratórios para o desenvolvimento de pesquisas também é fator relevante na prevenção da evasão, visto que o candidato tende a optar por aquela instituição ou curso que já esteja estruturado e reconhecido nacionalmente. No caso de Unaí, este fator não foi detectado diretamente nas justificativas dadas pelos alunos no questionário de cancelamento de matrícula, o que pode ter sido dificultado uma vez que o formulário não apresenta esta opção.

O *campus* da UFVJM em Unaí utilizou durante cinco anos (2014-2019) uma infraestrutura provisória cedida pela Unimontes e vivenciou problemas diversos dentre os quais citamos: a falta de espaço para salas de aula e laboratórios; climatização dentro de salas de aulas e escritórios; espaço insuficiente para servidores; distância da sede causando a sensação de abandono e problemas de comunicação. Além destes, greves; ocupação do *campus* pelos alunos que reivindicavam o não cancelamento de cursos; incertezas quanto à continuação do *campus* em Unaí; falta de qualificação administrativa para cargos ocupados pelas chefias que ocasionaram problemas de relacionamento interpessoal, são algumas das situações problemáticas que vêm acontecendo ao longo dos cinco anos de existência da UFVJM em Unaí.

Mesmo com a recente mudança para o *campus* definitivo na Fazenda Santa Paula, que

ocorreu em agosto de 2019, considera-se ainda como uma situação provisória, pois todos os espaços e atividades estão sendo realizadas no prédio de Pavilhão de aulas.

Para a expansão da UFVJM para Unaí, foi acordado junto ao MEC um valor de 69.270 milhões de reais que seriam distribuídos entre obras; custeio; assistência estudantil; hospital veterinário, fazenda, e que o *campus* só seria inaugurado após a construção das obras.

Porém, o *campus* foi criado sem a infraestrutura necessária, e o MEC alega que quanto ao valor financeiro, este foi atendido em aproximadamente 85% do valor acordado, todavia o que se verifica em Unaí, até o presente ano, são obras paradas (prédio da biblioteca e administrativo); ocupação do prédio de sala de aula para a realização de atividades administrativas e também de laboratórios; uso de água de poço artesiano quando deveria estar sendo utilizada água tratada e instalada pela concessionária local; a energia de gerador que não suporta todos os equipamentos a ele conectados, e que funciona com limitação de horário (07h00 às 18h00) e que neste curto período de uso, já apresentou defeito impedindo o funcionamento das atividades diárias do *Campus* (20 e 23/09/2019); Avenida Universitária não pavimentada, bem como insegurança provocada por falta de um trevo ou outras medidas de segurança na BR 251 que dá acesso à universidade ao ponto da reitoria ter cancelado o retorno das aulas referente ao segundo semestre letivo de 2019.

Estas situações vivenciadas no *Campus* em Unaí apontam que as causas da evasão não se reduzem a problemas financeiros, reafirmando a multifatorialidade e complexidade da temática. Além disso, importante refletir como a gestão institucional pode amenizar ou intensificar os problemas, à medida que os recursos destinados ao investimento em infraestrutura não foram aplicados de acordo com o Plano Diretor da instituição, restando ainda muito que fazer. Esse panorama se torna mais crítico no contexto desse momento político no Brasil, no qual os investimentos em educação pública estão sendo contingenciados em nome de uma política neoliberal, que deseja eliminar qualquer vestígio de um Estado de bem estar social instaurado pelos governos desenvolvimentistas do PT. Isso impõe desafios gigantescos a saúde das instituições Públicas Federais de Ensino Superior, especialmente aquelas em fase de consolidação como é o caso do *Campus* em Unaí.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação básica e o PNE 2011-2020**. Revista Retratos da Escola. Brasília, v4, n.6, p. 123-141, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y26uv4mz>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

_____. **Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado**. Piracicaba/SP: UNIMEP, 2003.

AMORIM, E.M. **Evasão escolar no ensino superior**: um estudo de caso na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Diamantina: UFVJM. 2016.

ANDRADE, M. R. O. **Estudo da evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**. 38p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, 2009.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos científicos. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ARROYO, M. G. **Políticas educacionais e desigualdades**: à procura de novos significados. Educ. Soc., Campinas, V31, n.113, p. 1381-1416, out-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17.pdf>>. Acesso em 23 set. 2018.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 990 de 30 de setembro de 1953**. Cria a Faculdade de Odontologia de Diamantina. Diário do Executivo. 01/10/1953. p. 1_coll.

BARLEM, J.G.T. *et al.* **Opção e evasão de um curso de graduação em enfermagem**: percepção de estudantes evadidos. In: Revista Gaúcha Enfermagem, Porto Alegre, v. 33, n.2, p. 132-138, jun. 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4ry8ur4>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y73bcz6q>>. Acesso em 01 abr. 2018.

BORGES, S. M. **Fatores determinantes da evasão escolar no ensino superior**: o estudo de caso do ILES/ULBRA de Itumbiara. 2011. 76 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional), Faculdades Alves Faria. Goiânia/GO.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 out. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 dezembro de 1996a**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y26cabgo>>. Acesso em 20 dez. 2018.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras 1996b. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ycvekdwp>>. Acesso em 04 mai. 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portal do Governo Brasileiro: REUNI - Expansão**. 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/expansao>>. Acesso em 08 abr. 2018.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituição de Ensino Superior (extinção do BCA)**. 2018b. Disponível: <<https://tinyurl.com/yxuy8b5z>>. Acesso: 27 mai. 2019.

_____. (INEP). **Plano Nacional de Educação**. Proposta do executivo ao Congresso Nacional, 1998. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2axxv6w>>. Acesso em 15 dez. 2018.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y6kg7gwg>>. Acesso em 01 dez. 2018.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em 01 dez. 2018.

_____. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018.

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005a**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yyajmwn6>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

_____. **Lei nº 11.173, de 6 de setembro de 2005b.** Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. 08/09/2005. p. 2.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3m75quk>>. Acesso em 17 jul. 2017.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ng7a7rf>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

CAMPOS, C.A. **Evasão nos Bacharelados Interdisciplinares da UFVJM- Campus Diamantina.** 2017. 113p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017.

CAÑAVERAL, I.C. P.; SÁ, T. A. O. **REUNI:** Expansão, segmentação e a determinação institucional do abandono. Estudo de caso na Unifal- MG. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 44, p. 93-115, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3g84o3v>>. Acesso em: 09 de jul. 2019.

CAVALCANTE, C. V. **Políticas de ação afirmativa na educação superior brasileira:** uma análise dos planos nacionais de educação 2001-2010 e 2014-2024- uma estratégia para a redução das desigualdades sociais e escolares? Poiésis, Tubarão, v9, n.16, p. 333-350. Jul/Dez 2015.

COLOMBO, S. S. *et al.* **Gestão educacional:** uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R.R. **Evasão do curso de Química da Universidade de Brasília:** a interpretação do aluno evadido. Quim. Nova, Vol. 24, No. 1, 262-280, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v24n2/4291.pdf>>. Acesso: 30 mai. 2019.

DIAS, E. C. M.; THEÓPHILO, C. R.; LOPES, M. A. S. **Evasão no ensino superior:** estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros-MG- Unimontes – MG. 2010. Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/419.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2019.

FIALHO, N. H. **Universidade multicampi.** Brasília: Plano Editora. 2005.

FLORES, S.R. **A democratização do ensino superior no Brasil:** Uma breve história: da colônia a república. Rev. Inter. Educ. Sup. Campinas, SP. v. 3. n.2. p. 401 – 416 maio/ago. 2017.

G1 SÃO PAULO. Minas Gerais: veja a evolução do orçamento repassado pelo MEC às 11 universidades federais do estado. **G1**, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4fftcfn>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GILIOLI, R. S. P. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, SISU e desafios**. Brasília, Consultoria Legislativa, 2016. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4xgk35y>>. Acesso em 12 abr. 2019.

GOMES, A. **Cortes de Verbas já Afetam a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**. Brasil de Fato. 09 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/09/cortes-de-verbas-ja-afetam-a-universidade-federal-dos-vales-do-jequitinhonha-e-mucuri/>>. Acesso em: 02 abri. 2018.

GOMES M. R. F.; TORRES, J. C. **Discutindo o Acesso e a Permanência no Ensino Superior no Contexto do SISU (Sistema de Seleção Unificada)**. v. 16, n. 1, p. 69-88, Jan./Jun., 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2smrl5w>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

GONÇALVES, M. T. **SAGA: Hunay de ontem e Unai de hoje**. 2 ed. Uberlândia: Editora Regências; Arte Editora. 2017.

GOHAN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira da Educação, v16. n47. Maio-ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Brasil/Minas Gerais/Unai**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/unai/panorama>>. 2010. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/unai.html>>. 2018. Acesso em: 21 mai. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-do-enem>>. Acesso em: 06 de jul. 2019.

LEHER, R.; VITTORIA, P.; MOTTA, V. **Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica**. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v9, n1, p. 14-21, abr. 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yyg94du8>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

LOBO, M. B. C. M. **Panorama da evasão no ensino brasileiro**: aspectos gerais das causas e soluções. ABMES Cadernos. Brasília, set./dez. 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4bfusvq>>. Acesso: 10 jan. 2018.

MARTINS, A. C. P. **Ensino superior no Brasil**: da descoberta aos dias atuais. Ribeirão Preto: Acta Cirúrgica Brasileira Vol. 17 (Suplemento 3), 2002. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y6too8g6>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

MINAYO, M. C. S, (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MORENO, A. C. 90% das universidades federais tiveram perda real no orçamento em cinco anos; verba nacional encolheu 28%. **G1**. 29 jun. 2018a. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3hcxjyt>>. Acesso em 29 jun. 2018.

_____. Inadimplência do Fies dobra desde 2014, e 41% não pagam as parcelas há mais de três meses. **G1**, 07 jun. 2018b. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ybofpzwm>>. Acesso em 08 jun. 2018.

OLIVEIRA, R. P. M. **Impactos do REUNI na evasão da UnB**. 46 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Brasília: UnB. 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34272/1/2018_RenatoPereiraMo%c3%a7odeOliveira.pdf>. Acesso em 09 de jul. 2019.

OLIVEIRA, G. C. A; MOREIRA, J. R. **A Voz da Evasão**: análise da evasão escolar em uma instituição de educação superior privada (2014-2015). *Projeção e Docência*, volume 7, número 2, ano 2016, p. 35-48. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yyjongvj>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

PIOVESAN, F. Do Marco Histórico das Políticas Públicas de Ação Afirmativa. In: SANTOS, S. A. (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y5m35ldc>>. Acesso em 15 dez. 2018.

PRESTES, E. M. T.; FIALHO, M.G. D. **Evasão na educação superior e gestão institucional**: o caso da Universidade Federal da Paraíba. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 869-889, jul./set. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v26n100/1809-4465-ensaio-26-100-0869.pdf>>. Acesso em 09 jul. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Unaí, 2010. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yyucxy94>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

PRIM, A. L., FÁVERO, J. D. **Motivos da evasão escolar nos cursos de ensino superior de**

uma faculdade na cidade de Blumenau. Florianópolis: Revista E-Tech - Tecnologias para Competitividade Industrial, n. Especial Educação, p. 53-72, 2013. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y7rpgbn6>>. Acesso em 01 nov. 2017.

RIBAS, R. **Dirigentes da UFVJM apresentam andamento de implantação do *campus* de Unaí.** 2013. Prefeitura Municipal de Unaí, 2013. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y58owslf>>. Acesso em 03 jun. 2019.

SABBI, V., AZEVEDO, M. L. N. **As políticas públicas do Banco Mundial e do BID para a educação.** Disponível em: <<https://tinyurl.com/y6ofnfzc>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990.** Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. 1991.

SAVIANI, D. **A expansão do ensino superior no Brasil:** mudanças e continuidades. Poésis pedagógica- v. 8, N.2 ago/dez. 2010; pp. 4-17. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yxmatyf4>>. Acesso em 01 nov. 2018.

_____. **Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <scielo.br/pdf/tes/v6n2/02.pdf>. Acesso em 10 dez. 2018.

SARAVIA, E. FERRAREZI, E. (org). **Políticas públicas; coletânea.** Brasília: ENAP, 2006.

SILVA FILHO, R. L. L; MOTEJUNAS, P. R.; HIPOLITO, O.; LOBO, M B. C. M. **Evasão no ensino superior brasileiro.** Cad. Pesquisa. [online]. 2007, vol.37, n.132, pp.641-659. ISSN 0100-1574. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300007>>.

SILVA, F. I.C. *et al.* **Evasão escolar no curso de educação Física da Universidade Federal do Piauí.** In Revista Avaliação, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 391-404, jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-40772012000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SILVA, A. S.; LAMEIRA, R.G.F.V.; BARBOSA, K. A. M. **Modelo para cálculo de retenção e evasão na educação superior:** caso da engenharia civil. Cobenge, 2014. Disponível em: <<http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/5/Artigos/130317.pdf>>. Acesso: 05 dez. 2018.

SILVEIRA, F. L; BARBOSA, M. C. B.; SILVA, R. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma análise crítica.** Revista Brasileira de Ensino em Física, v 37, n1, 1101. 2015.

TONTINI, G.; WALTER, S.A. **Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos?** Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior.

Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 89-110, mar. 2014.

TRINDADE, H. (org.). **Universidade em ruínas**: na república de professores. Petrópolis: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Proposta Reuni UFVJM (2009)**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2pa7fex>>. Acesso em 17 jul. 2017.

_____. **Edital de Chamamento Público 001/2012**. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/licitacoes/home/doc_view/3304-.html>. Acesso em 03 mai. 2019.

_____. **Resolução nº 05- CONSEPE, de 20 de maio de 2011**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yxm6t5mt>>. Acesso em 15 abr. 2019.

_____. **Resolução nº 18- CONSU, de 09 de novembro de 2012**. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/formularios/cat_view/430-/431-/436-/451-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT>. Acesso em 30 mai. 2019.

_____. **Plano Diretor Físico**. Diamantina: UFVJM, 2013. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/en/formularios/doc_view/2688-.html>. Acesso em: 18 mai. 2018.

_____. **Bacharelado em Ciências Agrárias (Unaí)**. 2014a. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2mv5nak>>. Acesso: 21 jul. 2018.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Agrárias: Bacharelado Interdisciplinar - Unaí**. Diamantina: UFVJM, 2014b. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y5nfnane>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI 2017-2021**. 2016. Disponível em: <http://media.ufvjm.edu.br/content/uploads/sites/105/2017/07/PDI_2017_2021-2.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. **História**. 2018 (a). Disponível em: <<https://tinyurl.com/yxa7u9b6>>. Acesso em 01 mai. 2019.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Diamantina, 2018 (b). Disponível em : <<https://tinyurl.com/y3qsdh4e>>. Acesso em 01 jun. 2019.

_____. **Relatório de Gestão 2011/2015**.

_____. **UFVJM em números 2019 (abril)**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y35wtgf5>>. Acesso em 29 mai. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-UFPE. **Causas da evasão de alunos nos cursos de graduação presencial da UFPE. 2016. Disponível em:** <https://www.ufpe.br/documents/38954/371376/r_evaso_16.pdf/53642e52-41fb-4b43-b098-98db6a470176>. Acesso em: 01 jul. 2019.

WANDERLEY. L. E. W. **O que é Universidade?** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WEDDERBURN. C. M. Do Marco Histórico das Políticas Públicas de Ação Afirmativa. In: SANTOS, S. A. (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y5m35ldc>>. Acesso em 15 dez. 2018.

ZAGO. N. **Do acesso à permanência no ensino superior:** percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação v.11, n32, maio/agosto. 2006. Disponível em: <<https://scielo.br/pddf/rbedu/v11n32/a03u11n32.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

ANEXO A - ATA DA 69ª SESSÃO DO CONSU



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI

CONSU



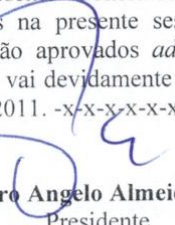
1 ATA DA 69ª SESSÃO, SENDO A 50ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO
2 CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
3 JEQUITINHONHA E MUCURI, REALIZADA EM 07/10/2011.

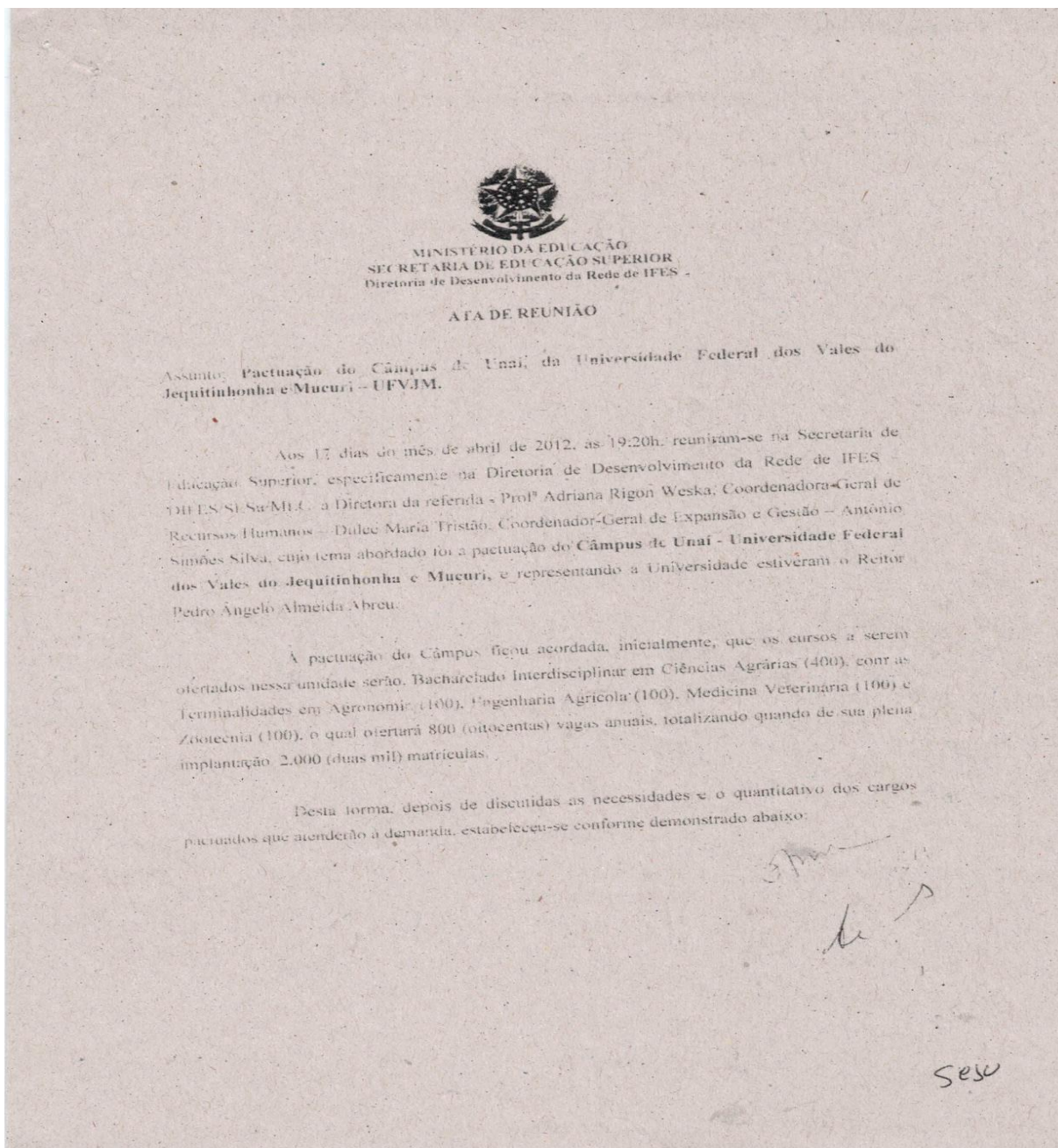
4
5 Às oito horas e trinta minutos do dia sete do mês de outubro do ano de dois mil e onze, na Sala de
6 Reuniões do prédio da Reitoria, verificado o *quorum*, teve início a 69ª sessão do Conselho Universitário,
7 sendo a 50ª em caráter ordinário, conforme convocação datada de 29/08/2011, sob a presidência do Sr.
8 Reitor, Prof. Pedro Angelo Almeida Abreu, e contando com as presenças dos professores: Donaldo Rosa
9 Pires Júnior – Vice-Reitor, Valter Carvalho de Andrade Júnior – Pró-Reitor de Graduação, Alexandre
10 Christóforo Silva – Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Ana Catarina Perez Dias, Pró-Reitora de
11 Extensão e Cultura, Gilciano Saraiva Nogueira – Diretor da Faculdade de Ciências Agrárias, Fernando
12 Costa Archanjo – Diretor da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Paulo Henrique Fidêncio –
13 Diretor da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas, Paulo César de Resende Andrade – Diretor do
14 Instituto de Ciência e Tecnologia de Diamantina, Roberto Antônio Penedo do Amaral – Diretor da
15 Faculdade de Ciências Humanas, Wederson Marcos Alves – Vice-Diretor da Faculdade de Ciências
16 Sociais Aplicadas e Exatas, Carlos Henrique Alexandrino – Diretor do Instituto de Ciência, Engenharia e
17 Tecnologia do Campus do Mucuri, Gilmar Vieira e Wellington Willian Rocha – Representantes
18 docentes da Faculdade de Ciências Agrárias, Rosana Passos Cambraia e Taciana Cavalcante de Oliveira-
19 Suplente – Representantes docentes da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Wagner Lannes e
20 Marcelo Ferreira Trezza Knop – Representantes docentes da Faculdade de Ciências Exatas e
21 Tecnológicas, Antônio Genilton Sant'Anna e Filadelfo Cardoso dos Santos – Representantes docentes
22 do Instituto de Ciência e Tecnologia de Diamantina, Douglas Sather dos Reis-Suplente e Atanásio
23 Mykonios – Representantes docentes da Faculdade de Ciências Humanas, Carlos Henrique Lopes
24 Rodrigues e Mirelle Cristina de Abreu Quintela – Representantes docentes da Faculdade de Ciências
25 Sociais Aplicadas e Exatas, Valéria Cristina da Costa e Cezar Welter – Representantes docentes do
26 Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia do Campus do Mucuri. Compareceram também os
27 Representantes dos servidores técnico-administrativos: Adriana Kelly Rodrigues, Bruno da Silva
28 Gonçalves, Adelmo Ferreira dos Santos, Henrique Alberto Alves Ferreira, Marden Inácio Lelis, Léa Sá
29 Fortes Pedreira-Suplente o Acadêmico Wellington Fabiano Gomes – Representante discente da Pós-
30 Graduação, os Acadêmicos Ana Cláudia Gonçalves e Geovane Assis Rocha-Suplente – Representantes
31 discentes da Graduação e o Sr. José Nelson Pereira dos Santos – Representante do Conselho de
32 Integração Comunitária – CONSIC. Foi justificada a ausência do Acad. Adriano Prado Simão,
33 Representante discente da Pós-Graduação. Tendo em vista o número de pessoas que se encontra presente
34 para assistir a reunião, o Sr. Reitor propõe a alteração da pauta, passando direto para o primeiro item e
35 posteriormente apreciando a pauta na sequência normal. Sendo a proposta aprovada passa-se a discussão
36 do item: **Apreciação do projeto de expansão, elaborado pela comissão instituída para este fim, que**
37 **trata de criação de novos campi da UFVJM, devendo neste estar definido os locais de atuação da**
38 **UFVJM, se contemplará ou não as Cidades de Janaúba e Unaí.** Encontravam-se presentes no
39 recinto, integrantes do Movimento a "UFVJM é Nossa", representantes de cidades como Itaobim,
40 Almenara, Capelinha, Araçuaí, Janaúba, bem como autoridades municipais, dentre elas os prefeitos
41 municipais de Janaúba, Jequitinhonha, Itaobim e Almenara, e representantes das câmaras municipais de
42 Capelinha e Itaobim, além de um suplente de deputado Estadual. O Sr. Presidente pede permissão ao
43 Conselho para fazer uma deferência às autoridades ali presentes, convidando-as para tomarem assento

nas poltronas na sala de reuniões, o que foi aprovado. O Sr. Presidente passa a palavra para o Prof. Paulo Fidêncio, Diretor da FACET, que em nome da comissão designada para estudo junto a Comunidade Acadêmica em relação a expansão universitária que, inicialmente, fala do trabalho desenvolvido pela Comissão até chegar à presente conclusão, entre assembleias, reuniões e finalmente decisões das Congregações, que são os órgãos máximos das Unidades Acadêmicas, sendo todas favoráveis à expansão. Cita a participação esclarecedora da Dra. Nádia Hage Fialho, autora do livro "Universidade Multicampi" durante a realização do debate sobre o tema em apreço aberto a toda comunidade, interna e externa. O Prof. Gilciano acrescenta que o texto será incluído no PDI. A Comissão considerou primeiramente a decisão de expandir e em caso de aprovação passará para o segundo passo que é expansão proposta pelo MEC. Em seguida o Prof. Paulo Fidêncio faz a leitura do ofício informando a conclusão resultante da consulta realizada junto aos três segmentos representativos da Universidade: "A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM pode se expandir para qualquer região do Estado de Minas Gerais, mediante estudo, pesquisa e planejamento realizado por representantes dos diversos segmentos da Universidade. Esta expansão dar-se-á a qualquer tempo, contemplando habilitações ou formação de bacharéis e licenciados em quaisquer áreas do conhecimento." Devido a presença de membros da comunidade externa, o Sr. Presidente entende que deva fazer uma explanação sobre o assunto. Esclarece que a notícia da criação de mais quatro Universidades Federais e de vários campi universitários, dentre esses, os campi das cidades de Janaúba e Unaí no Estado de Minas Gerais, que seriam vinculados à UFVJM, foi decisão do Governo Federal, não havendo consulta às Universidades, citando na oportunidade os critérios adotados pelo Governo, o que levou a escolha destas duas cidades para a implantação dos dois campi. Informa ainda que ele próprio foi comunicado via telefone pelo Secretário de Educação Superior, ocasião em que ponderou com o mesmo que tal notícia causaria grande repercussão junto a população dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e que ele como Reitor não poderia tomar nenhuma decisão, sem antes consultar o órgão máximo da Casa, no caso o Conselho Universitário. Imediatamente convocou uma reunião extraordinária do CONSU para repassar estas informações e para deliberação. Assim, a decisão pela incorporação ou não dos campi de Janaúba e Unaí à UFVJM ficou de ser tomada na presente data. Ressalta que estes dois campi já estão assegurados para as cidades, são irreversíveis, caso não sejam acolhidos pela UFVJM o MEC os repassará para outras instituições. Fala ainda da proposta que apresentou ao MEC, de além desses dois campi, criar um terceiro na cidade de Jequitinhonha/MG, em função dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri não terem recebido campus nessa expansão. Justifica a escolha da cidade de Jequitinhonha por ser esta cidade um ponto estratégico da região e considerando que o governo federal está implantando campus, nessa expansão, apenas em cidades não contempladas com IFETs, tendo a possibilidade deste ser implantado quase que concomitante aos campi das cidades de Janaúba e Unaí. Esclarece ainda que os campi terão projeto fechado, ou seja, com previsão de investimento, contratação de docentes e técnico-administrativos e ainda sem precisão de início de funcionamento, ou seja, apenas após concluídas as principais edificações da sede própria, incluídos salas de aula, biblioteca, gabinetes e outros. Cada campus funcionará com sete cursos. O Sr. Presidente ressalta ainda que esta será a última expansão induzida pelo Governo, as próximas serão orgânicas, em que cada Universidade, de acordo com seu PDI, disponibilidades e demandas é que elaborarão seus projetos de expansão, inclusive de criação de novos campi. Em seguida o assunto é colocado em discussão. O Conselho decide que as pessoas externas presentes à sessão poderão se inscrever para fazer uso da palavra por dois minutos. Todos os inscritos manifestaram o desejo de que sua cidade fosse contemplada com um campus universitário, e apresentaram suas justificativas. Algumas informam que já encaminharam à UFVJM, em outras datas, projetos propondo tais implantações, ao que responde o Sr. Presidente que todos os projetos encaminhados a ele, foram entregues na SESu/MEC e caso tenha algum que ainda não foi encaminhado, levará pessoalmente nas próximas semanas. Depois foi passada a palavra para as autoridades presentes. Fizeram uso da palavra os representantes das câmaras municipais de Itaobim e Capelinha assim como os prefeitos municipais de Jequitinhonha, Itaobim, Janaúba e o suplente de deputado Estadual. Estes também foram unânimes em defender a implantação do campus nas suas respectivas cidades e no Vale do Jequitinhonha e solicitaram da UFVJM empenho par lutar, junto ao MEC, para conseguir novos campi para o Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Em seguida foi a vez dos Conselheiros se manifestarem. Dos que fizeram uso da palavra alguns defenderam a acolhida dos campi pela UFVJM, outros entendem que ainda não é o momento certo, devendo a UFVJM

96 primeiramente, estruturar os atuais campi, oportunidade em que a Prof.^a Mirelle faz a leitura de um
 97 documento de uma acadêmica do Campus do Mucuri no qual relata problemas de infraestrutura do
 98 referido Campus. No curso da discussão o Prof. Paulo Cesar apresenta encaminhamento para votação:
 99 Que o CONSU vote se é favorável ou não à expansão, posteriormente, decide se acolhe os novos campi
 100 oferecidos pelo MEC. A maioria optou pelo encaminhamento. Vinte e oito Conselheiros participavam da
 101 sessão neste momento. Contados os votos, com dezenove votos favoráveis e nove contrários foi
 102 aprovada a expansão conforme encaminhado pela comissão designada para realizar os estudos e
 103 consultas à comunidade acadêmica. Concluída a votação foi dada continuidade à manifestação dos
 104 Conselheiros. Após amplo debate, o Sr. Presidente apresenta a proposta do Prof. Fernando Archanjo
 105 com ajustes feitos pelo Prof. Gilciano para votação: "A UFVJM deverá acolher os campi de Unai e
 106 Janaúba e ao mesmo tempo colocar em seu PDI a implantação de mais três campi no vale do
 107 Jequitinhonha". Esclarece que um está mais ou menos ajustado, citando que tem o testemunho dos
 108 prefeitos ali presentes que estiveram na reunião na SESu-Mec em setembro passado. Acrescenta que
 109 ainda não foi batido o martelo, mas ao que tudo indica deverá sair mais ou menos junto com estes dois
 110 campi em apreço, tendo sido citado como primeiro nome o da cidade de Jequitinhonha. Em seguida faz
 111 o encaminhamento para votação: Os Conselheiros favoráveis que a UFVJM acolha os campi de Unai e
 112 Janaúba e ao mesmo tempo inclua no seu PDI para os próximos 5 anos a implantação de mais 3 campi
 113 no Vale do Jequitinhonha somaram vinte e um votos, sendo cinco contrários e quatro se abstiveram.
 114 Assim, foram acolhidos os campi de Janaúba e Unai como pertencentes a UFVJM. Os Conselheiros
 115 abaixo declararam seus votos contrários. 1- Prof. Wederson: A Congregação da FACSAC entendeu por
 116 9 votos que a expansão para novos campi só deverá ocorrer após 5 anos de vigência do PDI a ser
 117 aprovado em 2011, de modo que a UFVJM possa primeiro se consolidar, evitando-se problemas da
 118 mesma natureza que encontramos no Campus do Mucuri. Ficando a questão: Como pensar em expansão
 119 neste momento, se tudo está em andamento, inacabado na UFVJM? 2- Prof. Carlos Henrique: Registra
 120 que votou de acordo com a decisão da Congregação da FACSAC e que tem muita preocupação que essa
 121 expansão redunde em campi em Janaúba e Unai sem infraestrutura, contratação prévia de docentes e
 122 técnico-administrativos, ou seja, uma promessa que não se realiza. Declara que é a favor da expansão,
 123 mas uma expansão planejada e programada e que todas as pessoas que queiram estudar numa
 124 universidade tenham condições de fazê-lo numa universidade pública, de qualidade e bem estruturada.
 125 3- Prof.^a Mirelle: Declara que é contra o texto apresentado pelos Diretores, por especificar que a
 126 expansão poderá ocorrer a qualquer tempo, para qualquer lugar. Por representação de segmento, não
 127 sendo contra a expansão. Acrescenta que é a favor de aceitar os campi propostos pelo governo com
 128 planejamento de mais três campi para os vales no PDI, em longo prazo, o que foi entendido. 4- Prof.
 129 Cesar Welter: Seu voto foi contrário por entender que o Vale do Mucuri também deveria ser beneficiado
 130 com um campus. 5- TA Adelmo: Justifica seu voto dizendo que é contra a criação dos campi da UFVJM
 131 nas cidades de Unai e Janaúba por entender que esta expansão não está de acordo com o texto aprovado
 132 pelo CONSU, nesta mesma data, onde se lê que qualquer expansão deva preceder de um estudo,
 133 pesquisa e planejamento realizado por representantes dos diversos segmentos da universidade. Os
 134 Acadêmicos justificam suas abstenções por defenderem uma universidade que seja dos Vales e que os
 135 defenda. A proposta colocada em votação, que cria 3 campi no Vale, foi colocada de uma forma ilusória
 136 entendendo que a mesma foi posta para acalmar a sociedade presente. Concluído este item, o Sr.
 137 Presidente informa que os demais assuntos da pauta, não vistos na presente sessão, deverão ser
 138 apreciados na próxima reunião ordinária e os casos urgentes serão aprovados *ad referendum*. Em
 139 seguida declara encerrada a sessão, da qual lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim
 140 e, após aprovada, pelo Sr. Presidente. Diamantina, 07 de outubro de 2011. -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-
 141
 142

143 
 144 Héli da Maria Martins Lopes
 145 Secretária

143 
 144 Prof. Pedro Angelo Almeida Abreu
 145 Presidente

ANEXO B- PACTUAÇÃO ENTRE O MEC E A UFVJM

FACTUAÇÃO
Campus de Unai

Categoria Funcional	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Docentes		24	35	56	0	0	115
TA's Classe "E"		20	20	13	0	0	53
TA's Classe "D"		00	30	00	0	0	30
Total	0	74	85	89	0	0	248

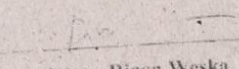
Orçamento	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Obras	R\$	R\$ 12.800.000,00	R\$ 8.000.000,00	R\$ 8.600.000,00	R\$	R\$	R\$ 29.400.000,00
Equipamentos	R\$	R\$ 2.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.640.000,00	R\$	R\$	R\$ 8.640.000,00
Assistência Estudantil	R\$	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.040.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$ 3.040.000,00
Mano e Veterinário	R\$	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$ 2.400.000,00
Fazenda	R\$	R\$ 728.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$ 1.728.000,00
Total	R\$	R\$ 18.928.000,00	R\$ 16.040.000,00	R\$ 11.640.000,00	R\$	R\$	R\$ 46.608.000,00

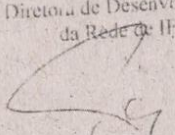
Orçamento	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Custos	R\$	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 4.554.000,00	R\$ 7.554.000,00	R\$ 7.554.000,00	R\$ 22.662.000,00
Total	R\$	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 4.554.000,00	R\$ 7.554.000,00	R\$ 7.554.000,00	R\$ 22.662.000,00

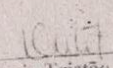
Cargos de Direção/Função Gratificada	Quantitativo
CD-3	1
CD-4	3
Subtotal	4
FG-1	5
FG-2	5
FG-3	3
Subtotal	14
Total	18

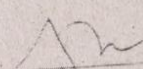
Ademais, depois de definidos os quantitativos referentes à pactuação dos cargos em Campus de Unaí, a reunião foi encerrada às 19:40h. Destê modo, eu Mariani Silva Ribeiro, Consultora da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES, lavrei a presente Ata, que será por todos lida e assinada.

Brasília, 17 de abril de 2012.


Adriana Rigon Weska
Diretora de Desenvolvimento
da Rede de IFES


Pedro Angelo Almeida Abreu
Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri


Dulce Maria Tristão
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos


Antônio Simões Silva
Coordenador-Geral de Expansão e Gestão

ANEXO C- NOTA DA UFVJM PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA DO *CAMPUS* DE UNAÍ/MG



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM
CAMPUS UNAÍ – MG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - ICA



Nota à comunidade acadêmica do Campus Unaí da UFVJM

Unaí-MG, 21 de outubro de 2016

Prezados senhores e prezadas senhoras,

O Instituto de Ciências Agrárias – ICA, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri informa que as aulas e atividades administrativas estão temporariamente suspensas em razão da ocupação do Campus provisório (Unimontes) por estudantes. O ICA, assim como a Reitoria da UFVJM, reforça sua preocupação com os possíveis desdobramentos que poderão advir da aprovação da PEC 241 e salienta que a situação atual da universidade é delicada. Sendo assim, solidariza-se com a mobilização da sua comunidade acadêmica em defesa da educação e da saúde da população brasileira e, em especial, chama a atenção para a realidade do campus de Unaí pelas incertezas relativas quanto ao cumprimento de pactuações pelo MEC, que concerne na falta de recursos para investimentos que garantam a conclusão de obras em andamento e o início de outras obras que possibilitem o pleno funcionamento, com qualidade, da UFVJM em Unaí.

Atenciosamente,

Direção do Instituto de Ciências Agrárias – ICA
UFVJM – Campus Unaí

ANEXO D- OFÍCIO Nº 54/2017/GAB/UFVJM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Reitoria

Ofício nº 054/2017/GAB

Diamantina, 17 de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência, o Senhor
José Mendonça Bezerra Filho
Ministro da Educação

Assunto: Situação da UFVJM

Excelentíssimo Senhor Ministro,

1. A nova fase do processo de expansão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), iniciada em 2012, contempla a implantação do Campus de Unaí (cinco cursos de graduação), do Campus de Janaúba (cinco cursos de graduação), do curso de Medicina em Diamantina, do curso de Medicina do Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, e do curso de Engenharia Geológica, em Diamantina. Como é do conhecimento de V. Ex.ª, foi pactuado com esse Ministério a liberação de recursos de pessoal, de custeio e de capital. Todavia, passados quatro anos, a pactuação para a referida expansão não está totalmente efetivada, resultando nas seguintes situações:

1) A liberação de códigos de vagas para a contratação de pessoal docente e técnico-administrativo foi efetivada apenas parcialmente. Conforme informado pelo Diretor de Desenvolvimento da rede de IFES da SESu, Prof. Mauro Luiz Rabelo, o MEC tem feito gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas ainda não obteve resposta aos seus pleitos, o que indica que não há um prazo definido para que essa liberação ocorra. Contudo, tendo em vista que os cursos pactuados já foram iniciados e estão avançando em seu processo de implantação, é imperiosa e imediata a necessidade de novas contratações, sob o risco de comprometer a formação dos egressos e a continuidade dos cursos.

2) Por outro lado, os cursos pactuados foram iniciados em estruturas provisórias, funcionando em prédios cedidos pelas prefeituras de Janaúba e de Unaí e em prédios cedidos por outros cursos da UFVJM (como é o caso das Medicinas de Diamantina e do Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, e da Engenharia Geológica). A situação está se tornando insustentável com o

ingresso de novas turmas e a exigência de novas estruturas administrativas e acadêmicas, uma vez que os espaços provisórios não mais oferecem as mínimas condições de funcionamento.

Além disso, existe ainda a necessidade de se iniciar as obras de infraestrutura básica (arruamento, esgotamento sanitário, abastecimento de água e luz, iluminação, etc.) para os campi de Janaúba e Unai, bem como a construção de prédios para abrigar os cursos de Medicina de Diamantina e do Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni.

Ademais, a UFVJM ainda possui várias obras em andamento, todas com seus cronogramas de execução severamente comprometidos, em função dos contingenciamentos orçamentários e financeiros por parte do governo federal. Tal situação tem provocado graves problemas jurídicos, contratuais (multas e rescisões), administrativos e acadêmicos, refletindo negativamente na imagem e credibilidade das Instituições. Todo esse contexto está obrigando à rescisão de diversos contratos e, conseqüentemente, à paralisação de obras essenciais.

Lamentavelmente, a pactuação de capital realizada pela UFVJM junto ao MEC não foi cumprida integralmente, havendo ainda a previsão de liberação de aproximadamente R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por parte desse Ministério para sua totalização.

3) Novamente, neste ano de 2017, o orçamento de custeio da UFVJM será muito aquém das necessidades institucionais de manutenção, existindo um déficit previsto para o ano de quase R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). Agravando essa situação, ressaltam-se os impactos negativos da liberação de somente 50% de 1/18 do orçamento de 2017 nos meses iniciais do ano.

2. Mais uma vez, cabe relatar que os recursos de custeio pactuados para a implantação dos campi/cursos em expansão não foram integralizados. A diferença entre o pactuado e o efetivamente recebido aproxima-se dos R\$42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais). Dessa forma, a manutenção da Instituição e de sua expansão tem sido custeada quase que exclusivamente com recursos oriundos de sua matriz OCC. Conseqüentemente, o déficit de custeio crescente está conduzindo a UFVJM à insolvência; fato constatado e reconhecido pela área técnica da SESu.

3. Apesar da dramática situação apresentada acima, a UFVJM vem lutando para manter o compromisso com todos os acordos firmados, com as pactuações com o MEC e com as regiões por ela atendidas. Todas as medidas que estavam ao alcance da UFVJM para cumprir com os compromissos assumidos foram implementadas. Contudo, em abril do corrente ano, início do próximo semestre letivo, a UFVJM não terá mais condições de dar sequência às atividades propostas para os campi de Unai e Janaúba e para os cursos de Medicina, em Diamantina e Teófilo Otoni, e de Engenharia Geológica, em Diamantina, uma vez que o estrangulamento do quadro de pessoal docente e a indisponibilidade de infraestrutura para atender as necessidades de salas de aula e laboratórios tornarão inviáveis a entrada de novas turmas.

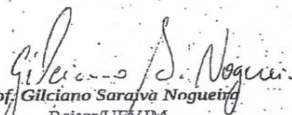
4. Ressalta-se que, uma vez iniciadas as terminalidades dos cursos nos campi de Janaúba e de Unai, previstos para abril do corrente ano, a UFVJM e o MEC estarão se

comprometendo com o futuro acadêmico dos discentes que se matricularem. Portanto, a paralisação da implementação dos cursos decorrentes dos bacharelados interdisciplinares, por falta de condições mínimas de continuidade (em especial a liberação dos códigos de vagas pactuados para a contratação de professores), poderá implicar em graves consequências para a UFVJM e para o MEC.

5. Assim, frente ao exposto, gostaríamos de solicitar desse Ministério, em caráter de urgência, um posicionamento quanto à viabilidade de manutenção do processo de expansão da UFVJM. Caso não haja uma manifestação tempestiva por parte do MEC, não restará outra alternativa à reitoria a não ser solicitar ao Conselho Universitário da UFVJM a apreciação da continuidade dos cursos decorrentes dos bacharelados interdisciplinares dos campi de Janaúba e de Unaí.

6. Sendo o que cabe para o momento, apresentamos a Vossa Excelência sinceros agradecimentos colocando-nos à disposição para maiores esclarecimentos, se for o caso.

Respeitosamente;


Prof. Gilciano Saraiva Nogueira
Reitor/UFVJM

ANEXO E- OFÍCIO Nº 10/2017/CGEG/DIFES/SESU/SESU-MEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-8107 e Fax: 2022-8012 - <http://www.mec.gov.br>

Ofício nº 10/2017/CGEG/DIFES/SESU/SESU-MEC

Brasília, 27 de março de 2017.

Ao Senhor
Professor Doutor Gilciano Saraiva Nogueira
Reitor da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Reitoria - Campus JK - Rodovia MGT 367 - KM 583, nº 500, Alto da Jacauba
CEP: 39100-000 Diamantina-MG

Assunto: **Reencaminha Ofício 054/2017/GAB - Ref: Situação da UFVJM**

Referência: Processo nº 23000.009419/2017-89.

Magnífico Reitor,

1. Em atenção ao Ofício Nº 069/2017/GAB, de 03 de março de 2017, que trata de relato da atual situação do processo de expansão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, no que se refere aos recursos humanos, financeiros e de infraestrutura, apresentamos as considerações a seguir:
2. Com relação a pactuação realizada junto à UFVJM, em 2012, para os **Câmpus de Unaí e Câmpus de Janaúba**, em complementação ao Ofício 354/2016/GAB, de 29 de novembro de 2016 e, conforme é de conhecimento das universidades federais, o cenário econômico e fiscal enfrentado pelo país a partir de 2014 impactou substancialmente as autorizações de provimento de cargos docentes e técnico-administrativos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Apesar das restrições, ressaltamos que em 2014 a pactuação acordada para TAs "E" e TAs "D", foi cumprida em cerca de 71% (setenta e um por cento) e 62% (sessenta e dois por cento), respectivamente, e, quanto aos cargos de docentes, foi possível o atendimento de 43% (quarenta e três por cento) da meta estabelecida na pactuação. No ano de 2015 as autorizações de recursos humanos para as IFES ficaram suspensas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
3. Quanto aos recursos orçamentários, em 2013 os montantes previstos na pactuação foram liberados em sua totalidade para despesas de investimento e de custeio. No ano de 2014 houve um aporte no valor de R\$ 28.118.000,00 (vinte e oito milhões, cento e dezoito mil reais) à UFVJM, correspondendo a 85% (oitenta e cinco por cento) dos valores pactuados. No ano de 2015, o aporte orçamentário total para a instituição foi de R\$ 23.302.053 (vinte e três milhões, trezentos e dois mil e cinquenta e três reais), em custeio, e R\$ 39.021.810 (trinta e nove milhões, vinte e um mil e oitocentos e dez reais) em investimentos. No ano de 2016, o orçamento autorizado para a UFVJM, em valores globais, foi de R\$ 28.914.504 (vinte e oito milhões, novecentos e quatorze mil e quinhentos e quatro reais) para despesas de custeio, e R\$ 40.525.326 (quarenta milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e trezentos e vinte e seis reais) para investimentos. Para este ano de 2017, foram aportados na matriz de consolidação da UFVJM os valores relativos aos investimentos que restavam para cumprimento da pactuação, na ordem de R\$ 17.172.434 (dezessete milhões, cento e setenta e dois mil e quatrocentos e trinta e quatro reais), representando 98% (noventa e oito por cento) dos valores de investimento acordados.

Recebi 1ª via
Em 04/04/17

No que concerne às pactuações de vagas de docentes e de técnico-administrativos para o **Curso de Medicina** nos Câmpus de Diamantina e de Teófilo Otoni, ao abrigo do Programa de Expansão do Ensino Médico, o acordado para os cargos de TAs "E" e TAs "D", na primeira fase do Programa, foi atendido em sua quase integralidade, restando apenas cinco vagas a serem liberadas, relativas ao ano de 2015, de um total de 60 (sessenta) vagas autorizadas para cada um dos câmpus. Quanto à pactuação realizada para a Fase II do Programa, a liberação de pessoal encontra-se pendente pelas razões expostas anteriormente.

5. Com respeito ao **Curso Geologia**, pactuado para o Câmpus de Diamantina, sublinhamos a antecipação de seis vagas de docentes, constantes do Ofício N° 345/2013-CGRH/DIFES/SESu/MEC, sendo que as demais vagas de pessoal docente e de técnico-administrativo aguardam a liberação por parte do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

6. Evidenciamos que cientes dos possíveis impactos que as restrições orçamentárias impostas a partir de 2014 causariam ao cumprimento das pactuações de câmpus, cursos e de recursos financeiros realizadas junto às universidades federais, a Secretaria de Educação Superior do MEC, desde o ano de 2015, tem mobilizado seu pessoal e realizado repetidas ingerências junto às instâncias superiores no sentido de garantir o atendimento das demandas relativas a pessoal docente e técnico-administrativo, bem como o repasse da integralidade dos recursos financeiros previstos para as instituições.

7. No que se refere especificamente às obras em andamento na rede de universidades federais, por meio da Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Rede de IFES encontra-se em curso trabalho de elaboração de Plano Diretor, que visa diagnosticar, categorizar e permitir ações direcionadas à continuidade das ações de infra-estrutura.

8. Diante do exposto, reafirmamos a disposição e o compromisso desta Secretaria de Educação Superior na articulação com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o atendimento das demandas apresentadas por Vossa Magnificência.

Atenciosamente,

Mauro Luiz Rabelo
Diretor de Desenvolvimento da Rede de IFES





Documento assinado eletronicamente por **Mauro Luiz Rabelo, Diretor(a)**, em 27/03/2017, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0607185** e o código CRC **FEF4F9D9**.

ANEXO F- FORMULÁRIO DE JUSTIFICATIVA- CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI DIAMANTINA – MINAS GERAIS PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	
FORMULÁRIO DE JUSTIFICATIVA CANCELAMENTO DE MATRÍCULA		
Discente:		
Matrícula:	Tipo de ingresso:	
Curso:	Ano/sem. do cancelamento:	
Assinale a(s) justificativa(s) para a solicitação:	SIM	NÃO
Mudança de cidade por motivos familiares ou de trabalho.		
Falta de interesse, afinidade ou gosto pela área profissional.		
Dificuldade de conciliar trabalho e estudo.		
Problemas pessoais, sociais ou na universidade.		
Dificuldade de adaptação à vida universitária.		
Dificuldade de se adaptar à cidade.		
Dificuldades financeiras.		
Dificuldades na relação ensino-aprendizagem, traduzidas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas.		
Dificuldade de acompanhar as aulas: falta de base teórica/prática.		
Excesso de matérias/conteúdo.		
A universidade é muito distante da casa e/ou trabalho.		
Problemas de saúde.		
Stress por passar o dia todo na universidade.		
Dificuldades com os procedimentos de avaliação do curso.		
Falta de flexibilidade nos horários para cursar as matérias.		
Cancelamentos de aulas ou descumprimento do cronograma do curso/carga horária e conteúdo.		
Excesso de matérias/conteúdo.		
Os meios de comunicação me informaram que o mercado de trabalho da profissão está muito ruim.		
Meus professores me informaram que o mercado de trabalho da profissão está muito ruim.		
Farei outro curso superior na UFVJM.		
Farei outro curso superior em outra universidade.		
Outros motivos. Descrever:		

Campus JK e Restorina:
 Campus I:
 Campus do Mucuri:
 Campus Janaúba:
 Campus Unai:

Rodovia MG-367 – km 583, nº 5000 – Alto da Jacuba – CEP: 39100-000 – Diamantina – MG – Brasil
 Rua da Glória – nº 187 – Centro – CEP: 39100-000 – Diamantina – MG – Brasil
 Rua do Cruzeiro – nº 1 – Jardim São Paulo – CEP: 39301-000 – Teófilo Otoni – MG – Brasil
 Prédio CAIC Av. Manoel Bandeira, 460 Bairro: Veredas – CEP: 39440-000 – Janaúba – MG – Brasil
 Avenida Verador João Narciso, 1380 - Bairro Cachoeira – CEP: 38610-000 – Unai – MG – Brasil

PABX: (38) 3532-1200
 PABX: (38) 3532-6000
 PABX: (38) 3539-2700
 PABX: (38) 3829-3100
 PABX: (38) 3677-9950